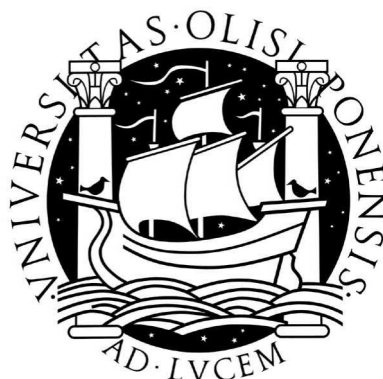


UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE LETRAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA



**O evoluir histórico da Segunda
Guerra Púnica na Península Ibérica,
entre os anos 218 a.C. e 211 a.C.**

Pedro Miguel Boto Ferreira Pinto

Mestrado em História Antiga

2010

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE LETRAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA



**O evoluir histórico da Segunda Guerra
Púnica na Península Ibérica, entre os anos
218 a.C. e 211 a.C.**

Pedro Miguel Boto Ferreira Pinto

**Dissertação de Mestrado orientada pelo
Professor Doutor Amílcar Guerra**

Mestrado em História Antiga

2010

RESUMO:

A presente tese de mestrado aborda as campanhas militares que, no contexto da Segunda Guerra Púnica, foram travadas no palco ibérico entre os anos 218.a.C e 201.a.C..

Precedendo a análise específica do problema em questão, são feitas considerações mais gerais sobre alguns dos domínios, paradigmas e metodologias de investigação histórica, nomeadamente: a importância fundamental da violência no pensamento e relacionamentos humanos; a necessária conciliação e interdisciplinaridade entre as diversas formas de análise histórica tendo em vista o limitar das insuficiências de cada metodologia singular; o carácter extraordinariamente destrutivo de um apreciável número de conflitos travados na bacia do Mediterrâneo desde as campanhas alexandrinas; a identificação e apreciação sobre a natureza das fontes literárias e materiais que suportaram a realização deste trabalho.

Na tentativa de melhor contextualizar no tempo e no espaço, a campanha dos irmãos Cipião é integrada na sucinta caracterização da geografia física e humana do teatro de guerra onde ela tem lugar, com uma especial atenção a ser dirigida para o levantamento dos principais traços fisionómicos do Estado bárcida na abertura do conflito.

Constituindo a parte nuclear do presente trabalho, o tema de tese é abordado no terceiro capítulo, onde se procura acompanhar o evoluir dos acontecimentos ao longo do tempo.

No capítulo final é feita uma recapitulação das considerações prévias, explicitando-se as razões pelas quais o conflito militar em estudo constitui um momento de grande importância na evolução da confederação romana para o Império que dominou os destinos desta parte do mundo por largos séculos.

SUMMARY:

The present master thesis approach the military campaigns that, in the context of the Second Punic War, were fought in the Iberian theater between the years of 218 B.C. and 211 A.C..

Preceding the specific analysis of the problem at hand, more general considerations are made about some of the domains, paradigms and methodologies of historical investigation, namely: the fundamental importance of the violence in the though and human relationships; the necessary reconciliation and interdisciplinary between the various forms of historical analysis with the intend of limit the insufficiencies of each singular methodology; the extraordinary destructive character of a sizable number of conflicts fought in the Mediterranean basin since the Alexandrian Campaigns; the identification and appreciation about the nature of the literary and material sources that hold up this work.

In the attempt of better contextualize her in the time and space, the Scipio brother's campaign his integrated in the succinct characterization of the physic and human geography of the theater of war were she takes place, with a special attention been directed to the survey of the principal physiognomic traces of the Barcid State in the opening of the conflict.

Constituting the nuclear part of the present work, the thesis theme his treated in the third chapter, where an endeavor his made to follow the occurrence evolution along the time.

In the final chapter a recap of the previous considerations his made, explaining the reasons by which the military conflict in study constitute a moment of great importance in the evolution of the Roman Confederation to the Empire that dominate the destinies of this part of the world for broad centuries.

Palavras-chave:

- Segunda Guerra Púnica
- Hispânia
- Roma ; Cartago
- III a.C.
- História Militar
- Antiguidade

Keywords:

- Second Punic War
- Ancient Spain
- Rome, Carthage
- III B.C.
- Military History
- Ancient History

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer ao professor Amílcar Guerra pela sua amabilidade, disponibilidade e sabedoria nos conselhos e palavras de incentivo que me deu durante a realização desta tese. Ao professor José Varandas por me ter ajudado na escolha do tema e introduzido ao mundo da História Militar na Antiguidade, onde reencontrei o fascínio que senti quando, ainda criança, pela primeira vez li sobre os grandes homens das civilizações ancestrais. Um especial agradecimento à professora Ana Lóio, pelo afecto, simpatia e atenção que me dedicou quando passei por momentos de maiores dúvidas.

Ao meu pai, tios e demais família a quem devo a gratidão do amor e encorajamento.

Aos meus amigos e colegas da História.

Ao Ricardo, onde estiveres, com saudades.

À Conceição, que me vai perdoando bem para além do que mereço.

À Ana, com amor e esperança.

Índice

1 – Introdução	10
2 – Enquadramento	10
2.1 - A importância da História Militar	10
2.2 – Especificidades das Guerras Púnicas na História Militar	15
2.3. - As fontes para o tema de tese	18
2.3.1 - As fontes escritas	18
2.3.1.1 - Os principais autores	20
2.3.2 - As fontes materiais	23
2.4 - Hispânia: espaço de confronto	26
2.4.1 – O espaço celtibero: geografia física e humana	27
2.4.2 – O espaço meridional da Península – o Estado Bárcida	31
2.4.2.1 - Do modelo de colonização costeira ao territorial	33
2.4.2.2 – A ideologia imperial bárcida	35
2.4.2.3 - O dualismo núcleo-periferia e seus efeitos na fisionomia constitutiva do Estado Bárcida	36
2.4.2.4 - As debilidades do Estado Bárcida	39
3 - Análise do Problema	45
3.1 – Caracterização da campanha de 218-211 a.C.	46
3.2 – O ano de 218 a.C.	49
3.2.1 - Desembarque do exército de Gneu Cipião em Ampúrias	49
3.2.2 – A batalha de Cissa	53
3.2.3 – A submissão dos Ilergetes	55
3.3. – O ano de 217 a.C.	57
3.3.1 – A batalha do rio <i>Iberus</i>	57
3.3.2 – Operações de razia na costa do Levante	58
3.3.3 - Primeiras dissidências entre os povos mesetanos	61

3.3.4 – A revolta dos Ilpergetes	62
3.3.5 – Desembarque de Públio Cipião. A libertação dos reféns hispânicos. Encerramento da campanha de 217 a.C.	63
3.4. – O colapso parcial do sistema de alianças	65
3.5 – O ano de 216 a.C.	69
3.5.1 – Início da ingerência de Cartago nos assuntos hispânicos. Envio do primeiro contingente de tropas metropolitanas	69
3.5.2 – A revolta dos Tartéssios	72
3.5.3 – A ofensiva cartaginesa	72
3.6 - O ano de 215 a.C.	74
3.6.1 - A Batalha de Ibera	75
3.6.1.1 – O modelo de exército romano	75
3.6.1.2 - O modelo de exército cartaginês	78
3.6.1.3 – A tática do duplo envolvimento	79
3.6.1.4 - Diferenças entre Canas e Ibera	81
3.6.1.4.1 - A luta no centro	82
3.6.1.4.2 - O papel da cavalaria	84
3.6.1.4.3 – Sinopse	85
3.6.1.4.4 – Consequências da batalha de Ibera	86
3.6.2 - A Campanha de 215 a.C., no seguimento da batalha de Ibera	86
3.6.2.1 – A autenticidade das fontes	86
3.6.2.2 – A intervenção metropolitana. A liderança multipolar	87
3.6.2.3 - As batalhas de <i>Iliturgi</i> e <i>Intibili</i>	89
3.6.3 - A Campanha de 214 a.C.	90
3.6.4 – Os anos de Impasse (213 a.C.-212 a.C.)	95
3.6.5 - A Campanha de 211 a.C. A derrota dos irmãos Cipião	96
4 – Considerações Finais	104

1 - Introdução

Esta dissertação de mestrado é dedicada ao estudo do evoluir histórico da Segunda Guerra Púnica na Península Ibérica, entre os anos 218 a.C. e 211 a.C.¹

O presente projecto de pesquisa está configurado para abordar alguns dos problemas específicos que o assunto coloca ao historiador. Como método, será feito um esforço no sentido de integrar a matéria em exame no seu contexto histórico para, subsequentemente, proceder-se a uma análise pautada pela subdivisão temática e evolução diacrónica. Para este efeito, os campos do político e militar serão privilegiados, mas sem negligenciar o seu complemento com as informações facultadas pelos domínios do social, económico e mental.

Para o imergir no estudo da História militar durante a Segunda Guerra Púnica, este trabalho de investigação partirá das fontes literárias clássicas.² A reanálise dessa tradição procurará também albergar uma fracção das considerações críticas que têm sido feitas na extensa produção historiográfica³ ao nosso dispor.

2 – Enquadramento

2.1 - A importância da História Militar

¹ Correspondendo ao período em que o comando operacional romano é exercido por Gneu Cipião, conjuntamente com o seu irmão Públio a partir de 217 a.C.

² Em particular, as inestimáveis obras de Políbio e Tito Lívio.

³ Entre elas, sobrelevam-se os seguintes trabalhos:

- BAGNALL, Nigel – *The Punic Wars 264-146 B.C.* Osprey Publishing Ltd, Oxford, 2002
- BARCELÓ, Pedro – *Aníbal de Cartago. Un proyecto alternativo a la formación del Império Romano.* Alianza Editorial, Madrid, 2000
- BLÁZQUEZ, José María – *Historia de España Antigua. II. Hispania Romana*, Cátedra. Historia/ Serie Mayor, Madrid, 1985
- CAVEN, Brian – *The Punic Wars*, Weindenfeld and Nicolson, London, 1980
- CHARLES-PICARD, Gilbert – *Hannibal*, Hachette, Paris, 1970
- GOLDSWORTHY, Adrian - *Las Guerras Púnicas*. 2ª ed., Ariel, Barcelona, 2002
- HOYOS, Dexter – *Hannibal's Dynasty. Power and politics in the western Mediterranean, 247-183 b.C* Routledge. London and New York, 2003
- LAZENBY, J. F. - *Hannibal's War: A Military History of the Second Punic War*. Aris & Phillips, Warminster, 1978
- MIRA GUARDIOLA, Miguel A. - *Cartago contra Roma. Las guerras púnicas*. Alderaban Ediciones, Madrid, 2000
- ROLDÁN HERVÁS, José Manuel – *Historia de Roma I. La República Romana*. Ediciones Cátedra, Madrid, 1987

A violência⁴ é um elemento indissociável da natureza humana⁵. A Guerra – termo sempre árduo de definir sem contencioso – entendível enquanto a expressão conjunta da propensão agressora⁶ congénita a todo o indivíduo, desempenhou, desde o estrito âmbito partidário ao magno enquadramento internacional, um papel decisivo na determinação do evoluir histórico. Ao longo dos tempos, o pensamento individual e colectivo empenhou-se em idealizar uma sociedade pacífica, assente em excelsos preceitos de harmonia e sã convivência: pela minimização do conflito e da competição, o Homem poderia, finalmente, declarar-se como emancipado do seu passado predatório. Em desacordo, porém, com a utopia, subsiste como elemento distintivo da demanda humana, a determinação conatural do indivíduo ou grupos de indivíduos⁷ em perseguir a realização dos seus próprios projectos de auto-satisfação, sem que se lhes reconheça análoga vigília pelo alheio interesse⁸. Tem sido esta a cardinal referência do fenómeno

⁴ Exercida por via física ou verbal, na arena marcial ou civil, pelo indivíduo ou pela comunidade, com ou sem a legitimação de um código de leis: “É este, por conseguinte, o estado original, o reinado da força superior, da violência brutal ou intelectualmente apoiada. Sabemos que este regime se alterou ao longo da evolução e que uma via conduziu da violência ao direito – mas qual? Só há uma, na minha opinião, aquela que desembocou no facto de ser possível rivalizar com um ser mais forte através da união de vários mais fracos: “*L’union fait la force*”. A violência é subjugada pela união e, a partir daí, a força desses elementos reunidos representa o direito, por oposição à violência de um só. Vemos, portanto que o direito é a força de uma comunidade. Continua a ser violência, sempre pronta para se virar contra qualquer indivíduo que lhe resista e operando com os mesmos meios, associada às mesmas finalidades; a diferença reside, na realidade, unicamente no facto de ter deixado de ser a violência do indivíduo que triunfa para passar a ser a da comunidade.” (FREUD, Sigmund – *Porquê a Guerra?*, Europa-América, Mem Martins, 2007, páginas 41-42)

⁵ “Direito e violência são presentemente para nós antinomias. É fácil mostrar que um deriva da outra. (...) Os conflitos de interesses que surgem entre os homens são, por conseguinte, em princípio, resolvidos pela violência. Assim acontece em todo o reino animal, do qual o homem não pode excluir-se”. (FREUD, *op. cit.*, página 39)

⁶ Que, enquanto referência reversa da propensão para o amor, complementa o dualismo simbólico do comportamento humano.

⁷ “O triunfo sobre a violência pela transmissão do poder para uma unidade maior, ela própria amalgamada por laços de sentimentos. A situação é simples enquanto a comunidade for unicamente composta por um certo número de indivíduos de força igual. As leis dessa associação fixam então, no que respeita às manifestações violentas da força, a quota-parte de liberdade pessoal à qual o indivíduo tem de renunciar para que a vida em comum se possa desenrolar em segurança. Mas um tal estado de tranquilidade apenas pode ser concebido teoricamente; na realidade, o curso das coisas complica-se porque a comunidade, desde o seu início, encerra elementos de poder desigual – homens e mulheres, velhos e crianças – e porque, a breve trecho, a guerra e a conquista originam vencedores e vencidos, que se transformam em senhores e escravos. O direito da comunidade será, a partir daí, a expressão dessas desigualdades de poder, as leis serão feitas pelos e para os dominadores, e poucos direitos serão deixados para os súbditos.” (FREUD, *op. cit.*, páginas 43-44)

⁸ “Vemos, por conseguinte, que, até mesmo no interior de uma comunidade, o recurso à violência na solução dos conflitos de interesses não pode ser evitado (...) Mas as necessidades, as comunidades de interesse que resultam de uma vida em comum num mesmo território favorecem o rápido apaziguar dessas lutas e, sob tais auspícios, as possibilidades de solução pacíficas têm uma progressão constante. Mas basta dar uma olhada à história da humanidade para assistirmos a um desfile ininterrupto de conflitos, seja entre uma comunidade em luta com outra ou outras, seja entre unidades por vezes grandes por vezes mais pequenas, entre cidades, países, tribos, povos ou impérios, conflitos quase sempre decididos pelo sacrifício das suas forças ao longo de uma guerra. Essas guerras acabam em pilhagem ou em conquista, com a submissão de uma das partes.” (FREUD, *op. cit.*, páginas 45-46)

histórico, retrospectivamente desde a actualidade até à sociedade primordial da savana⁹, a qual, constituída em referência favorita para tantos mitos e lendas foi, não há muito tempo, desvendada pela Arqueologia, como nada mais do que um palco onde o Homem quotidianamente se dedicava à luta pela sobrevivência e se sujeitava aos preceitos da fria crueldade natural com que Darwin enunciou a sua teoria da selecção e evolução das espécies.¹⁰

A aspiração do ser humano em transpor a sua “imoralidade”, de se desprender da sua condição mundana e acercar-se da realização espiritual, de criar referências introspectivas, assim como relacionais, que lhe permitam desenvolver um comportamento fundamentalmente antitético ao instinto animal pelo primado do domínio de si mesmo, é devedora de concepções que, não obstante o seu apelo sedutor, são contraditas pela incessante ruptura da paz por decisão de indivíduos e colectividades, elites e massas.

Se, por um lado, as leis da civilização impuseram termos aos métodos pelos quais pode o indivíduo exercer a sua violência sobre outrem, a Guerra está indissociavelmente conectada com a agregação social¹¹, correspondendo a extensão dos seus efeitos destrutivos ao número¹² de membros que integram as comunidades contendoras. Longe de constituir, o belicismo, um arcaísmo ultrapassado ou subjugado pelos valores da contemporaneidade, somos tentados a concluir que as poderosas lições que ele nos lega não foram ainda eloquentes o suficiente para corrigir os contumazes procedimentos da nossa espécie. A analogia das técnicas ou valores soberanos utilizados, ao longo dos tempos, para justificar o conflito, constitui um dos traços mais explícitos da exígua evolução que, neste particular, reconhecemos no pensamento e índole humanos.

⁹ “No início, numa tribo errante pouco numerosa, era a superioridade da força muscular que decidia o que devia pertencer a um ou qual era aquele cuja vontade seria aplicada. A força muscular vê-se secundada e em breve substituída pela utilização de instrumentos; a vitória passou a caber a quem possuísse as melhores armas ou as utilizasse com mais destreza. A intervenção da arma marca o momento em que já a supremacia intelectual começa a tomar o lugar da força muscular; o fim último da luta continuou a ser o mesmo: uma das partes envolvidas na contenda tinha de ser obrigada, pelos danos sofridos e pelo enfraquecimento das suas forças, a abandonar as suas reivindicações ou a sua posição. (FREUD, *op. cit.*, página 40)

¹⁰ As teorias que se sucederam à pioneira interpretação de Darwin não representam uma liminar refutação dos princípios edificantes da selecção natural, antes a sua actualização, compatibilização e incorporação nos hodiernos desenvolvimentos da ciência (com especial relevo para os avanços no campo da genética), com destaque para a ascendência da casualidade como factor de importância pelo menos equitativa ao da aptidão, no formulário do processo selectivo.

¹¹ Independentemente da fórmula organizativa adoptada (que inclui o domínio da vontade colectiva por um único indivíduo).

¹² E sofisticação dos meios ao seu dispor.

Não obstante as gerações hodiernas preservarem a memória do impacto brutal das Guerras Mundiais, mesmo quando o horror da destruição em massa contribuiu, decisivamente, para o estilhaçar da crença cega no progresso linear da humanidade e da ingênua confiança na benignidade intrínseca do avanço científico, confrontamo-nos com a recorrente inaptidão dos mecanismos de prevenção de conflitos em dissuadir os seus fomentadores. Os ciclos de retorno da solução bélica constituem, efectivamente, o comprovativo de que a nossa natureza dificilmente se comprometerá com a salvaguarda da paz no tempo longo.

Em compensação pelos prejuízos que se lhe recriminam, os atributos mais benéficos da disputa reconhecem-se na condição por esta assumida de principal agente de mudança social, uma vez que em sua consequência se ocasiona a perda de posição dos que se escoram na inércia do status quo, relativamente aos que se estabelecem com um novo ordenamento.¹³ A inultrapassável regra do Homem em destruir o seu semelhante tem como consequência que o recurso à luta armada continue a anunciar-se como o mais apelativo procedimento para forçar uma decisão na perene contenda diplomática.¹⁴ Em resultado do definitivo abandono da expressão de *petite histoire* como forma de qualificação depreciativa do estudo do acontecimento político-militar, a conflagração bélica constitui uma das mais instrutivas explanações da natureza das sociedades que nela tomaram parte ou que por ela foram afectadas. A aferição dos seus caracteres constitui, por isso, um objecto de estudo plenamente profícuo, assim como legítimo, para o historiador.

A Guerra esteve na origem e na sucessão de alguns dos impérios mais extensos e duradouros da História. Um proficiente desempenho no campo de batalha constituiu uma condição de grande importância para adjudicar, às nações do mundo antigo, o seu direito a existir ou a dominar. De facto, tem-se hoje por interiorizado o reconhecimento de que em cada aspecto dos conteúdos institucional, social, económico e mental das

¹³ “A partir desse momento, a ordem jurídica vê-se exposta a perturbações com duas proveniências: primeiro as tentativas de um ou de outro dos senhores para se içar acima das restrições aplicadas a todos os seus iguais, para regressar, por consequência do reino do direito ao reino da violência; em segundo lugar, os constantes esforços dos súbditos para aumentarem o seu poder e verem essas modificações reconhecidas pela lei, ou seja, para exigirem, pelo contrário, a passagem do direito desigual para o direito igual para todos. Esta última corrente acentua-se especialmente quando se produzem realmente, no seio da comunidade, alterações nas atribuições do poder, como sucede na sequência de vários factores históricos. O direito pode então adaptar-se imperceptivelmente a essas novas condições ou, o que é mais frequente, a classe dirigente não estar disposta a ter em conta essa alteração: é a insurreição, e a guerra civil, de onde resulta a supressão momentâneo do direito, e novos golpes de força, em resultado dos quais se instaura um novo regime de direito.” (FREUD, *op. cit.*, páginas 44-45)

¹⁴ CLAUSEWITZ, Karl von – *Da Guerra*, Europa-América, Mem Martins, 1982

civilizações predecessoras, encontrarmos fidedigna correspondência com a esfera marcial¹⁵, adquirindo o estudo deste segmento da História um estatuto de importância indiscutível para uma compreensão harmonizada de tudo o que, em conjunto, ao entendimento do passado diz respeito.¹⁶ Com o expressivo amenizar da discórdia entre as grandes correntes doutrinárias da historiografia em proveito do reforço da complementaridade entre as variadas formas de análise do passado, o estudo da parcela da crónica humana que se pode enquadrar num âmbito político-militar adquiriu adicional profundidade com sua ligação às novidades introduzidas pela escola dos *Annales*.

Fruto desse íntimo e proveitoso relacionamento evita-se, nos nossos dias, repudiar qualquer segmento de conhecimento em prol da capacidade do investigador moderno em fazer interagir, simbioticamente, múltiplos géneros de aproximação ao fenómeno histórico. Distanciando-se quer dos dogmas do determinismo estruturalista¹⁷ como da personalização egotista, a generalidade dos historiadores do nosso tempo recusa contribuir para o absurdo da oposição canónica entre indivíduo e sociedade, uma vez que o social encontra-se imerso nos indivíduos, impregnando as suas estruturas mentais, orientando-o, em larga medida, nas suas formas de sentir e agir sem que, no entanto, lhe negue, enfaticamente, a sua singularidade, a sua liberdade, o seu valor intrínseco.

A historiografia hodierna explora uma nova vertente ao avaliar o mundo social já não como o resultado dos parâmetros objectivos de uma estrutura totalizante, mas como o produto de um processo em que a casualidade, constituída a partir da articulação e interacção do conjunto infinito “das causas pequenas” contribui, decisivamente, para moldar o cosmos. Investe-se, presentemente, no sujeito da ciência como parte integrante do seu objecto, afastando a ilusão transplantada da ideologia política para o estudo do passado de que é possível reduzir o ser humano à condição de mero reproduzidor dos caracteres de grupo, de receptáculo passivo de um meio social capaz de lhe impor,

¹⁵ “O pensamento estratégico é inevitavelmente altamente pragmático. É dependente das realidades da geografia, sociedade, economia e política (...). A história da estratégia não pode ignorar estas forças.” (PARET, *op. cit.*, página 3)

¹⁶ “O fenómeno da guerra pode ser melhor compreendido estudando o seu passado (...) Mas a história da guerra deve também ser estudada de forma a se compreender o próprio passado. Os historiadores têm sido por vezes relutantes em reconhecer esta necessidade. Apesar de dificilmente puderem negar que a guerra tem sido uma realidade fundamental da existência social e política desde o primeiro estágio de organização política aos nossos próprios dias, a guerra é tão trágica e intelectualmente e emocionalmente perturbante que eles tendem a colocá-la de parte na sua pesquisa” (PARET, *op. cit.*, página 8)

¹⁷ Que, no período da sua hegemonia, quase desalojara o actor humano do epicentro do estudo do passado.

arbitrariamente, as suas gregárias condições, de fenómeno amorfo cujo comportamento e acção podem ser integralmente aferidas pelo estabelecimento de leis gerais. Tais eram os elementos de um modelo historiográfico que, mais firme e artificialmente imposto pelo analista sobre o substrato de que qualquer outro, se inspirava na teorização marxista da História¹⁸, ainda dominante, até há bem pouco tempo, em certos círculos do mundo intelectual.

Debruçarmo-nos sobre a aglomeração de dúvidas e lacunas que se encontram associadas ao estudo das transformações institucionais que a presença púnica provocou na Península Ibérica coloca o investigador na inerente incumbência de mitigar, na sua análise, as clássicas contendas entre a história da estrutura e do evento. A íntima reciprocidade entre estas duas vertentes magnas da análise do passado encontra-se singularmente explicitada no facto da acção militar e diplomática desenvolvida pelos cartagineses ter tido por objectivo primário assegurar o domínio dos mercados da Hispânia meridional e levantina, aplicando um modelo de exploração das colónias assente no controlo do fluxo comercial.

2.2 – Especificidades das Guerras Púnicas na História Militar

No final do século III a.C. ocorre um conflito militar à escala de quase metade do mundo Mediterrânico, de violência, meios e repercussões pelos tempos fora de incomensurável significado.

A Segunda Guerra Púnica constitui o momento em que as limitações do belicismo entre nações são definitivamente ultrapassadas. Se um princípio de honorabilidade ficou associado às contendas entre as *poleis* do Período Clássico da Grécia Antiga, os subsequentes séculos caracterizam-se pela frequência com que os conflitos marciais determinaram a completa eliminação da entidade perdedora.¹⁹ O emprego implacável de todo o meio que der provas da sua eficiência na guerra caracteriza uma época em que, mais do que nunca, se partilha a noção de que o triunfo empossa um povo com o direito

¹⁸ Sedimentada nos conceitos de supremacia do colectivo sobre o indivíduo e negação do livre arbítrio.

¹⁹ “Mas o estado da tecnologia e a escalada era agora tal que qualquer conflito no ocidente teria o resultado oposto ao da original intenção helénica – iria resultar numa abjecta matança em ambos os lados, em vez de uma rápida resolução. Ao passo que os gregos da *polis* descobriram a batalha de choque como um glorioso método de salvar vidas e confinar o conflito a uma horas merecedoras de heroísmos entre infantaria equipada com armadura, os seus sucessores nos mundos helenístico e romano procuraram soltar todo o poder da sua cultura para se destruírem uns aos outros num momento horrendo – e o homem do século vinte compreendeu, por fim, justamente esse momento. (HANSON, Victor Davis – *The Wars of the Ancient Greeks*. Cassel, London, 1999, página 207)

discricionário a identificar, a título póstumo, pelo vínculo historiográfico, a rectidão da sua conduta.²⁰

Num tempo de confrontos militares que, com cada vez maior frequência, passam a durar, entre pausas e tréguas motivadas geralmente pelo cínico calculismo, até ao esgotar da totalidade dos recursos de um dos partidos contentores, ao vitorioso ficava atribuído o direito discricionário de destruir ou apropriar-se de grande parte do mundo do vencido.²¹ Estabelecendo o universo marcial uma admirável conexão com alguns dos elementos mais distintivos das duas culturas maiores do classicismo, vemos que a transição entre o entendimento helénico de guerra proba²² para o de guerra total que singulariza o período áureo da conquista romana, encontra uma correspondência cívica particularmente apropriada na transfusão da ética desportiva dos Jogos para a perversão sanguinária do Coliseu. De facto, se a apreciação e louvor do desportista helénico se consignava, tal como as refregas de baixa intensidade entre *poleis*, pelas estritas regras de uma vitória justa²³ que geralmente não implicava danos permanentes ao derrotado²⁴, já o panorama das relações estabelecidas entre as grandes entidades políticas do Mediterrâneo nos séculos III-I a.C. tem um variado número de elementos que invocam

²⁰ “Memórias e relatos de eventos históricos tendem, pela sua própria natureza, a reflectir os interesses do partido a partir dos quais foram originados. Especialmente o partido que emerge vitorioso de uma grande guerra **está** apto a “impor” a sua visão sobre as gerações vindouras como a única verdade histórica. O gradual silenciar das outras vozes parece ser parte do processo de desconstrução de poder e do lugar na História outrora detido pelo vencido (I – Apenas fragmentos sobrevivem das historias favoráveis à causa púnica).” (SCHEPENS, G. – “Polybius on the Punic Wars. The Problem of Objectivity in History”, in *Studia Phoenicia x Punic Wars* (ed. H. Devijver & E. Lipinski), Leuven, 1989, página 317)

²¹ “A guerra é sempre um inferno para quem se vê nela envolvido, mas o sofrimento aumenta se as hostilidades se estenderem de forma indiscriminada até alcançar o que os modernos chamam de “guerra total”, de conflito de povo contra povo até chegar à aniquilação do inimigo, ou, pelo menos, a sua total submissão. E, sem dúvida, assim se devem definir muitas das guerras antigas, entre elas as que as que conduziram à conquista de Hispânia.” (GÓMEZ-PANTOJA, Joaquim L. - “Ejército y civiles en Hispania romana” in *Actas Arqueología Militar Romana en Europa*. Segóvia, 2001, página 46)

²² “Os Gregos praticaram, assim, durante um breve tempo, uma forma de guerra quase ritualizada no âmbito da qual a luta era frequente mas não parece ter colocado em perigo o renascimento cultural, económico e político da cidade-estado helénica – mesmo no zénite da idade hoplita era raro que mais do que 10 por cento dos homens que lutavam nesse dia morressem.” (HANSON, *op. cit.*, página 55)

²³ A prática de um modelo de guerra “cavalheiresca” limitada por normas mais ou menos estabelecidas pela lei ou tradição encontra o seu fundamento psicológico brilhantemente descodificado no seguinte texto de Sigmund Freud:

”Acontece que à vontade de matar vem opor-se o cálculo segundo o qual o inimigo pode ser utilizado na prestação de serviços úteis, se, logo que lhe haja sido imposto respeito, lhe pouparmos a vida. Neste caso, a violência contenta-se em subjugar em vez de matar. Foi assim que se começou a poupar o inimigo, mas o vencedor tem a partir daí que contar com a sede de vingança que espreita no vencido e abandona uma parte da sua própria segurança”. (FREUD, *op. cit.*, páginas 40-41)

²⁴ “Apenas os conflitos Persa e Peloponesiano da Idade Clássica, que inauguraram uma segunda fase no desenvolvimento da arte da guerra ocidental, evocam algo semelhante à ideia moderna de que a luta é inteiramente tencionada para destruir exércitos, assassinar civis, matar milhares de soldados e destruir cultura --- de forma a assim ser uma actividade ininterrupta, totalmente circunvalada até a derradeira vitória, através da aniquilação ou capitulação, ter sido alcançada.” (HANSON, *op. cit.*, página 55)

um rude e feroz duelo similar ao dos seres que a permanente sujeição às regras da sobrevivência natural transformara o gladiador romano.²⁵

Como refere Brian Campbell, “a psicologia de guerra era importante em Roma. Atributos militares permaneceram comuns na sociedade e na cultura, e a guerra nunca pareceu ser inteiramente impopular. Pode ser dito a respeito da Roma imperial que “a guerra era uma actividade nobre necessária para qualquer Estado desejoso de demonstrar o seu poder e virtude”. Os romanos continuaram a impressionar-se pelo sucesso militar e pela habilidade de se assenhorearem das qualidades e atributos de um general. Eles interessavam-se tanto pelos aspectos técnicos como morais de comandar homens em batalha, como pudemos constar a partir dos muitos manuais e guias escritos acerca do carácter e papel de um general.”²⁶

Com a profusão de conflitos nesta época a determinar que o destino de um povo dependesse sobretudo da eficiência com que os seus dispositivos institucionais amparavam as forças militares, quando, na maior parte dos casos, as súplicas do derrotado apenas lhe conferiam a parte de mercê que ele próprio teria dispensado na posição de vencedor, a civilização romana aperfeiçoou a arte de secundar o arrasamento das nações antagonistas²⁷ com a prerrogativa de expor, às gerações futuras, as razões do conflito, mediante a assumpção de que a vitória alcançada era a máxima afiançadora da justiça dos seus argumentos originais.

Independentemente dos motivos de cada guerra e da conduta adoptada no seu decurso, advinha à entidade “pacificadora” o direito de selecção - geralmente sem contraditório - do estrito número de episódios históricos dignos de serem retidos em memória, em consonância com a oportunidade para mitigar as mais constringentes iniquidades afectas ao processo de conquista. Consubstanciando parte do espectro mental que identificamos como caracteristicamente romano, sobressai a noção

²⁵ “Contudo, dentro de alguns séculos, tais censuras e rituais agrários corroeram-se. Confrontações decisivas tomaram o espectáculo de horrendas matanças envolvendo tanto soldados como civis --- e em terrenos e por propósitos nunca sonhados pelos originais homens em bronze.” (HANSON, *op. cit.*, página 63)

²⁶ CAMPBELL, Brian - *War and Society in Imperial Rome, 31 BC-AD 284*, Routledge, London, 2002, página 12

²⁷ “O modo de guerra romana neste período era frequentemente brutal. Os métodos das tropas em lidarem com cidades capturadas fizeram com que o historiador grego Políbio, que tinha experiência militar, comentasse que estes eram mais violentos que os dos exércitos helenísticos. De facto, os métodos de luta romanos e a ferocidade das tropas romanas intimidavam, aparentemente, os soldados macedónios. Tem sido sugerido que os romanos tinham uma pronunciada disposição para usar violência contra povos estrangeiros, e “comportavam-se com bem mais ferocidade que os outros povos politicamente avançados do mundo mediterrânico”. Talvez, assim, numa sociedade violenta e belicista mais rapidamente se aceitasse a ideia de ir para a batalha para matar aqueles que viam como inimigos.” (CAMPBELL, *op. cit.*, página 23)

colectivamente partilhada de que é na perda da eficiência da sua máquina militar que a Cidade Eterna melhor pode identificar o presságio da sua ruína.

O ano de 218 a.C. assinala o início do mais sanguinário episódio no confronto secular que opôs Roma e Cartago. Como refere Liddel Hart, as Guerras Púnicas são “o primeiro conflito que, após as guerras macedónias, desempenharam um papel verdadeiramente decisivo na história da Europa, tanto pelos seus resultados imediatos como pelas suas consequências longínquas.”²⁸ A análise de cada um dos acontecimentos que as preenchem constitui a melhor metodologia para que se compreenda a razão do seu evoluir e, derradeiramente, a justificação para o seu desenlace.

O desenvolvimento da Segunda Guerra Púnica na Península Ibérica divide-se em duas fases distintas:

A primeira principia com o desembarque de Gneu Cipião em Ampúrias em 218 a.C. e conclui-se com a derrota esmagadora sofrida pelas legiões romanas na campanha do Alto *Baetis*²⁹ em 211 a.C. A segunda corresponde aos anos em que o comando operacional romano é exercido por Públio Cornélio Cipião (210 a.C.-206 a.C.), mais tarde apelidado de *o Africano*. A presente tese tem por propósito abordar, sobretudo, a primeira destas duas etapas do magno conflito no palco peninsular.

2.3 - As fontes³⁰ para o tema de tese

2.3.1 - As fontes escritas

Os livros escritos por historiadores não reproduzem os eventos volvidos; limitam-se a interpretar o passado a partir de perspectivas contestáveis.³¹ Apesar do exame do

²⁸ HART, Liddell B.H. - *Histoire mondiale de la Stratégie*, Plon, Paris, 1962, página 29

²⁹ Antiga denominação do rio Guadalquivir.

³⁰ “O problema das fontes é talvez a matéria mais básica e a mais difícil no estudo dos livros históricos. A natureza das fontes, tanto escritas como orais, e a forma como estas foram usadas pelos escritores são as questões cujas respostas largamente determinam os princípios e os métodos da interpretação “da historiografia antiga”.” (VAN SETERS, John - *In Search of History. Historiography in the Ancient World and the Origins of Biblical History*, Eisenbrauns, Winona Lake (IN), 1997, página 52)

³¹ A observação do historiador é sempre uma “perspectiva” e por isso depende “do ponto de onde se observa”.

“De acordo com Gallie, uma narrativa histórica é bem sucedida, se o historiador for bem sucedido em “puxar” o leitor ao longo dos factos contingentes relacionados na narrativa, fazendo uso inteligente dos nossos “sentimentos inter-humanos”. Gallie, como outros narrativista, vê a narrativa mais

analista histórico pressupor uma destriça relativamente ao simples especular, o produto do seu labor nunca constitui o reflexo fidedigno da realidade transacta.

A imersão no mundo antigo faz-se por via indirecta e sempre em íntima relação com o que o relator nos diz. Neste contexto, para apreciar os factos pretéritos a partir do legado escrito de autoria ancestral devemos ter em conta, como refere G. Schepens, “a natureza e disponibilidade das fontes usadas pelo historiador, a sua habilidade crítica, a sua *bias*, a sua teoria das causas, as suas convicções políticas, as suas ambições literárias e assim por diante”³². A estima da validade do juízo do historiador contemporâneo deve, por conseguinte, subentender a circunstância de este provir da reinterpretação dos acontecimentos a partir da informação impressa nas fontes primárias.

Como refere Arnaldo Momigliano, “a maneira de escrever a história é, nos tempos modernos, por escolha dos autores, uma confrontação permanente com os originais gregos e com os romanos que deles fizeram seus modelos”³³. A razão fundamental desta desarmonia concerne, naturalmente, ao percurso de dois milénios de aprendizagem a todos os níveis consumado pela prática historiográfica.³⁴ Contudo, se a elementaridade do depoimento antigo constitui, sem dúvida, um condicionalismo importante na apreciação dos eventos outrora decorridos, o observador moderno tem-se empenhado em nele continuamente descobrir novos significados. O respeito devido aos autores clássicos emana, em primeiro lugar, do reconhecimento de que a sua narrativa constitui um dos mais nutritivos alimentos da nossa investigação.

Um dos aspectos que devemos ter sempre em mente quando procedemos à tentativa de apurar a autenticidade dos testemunhos de que dispomos para o estudo da Segunda Guerra Púnica no palco hispânico, consiste no facto de estes provirem, exclusivamente, da lavra de historiadores romanos ou afectos à romanidade, não tendo legado, os povos em contenda com a Cidade Eterna, a sua própria versão dos

como um meio para transmitir uma mensagem colocando, certamente, em movimento, algum mecanismo psicológico da mente do leitor. (...) Assim, a linguagem histórica não apenas comporta informação descritiva, como também – e isto é de longe a sua mais importante tarefa – uma espécie de instrumento intermediário, externo tanto para o historiador como para o seu público, que faz as rodas do mecanismo psicológico na mente do ouvinte ou leitor rodarem de tal forma que este mecanismo produza uma “imagem” ou uma “evocação” do passado. (ANKERSMIT, F. R. - *Narrative logic. A Semantic Analysis of the Historian's Language*, Martinus Nijhoff Publishers. The Hague/Boston/London, 1983, páginas 13-14)

³² SCHEPENS, *op. cit.*, página 321

³³ MOMIGLIANO, Arnaldo - *Problèmes d'historiographie ancienne et moderne*, Gallimard, Paris, 1983, páginas 15-20

³⁴ Sulcado por tantos revezes e retrocessos antes de qualquer progresso aparente.

acontecimentos.³⁵ Efectivamente, tal como nos diz R. M. Ogilvie, “existem três, possivelmente quatro, histórias maiores – Grega, Romana, Etrusca e Cartaginesa” provenientes da época clássica, sendo que “a Cartaginesa pode ser descontada, porque, ainda que provavelmente usada em segunda mão pelo historiador grego Políbio, nada sobrevive ou pode ser recuperado independentemente. Não existem referências de escritores etruscos que estiveram activos no século quinto e quarto”.³⁶ Consequentemente, o protagonismo que Roma assume na historiografia antiga e o rotineiro beneplácito com que é avaliada a sua actuação constitui a consequência natural da estima que lhe guarda a sua prol.

2.3.1.1 - Os principais autores

Para a aproximação ao tema da presente tese temos um considerável volume de informações que nos chegam de uma colectânea de autores, entre os quais merecem especial referência os trabalhos de Tito Lívio e Políbio.

Tito Lívio (59 a.C. – 17 d.C.) é um dos mais importantes vultos da historiografia antiga, criador de uma obra monumental que permaneceu como referência paradigmática e objecto de veneração inspiradora para futuros desenvolvimentos. Produzida no momento em que a luz irradiadora do Império atinge já as fronteiras naturais do mundo Mediterrâneo, a *História de Roma* de Tito Lívio pode ser, antes de mais, precisada como a narrativa oficiosa da epopeia vivida pela Cidade Eterna, desde as suas míticas origens até aos alvares do Principado, pela mão de um dos seus apologistas. Contudo, se o nosso autor desenvolve grandes esforços no sentido de enfatizar a soberania dos puros valores romanos como o factor justificativo da expansão, a sofisticação estilística do seu discurso constitui o testemunho eloquente de que parte do arquétipo do rústico obstinado se dissolvera em proveito de um novo Homem, agraciado pelas perspectivas culturais e mentais consonantes com o sábio governo do mundo. Uma superior qualidade de redacção distingue, com efeito, a obra de Lívio, da rudeza da autoria latina predecessora, assinalando o momento em que a

³⁵ “Será argumentado que, especialmente respeitante aos assuntos políticos, diplomáticos e militares, que fazem o volume da história das Guerras Púnicas, as nossas possibilidades para substituíram as narrativas “Romanas” por alegadamente uma mais objectiva, são bastante limitadas” (SCHEPENS, *op. cit.*, página 317)

³⁶ OGILVIE, R. M. ; DRUMMOND, A – “Sources for Early Roman History” in *The Cambridge Ancient History. VII. Part 2. The Rise of Rome to 220 BC*, WALBANK, F.W.; ASTIN, A.E.; FREDERIKSEN, M.W (Eds.), Cambridge, 1990, página 1

tradição historiográfica do novo Império definitivamente incorpora a erudição do helenismo.

Uma das componentes angulares da historiografia romana concerne ao partidarismo com que é estimado o fenómeno histórico.³⁷ Favorecer o seu Estado, sobretudo numa época em que a abnegação escolástica se via tão trivialmente superada por anseios mundanos, era uma prática natural, compreensível e laureada, sendo por via dela que Tito Lívio se faz reconhecer como o *pater* da História romana. Mais do que qualquer outra coisa, apraz-lhe associar à edificação do império universal a supremacia dos preceitos civilizacionais da romanidade, firme sustentáculo para a eficiência com que, na sua reverente explanação patriótica, quase sempre opera o seu braço armado.³⁸

Outro dos elementos caracterizadores da *Ab Urbe Condita* consiste na preocupação manifesta do autor latino em oferecer, à sua audiência, uma narrativa robustecida por uma empolgante ambiência dramática em contraponto à esterilidade do simples recitar factual. Uma ostensiva valorização dos feitos do povo romano ou, em alternativa, das ingentes dificuldades que justificam os seus temporários revezes, parece ser entendida como um condimento qualitativo da realidade subjacente, mesclando-se a ficção e a História no mesmo domínio.³⁹

Para Brian Campbell, “este interesse na arte da guerra é frequentemente acompanhado pela assumpção implícita que a superioridade militar romana era absoluta e que eles podiam dispor povos e reinos de forma a servir os seus interesses, e continuar conquistando quando e onde desejavam. Para pegar num exemplo, Lívio relata em muitas narrativas sensacionais a gloriosa herança militar de Roma, e no Prefácio escreve que a glória militar do povo romano era tão grande que era razoável para eles pensar que eram descendentes de Marte, o deus da guerra.”⁴⁰

³⁷ Roma é a heroína da epopeia liviana.

³⁸ “O Estado romano tem sobre todos estes Estados e os seus povos uma imensa superioridade. Ele representa a forma mais evoluída da sociedade humana que se realizou. Mais ainda nas produções do espírito, ele está para além do resto do mundo.” (ALBERTINI, Eugene - *L'empire Romain*, Presses universitaires de France, Paris, 1970, página 13)

³⁹ “Entendia-se que a História devia ser mais do que uma mera crónica; devia melhorar e instruir o leitor e envolver as suas emoções. O historiador tem de explicar os eventos relatados, especialmente em termos de motivação humana; tem de desenvolver e enfatizar o aspecto moral e providenciar um detalhe saudável que não meramente aumente a credibilidade da sua narrativa mas também o tom vivo para o ouvinte e leitor. Para alcançar isso, contudo, é necessário inventar. Ainda que deplorável em teoria, a ausência de fontes detalhadas fez da reconstrução história em larga escala tanto inverosímil quanto possível. Os meios empregues para este propósito pelos últimos analistas são os mais evidentes nos relatos sobreviventes da História política republicana inicial.” (OGILVIE, R.M. ; DRUMMOND, A., *op. cit.*, página 25)

⁴⁰ CAMPBELL, *op.cit.*, página 13

A segunda fonte histórica de grande importância que temos ao nosso dispor para a explanação dos acontecimentos afectos ao tema da presente tese consiste nas *Histórias* de Políbio, extensa obra de abrangência “universal” que cobre os acontecimentos vividos no mundo mediterrâneo entre os anos de 264 a.C. e 146 a.C.⁴¹ Para a compreensão da natureza e objectivos do seu trabalho, o decalque do percurso de vida deste autor afigura-se como particularmente útil.

Natural de Megalópolis na Arcádia, Políbio (203-120 a.C.) exerceu importantes cargos de comando nos exércitos da Liga Aqueia, tendo participado na batalha de Pidna (168 a.C.). Enviado para a Cidade Eterna como refém, aprendeu a respeitar e a admirar a civilização romana, reconhecendo que as suas conquistas e a regência que exerce, já no seu tempo, sobre o Mediterrâneo, lhes foram facultadas pelo engenho em erigir sólidas instituições. Definindo a função objectiva da História como rigorosamente escrutinadora dos motivos profundos que dão suporte aos eventos passados⁴², Políbio, na senda de Tucídides, empenha-se em demonstrar as virtudes superiores de uma explanação assente na documentação autenticada, análise racional, crítica imparcial da conduta humana e criterioso cômputo da causalidade histórica.

Ainda que não exista necessidade de se acentuar a polaridade entre as duas tradições, um criterioso exame dos eventos passados constitui a contrapartida oferecida por Políbio relativamente ao colorido épico da narrativa liviana. Não obstante o preciso apuramento da imparcialidade do trabalho⁴³ do relator helénico permanecer em profícuo debate, é comumente reconhecido que a sua obra compreende diversos princípios e procedimentos da metodologia histórica. O esbatimento do nacionalismo, ficção, mistificação e contexto ético-trágico que predominam na historiografia antiga constitui, efectivamente, alguns dos elementos que permitem vincular Políbio aos mais distintos paradigmas da contemporaneidade. Um dos méritos particulares da obra deste autor concerne, assim, ao empenho com que nela se procura demonstrar a superior utilidade de uma avaliação histórica pautada pelo rigor e crítica fundamentada.

Na opinião de Max Le Roy, “existem com certeza erros numerosos e inevitáveis nas obras dos escritores antigos (...) mas de uma maneira geral (...) não são mais graves do que os que se podem salientar nas nossas obras modernas. Concerne ao

⁴¹ Possuímos intactos apenas os primeiros cinco livros da sua obra; sobre a campanha decorrida na Hispânia entre os anos de 215 a.C. e 211 a.C., nenhuma descrição de Políbio chegou até nós.

⁴² “A escrita histórica examina as causas das presentes condições e circunstâncias. Na antiguidade, estas causas são primariamente morais – quem é responsável um certo estado de assuntos?” (VAN SETERS, *op. cit.*, página 5)

⁴³ Ver SCHEPENS, *op. cit.*, página 317-323

analista contemporâneo “proceder a uma “restituição conjectural”, rectificando os erros acidentais e tentando descobrir as modificações provenientes de fraudes ou de erros de julgamento. A esse respeito, temos uma tendência para desafiar os historiadores romanos que consideramos como desprovidos de objectividade e de sentido crítico. Mas esta desconfiança sistemática é excessivamente cara, porque apesar de algumas ingenuidades (notavelmente em matéria de ciências físicas e naturais), os autores antigos fazem frequentemente prova de um sentido crítico que poderá fazer a inveja de certos autores do século XIX.”⁴⁴. No mesmo sentido, salienta Alejandro Fornell Muñoz que “apesar das importantes limitações que os textos antigos apresentam (escassez de obras conservadas integralmente, erros de transmissão, problemas de tradução, parcialidade, carácter indirecto, etc), um tratamento adequado e a contraposição com outras fontes, convertem-nos numa das principais bases de dados de que dispomos.”⁴⁵

2.3.2 - As fontes materiais

Como refere Raymond Bloch “não é possível encarecer demasiado a importância do alargamento de perspectiva que veio modificar e enriquecer a nossa visão dos primeiros séculos. (...) Até há pouco tempo – e mesmo actualmente, na versão popular – a origem e desenvolvimento da Roma primitiva eram coisas de alguma forma encaradas como fenómenos unívocos, realidades absolutas que podiam ser bem explicadas a partir de condições étnicas e geográficas e por necessidades intrínsecas. (...) Na realidade, isso representava apenas a sobrevivência do tradicional e acanhado ponto de vista dos historiadores romanos. (...) O progresso da investigação, tanto arqueológica como linguística, mostrou que tal quadro pouco tinha a ver com a realidade.”⁴⁶ Acrescenta, contudo, o mesmo autor que “muitas outras literaturas atestam que as tradições orais podem ser fielmente transmitidas de geração em geração, e a investigação moderna revela, em todos os campos da História antiga, que as tradições lendárias se identificam com um sólido núcleo de realidade histórica. (...) As escavações arqueológicas efectuadas no próprio local fornecem ampla confirmação da verdade de muitas das hipóteses tradicionais. (...) Apesar de o ponto de vista dos analistas os ter levado a

⁴⁴ LE ROY, *op. cit.*, páginas 13-14

⁴⁵ FORNELL MUÑOZ, Alejandro – “Aportaciones y limitaciones de la Arqueología en el estudio de las *uilla* romanas andaluzas” in *Hispania Romana: actas do IV Congresso de Arqueología Peninsular (Faro, 14 a 19 de Setembro de 2004)* / editor João Pedro Bernardes, Congresso de Arqueologia Peninsular.IV.Faro. 2004, página 139

⁴⁶ BLOCH, Raymond - *Origens de Roma*, Verbo, Lisboa, 1966, páginas 13-14

falsear inconsciente a realidade, não fez esquecer completamente as datas e factos essenciais da cultura romana primitiva.”⁴⁷

Facultando, ao investigador, um conjunto de técnicas e saberes teóricos destinados a auxiliá-lo na sua tarefa de reconstituição do contexto que enforma a cultura material das civilizações predecessoras, a arqueologia, epigrafia e numismática têm-nos elucidado sobre aspectos fundamentais da ambiência peninsular. Em particular, os trabalhos de recuperação do espólio grego e fenício-cartaginês proporcionam-nos algumas das mais objectivas referências de que dispomos para o estabelecimento de uma relação entre o desenvolvimento das estruturas indígenas e o contacto com o elemento exógeno.⁴⁸

Se as narrativas escritas detalham as campanhas militares empreendidas pelos povos colonizadores assim como a apreciação forasteira dos hábitos e costumes indígenas, os vestígios materiais constituem um dos melhores trâmites para estreitarmos a brecha entre a nossa perspectiva e o genuíno mundo hispânico.

Para Clive Gamble, “a Arqueologia ocupa-se, basicamente, de três coisas: objectos, paisagens e o que deles fazemos. É muito simplesmente o estudo do passado através de restos materiais (...) Somos tanto criados por como criadores da cultura material. Como Randall McGuire o coloca: a cultura material não apenas existe num contexto, mas também ajuda a formar esse contexto. Não é apenas pano de fundo; é, em vez disso, o palco e o produto da acção humana. A cultura material é o que isso diz, nomeadamente, manifestações da cultura através de produções materiais”.⁴⁹ Para além de um atractivo puramente estético ou manufactureiro, a importância histórica de um artefacto ou edificação reside na informação que ele nos transmite quanto ao contexto antropológico da sua produção e função. Consequentemente, o detalhado exame dos seus aspectos técnicos constitui o nexos para o que verdadeiramente interessa na Arqueologia: o pensamento humano expresso na cultura material.

Como referem Arturo Ruiz e Manuel Molinos, “para a sua análise, a arqueologia parte da relação artefacto/contexto. O artefacto, convenientemente contextualizado, oferece a possibilidade de aferir a realidade tecnológica da produção e, a partir daí, de

⁴⁷ BLOCH, *op. cit.*, páginas 18-19

⁴⁸ “Difusão e migração: inovação e autonomia. Estes mecanismos têm, desde o início, sido o stock de explicação para mudança e variação. A difusão de ideias e a migração de povos têm contado para o aparecimento de novos tipos de cerâmica, objectos metálicos, túmulos e colonizações assim como mudanças maiores tais como o espalhar da agricultura pela Europa.” (GAMBLE, Clive - *Archaeology: The Basics*, Routledge, New York, 2007, página 185)

⁴⁹ GAMBLE, *op. cit.*, páginas 15-18

revelarmos as relações sociais nas conjunturas analisadas com a metodologia arqueológica. O contexto, portanto, faz legível a actuação individualizada ou colectiva do grupo social e a sua relação com os meios de trabalho.”⁵⁰

Se a análise dos vestígios deixados pelos povos antigos nos pode elucidar sobre aspectos fundamentais da essência da sua vida, os limites das “ciências auxiliares” não deixam de ser importantes.

A reconstrução arqueológica é distintamente lacunar, contextual e hipotética. A erosão do tempo deixa-nos apenas com um resíduo desgastado da produção humana e habitats naturais mais ou menos transfigurados. O debate mantém-se aceso entre a comunidade científica sobre a legitimidade de se extrair ilações gerais a partir da colecta de objectos singulares ou fragmentos dispersos.⁵¹ Se o relato histórico pode ser continuamente reinterpretado, uma escavação é sempre destruidora⁵²: cada levantamento representa uma deterioração e contaminação do local de depósito.

Apesar dos trabalhos de recolha e interacção com o espólio material nos oferecerem dados de grande relevância para o estudo do passado, eles não se sobrepõem por completo ao legado escrito. Para Guido Schepens, o “detalhado estudo comparativo das fontes literárias em conexão com os achados numismáticos, arqueológicos e epigráficos permite, claro, uma extensão e refinamento do nosso conhecimento, correcção de erros particulares e talvez também uma vista geral mais balanceada, mas dificilmente acredito que possa reescrever episódios inteiros.”⁵³ Por conseguinte, “alguns arqueólogos consideram que, tal como o passado se foi, nunca poderemos verdadeiramente provar se as nossas ideias sobre ele são verdadeiras, ou mesmo em que

⁵⁰ RUIZ, Arturo & MOLINO, Manuel – *Los iberos: análisis arqueológico de un proceso histórico*, Crítica, Barcelona, 1993, página 144

⁵¹ “Mas existe uma contradição aqui. Por um lado Hodder é altamente crítico quanto a atribuir-se funções universais a artefactos e vociferou contra os dispositivos de medição universais tais como os propostos por teorias de médio-alcance e a sua ponte com as estatísticas e as dinâmicas (capítulo 3). Mas, por outro lado, ele está inteiramente feliz com princípios universais de significado tais como os contidos em noções como as de habitus e poder (ver Chapter 8), enquanto, ao mesmo tempo, insiste na importância de examinar contextos específicos nos seus próprios méritos.” (GAMBLE, Clive, *op. cit.*, página 104)

⁵² “Toda a escavação, mesmo quando realizada da melhor forma, irá destruir alguma da informação arqueológica enquanto recupera outra. (...) Mesmo a arqueologia de superfície, como a colecta de artefactos, diminui o recurso arqueológico. (...) Irás desenhar o teu projecto numa base de conhecimento muito imperfeito, e se um projecto envolve escavação terás apenas uma tentativa, dado que o processo de escavação destruirá o sítio mesmo se o revelar.

Se a evidência for encontrada no ou sob o solo, e então removida, mas não registada, ter-se-á perdido para sempre. Os historiadores podem retornar aos documentos mais tarde; o arqueólogo não pode regressar ao sítio de escavação e encontrar informação *in situ* para ser relida.” (DREWETT, Peter - *Field Archaeology*, Routledge, London, 2003, página 5)

⁵³ SCHEPENS, *op. cit.*, página 317

medida elas podem ser provadas ou desaprovadas.”⁵⁴ A interdisciplinaridade parece, portanto, estabelecer-se como a melhor metodologia para ultrapassar parte das limitações particulares que se reconhecem em cada uma das distintas formas de análise histórica. Um dos maiores proventos da arqueologia e disciplinas relacionadas consiste no seu contributo para a confirmação, correcção e complemento das crónicas antigas.

2.4 - Hispânia: espaço de confronto

Tem-se por convencionado que a melhor forma de compreender o evoluir de uma guerra consiste na preambular identificação e exposição das mais importantes características do espaço onde ela decorre. Neste contexto, a característica que melhor enuncia a Hispânia na concepção delimitada que o Homem Clássico tem do mundo é a da sua enorme superfície geográfica.⁵⁵ Não obstante o facto de, como aponta Lazenby, “as operações na Espanha durante a Segunda Guerra Púnica se terem confinado ao este e sul da Península Ibérica”⁵⁶, soberanas dificuldades ao nível das comunicações entre as suas diversas regiões contribuía para que um exército estrangeiro em campanha na Hispânia se visse, antes de mais, envolvido ”numa perpétua batalha contra a distância”⁵⁷ numa “lendária Farwest”⁵⁸. Como refere Keith Hopkins, “a dificuldade da conquista de um tal território é sintomática da eficiência da actividade bélica de Roma e da sua vocação de conquista”⁵⁹.

Uma convergência entre critérios de pura geografia física com os padrões etnográficos dos povos residentes nos diferentes espaços que a constituem, permite-nos classificar a Península Ibérica pré-romana como um mundo complexo dividido em diversas subáreas.⁶⁰ Como resultado da variedade dos seus elementos naturais, o mais

⁵⁴ DREWETT, *op. cit.*, página 6

⁵⁵ “O tamanho da Ibéria (agora chamada de Hispânia por alguns) é quase inacreditável para um único país. A sua largura está calculada em 6,000 quilómetros, e o seu comprimento é igual à sua largura. Muitas nações de vários nomes habitam-na, e muitos rios navegáveis fluem através dela.” (APIANO, *História de Roma: As Guerras Hispânicas* (1:1).

⁵⁶ LAZENBY, *op. cit.*, página 125

⁵⁷ BROWN, Peter - *Power and Persuasion in Late Antiquity: Towards a Christian Empire*. University of Wisconsin Press, 1992

⁵⁸ NICOLINI, Gérard – *The ancient Spaniards.*, Saxon House, London, 1974

⁵⁹ HOPKINS, Keith – “La Romanización: asimilación, cambio y resistencia” in *La Romanización en Occidente*, José M^a Blázquez y Jaime Alvar (Eds.). Actas Editorial, Madrid, 1996, página 22

⁶⁰ “Não vamos daí concluir que o mundo ibérico seja um mundo fechado. Nem tão-pouco que ele soube oferecer, aos elementos humanos que o abordaram, condições particularmente favoráveis à sua fusão numa harmonia. Porque, por um lado, este mundo abre-se, amplamente, às influências exteriores de todas as espécies, por intermédio de uma acolhedora periferia; mas, por outro lado, opõe, muito rapidamente, a quem quer penetrá-lo as múltiplas barreiras das suas *sierras* e planaltos, a rudeza do clima e a fraqueza dos seus recursos. Ao contrário da França – menos bem definida, mas tão admiravelmente articulada em volta dos seus rios, a Espanha não goza de nenhum sistema coerente de vias naturais. Nenhum centro

distinto atributo do território peninsular é o da dissemelhança entre o tipo de organização e comportamento das populações que o habitam, razão pela qual Simon J. Keay o define “como um mosaico cultural” acolhedor não de uma “sociedade homogénea”, mas de toda “uma gama de grupos, dotados de muito diversos graus de centralização política, tradições urbanísticas, religião e cultura material”.⁶¹ Esse carácter identitário encontra-se particularmente explicitado na diferenciação que reconhecemos entre uma faixa costeira mediterrânica onde se concentra o fundamental do desenvolvimento urbano e a progressiva dispersão populacional nas regiões mais interiores até ao Atlântico.⁶²

2.4.1 – O espaço celtibero: geografia física e humana

Nos alvares da Segunda Guerra Púnica, o domínio cartaginês estendia-se desde a Catalunha até à parte meridional do extremo Ocidente peninsular.⁶³ A partir de referências concretas feitas por Tito Lívio aos povos hispânicos que participaram ou foram objecto das campanhas de expansão empreendidas pelos bárcidas⁶⁴, pudemos presumir que a fronteira da província púnica assumia a forma de uma ampla linha concêntrica unindo os dois pontos confinantes de assentamento na costa do

geográfico pode desempenhar aí o papel que Paris ou Londres assumiram. Quase todos os vales são obstruídos pelas estreitas passagens que delimitam os planaltos (...). Da barreira ininterrupta dos Pirenéus centrais às cristas igualmente vigorosas que dominam Granada e Almeria estende-se a Ibéria montanhosa e continental, caracterizada pelas dificuldades de acesso e pela brutalidade das condições climáticas, portanto pelo *isolamento* e pela *precariedade dos meios de vida*. (VILAR, Pierre – *História de Espanha*. Livros Horizonte, Lisboa, 1992, páginas 7-8).

⁶¹ KEAY, Simon J. – “La romanización en el sur y el levante de España hasta la época de Augusto” in *La Romanización en Occidente*, José M^a Blázquez y Jaime Alvar (Eds.). Actas Editorial, Madrid, 1996, página 149

⁶² “Conjuntamente com a feliz porção do seu país, as qualidades de tanto a gentileza como civilidade chegaram aos Turdetanos; e aos povos Célticos também, em proveito de serem vizinhos dos Turdetanos, como Políbio disse, ou além disso, em proveito do seu parentesco; mas menos para os povos Célticos, porque pela sua maior parte vivem em meras aldeias. Os Turdetanos, contudo, e particularmente aqueles que vivem perto do *Baetis*, mudaram completamente para o modo de vida romano, nem sequer se lembrando mais da sua própria linguagem. E a maior parte deles tornaram-se latinos e têm recebido Romanos como colonos, de forma que não estão longe de serem todos romanos. E as presentes cidades conjuntamente habitadas, *Pax Augusta* no território celtibero, *Augusta Emérita* no território dos Túrdulianos, *Caesar-Augusta* perto da Celtiberia, e alguns outros estabelecimentos, manifestam a mudança para os atrás ditos modos de vida civil. Além disso, todos aqueles iberos que pertencem a esta classe são chamados “*Togati*”. E entre estes encontram-se os Celtiberos, que foram outrora vistos com os mais ferozes de todos” (ESTRABÃO, *Geografia*, (III, 2,15))

⁶³ AAVV - *Os Púnicos no Extremo Ocidente (Actas do Colóquio Internacional)*, Universidade Aberta, Lisboa, 2000

⁶⁴ “Não longe do *Tagus* foi feito um ataque sobre Aníbal quando este regressava da sua expedição contra os *Vaccaeii* (...) Os *Carpetani* conjuntamente com os contingentes dos *Olcades* e *Vaccaeii* numeravam no total 100,000 homens, uma força irresistível tivessem eles lutado num solo nivelado (...) Ele deu continuidade à sua vitória devastando os seus campos, e em poucos dias estava apto a receber a submissão dos *Carpetani*. Não existe nenhuma parte do país para além do Ebro que não pertencia agora aos cartagineses, com excepção de Sagunto. (TITO LIVIO, *op. cit.*, (XXV.33))

Mediterrâneo. A administração directa dos cartagineses atingia, pelo menos, os territórios da alta Oretania, afectos ao complexo mineiro da Andaluzia setentrional, com o *Tagus* a constituir, como refere Dexter Hoyos, o ponto de referência “mais a norte do controlo púnico sob o segundo Bárcida, como é confirmado pela campanha de 220 de Aníbal, lançada sobre terras para além das suas extremidades medulares”. Acrescenta, contudo, o autor que, “o *Tagus* não seria uma fronteira patrulhada demarcando estritamente o território púnico do não-púnico, mas marcaria antes a zona mais afastada (até ao momento) de comunidades amistosas – ou, em alguns casos, firmes súbditas destes – com os cartagineses.”⁶⁵

A parte da Hispânia pré-romana que assumira, durante largos séculos, a condição de charneira entre as vertentes ibera e céltica corresponde, no seu conjunto, aos territórios constitutivos da Meseta Ibérica. Os povos que a habitavam encontravam-se distribuídos por diversas tribos de forte espírito autonomista. Contudo, se o isolamento geográfico incentivara as populações do norte da Península a preservarem, pelos séculos fora, formas de vida social arcaizantes, incipiente consciência colectiva e uma organização política marcada por uma extrema fragmentação e descontinuidade, a sua área central manteve estreito contacto com os povos mais evoluídos da orla mediterrânica.

Henrique IV da França descreveu a Espanha como um país em que “os grandes exércitos morrem à fome e os pequenos exércitos são batidos”: mais do que qualquer outra região, a Meseta subsiste como a melhor afiançadora da verdade deste dito⁶⁶. Os conflitos militares nela ocorridos durante a própria Idade Contemporânea onde grande parte do território havia sido já desbastado pela actividade e tecnologia humanas, são ilustrativos da dificuldade que qualquer agrupamento de homens conhecia para sobreviver nestas paragens medulares. Ao longo dos planaltos ressequidos da Meseta, tudo parecia aconselhar maior circunspecção a forasteiros com planos de conquista.⁶⁷

⁶⁵ HOYOS, *op. cit.*, página 83

⁶⁶ SCULLARD, H.H. - *Scipio Africanus in the second Punic war*, Cambridge University Press, 1930, página 50

⁶⁷ “O historiador grego (Políbio) também enfatiza a natureza extraordinária de lutar na Hispânia quando considerada pelo ponto de vista do soldado Mediterrâneo treinado de forma clássica. Ele chamava à guerra hispânica “a guerra do fogo”, não somente pela sua ferocidade mas pela sua imprevisibilidade, as suas alternadas erupções e períodos de pausa que nunca verdadeiramente se anteviam. Os romanos, dizia, eram desmoralizados pela paciência incansável dos hispânicos, que não podiam ser batidos rapidamente em batalhas decisivas, mas que teimosamente resistiam todo o dia até a noite trazer uma pausa temporária à luta, apenas para a ela regressarem na manhã seguinte. Mesmo o Inverno não interrompiam a guerra na Península, escreve.” (TREVINO, Rafael ; McBRIDE, Angus – *Rome's Enemies (4): Spanish Armies 218-19 BC*, Osprey Publishings, Oxford, 1986, página 14)

Com a extrema pobreza deste território a determinar que um mínimo de abastecimento apenas pudesse ser garantido a unidades de diminuto número de efectivos, os indígenas desfrutavam de oportunidades acrescidas para perturbar as linhas de comunicação dos vários contingentes de um exército em avanço através da zona de hostilidades. Retirando pleno proveito das qualidades do afamado corcel ibérico para imprimir adicional rapidez às suas deslocações, a tática mais usual das forças de resistência da Celtibéria consistia em, tal como os predadores felídeos da savana africana, vigiar à distância e acometer impunemente sobre os membros mais expostos - retardatários, destacamentos de batida, patrulhas de forragem e outros grupos fraccionários – da coluna de marcha inimiga. Numa região em que os próprios elementos naturais se revelavam, frequentemente, como o pior inimigo de um exército, as guerras nela travadas podiam implicar enormes baixas sem sequer se chegar a travar uma batalha campal.

Os povos da Meseta provaram, por conseguinte, serem supremos especialistas na guerra de guerrilha, dada esta modalidade de belicismo se ajustar perfeitamente aos mais vitais interesses de quem defendia este peculiar solo relativamente a quem o procurava conquistar. A ambiência do interior peninsular colocava, efectivamente, extremas contrariedades à coordenação entre latas unidades tácticas que constituía a força maior dos exércitos arregimentados pelos grandes dispositivos estatais do Mediterrâneo central e oriental, sobre povos “civilizacionalmente menos desenvolvidos”. Como refere Antonio Arribas, “a guerrilha seria a forma de combate local contra os cartagineses e os romanos. Estes desprezavam este tipo de combate, que designavam por *conkursare*. Mas a guerrilha permitia, num país de orografia tão irregular, a concentração de pequenos contingentes, bem como a sua rápida dispersão, mal acabava o ataque.

O sistema mostrou-se ideal para hostilizar os exércitos legionários, sobretudo porque, devido ao carácter tribal dos iberos, estes nunca conseguiram formar coligações com poder ofensivo suficientemente forte.”⁶⁸

De facto, eram confrangedoras, para um exército estrangeiro, as dificuldades que encontrava em assegurar a sua eficiência quando travando campanha no âmbito da Hispânia. Em consequência do seu considerável distanciamento relativamente ao Mediterrâneo assim como da indocilidade da sua geografia, a Meseta manteve-se, em

⁶⁸ ARRIBAS, Antonio – *Os Iberos*, Verbo, Lisboa, 1971, páginas 73-74

larga medida, inacessível à difusão das ideias afectas ao complexo desenvolvimento das sociedades estatizadas, factor que terá contribuído para a permanência, até tempos tardios, da reduzida densidade dos seus agrupamentos humanos, da conflituosidade inter-tribal e da ausência de uma consciência colectiva claramente definida. Pudemos, antes de mais, entender este território central da Península como um núcleo acolhedor de distintas influências periféricas, situação que deu origem a uma cultura onde sobressaem os caracteres de miscigenação. Se o bando e a tribo constituem, tal como na zona de radicação indo-europeia, as unidades sociais dominantes, uma capacidade de agregação humana mais alargada pode reconhecer-se nos movimentos de resistência que opuseram as forças armadas de diversas comunidades celtibéricas às legiões de Roma.

Outro traço distintivo do evoluir histórico mesetano consiste no reforço da importância e polaridade da “cidade” tribal num mundo de predomínio da aldeia. Não existiam, porém, nesta região, nenhuma estrutura política duráveis. Ainda que a distinção na peleja fosse, aparentemente, o elemento determinante para a escolha da liderança da tribo, esta honra recaía, por tradição, num dos membros das famílias de maior prestígio e riqueza, provisionados com superior capacidade para retribuir, por uma variedade de benesses, a lealdade que lhe jurava um círculo de dependentes. Uma vez adquirida, a preservação do direito de chefia provinha da aptidão em continuamente garantir a segurança do seu povo.⁶⁹ Os sucessivos testes de legitimação a que o aristocrata guerreiro era sujeito numa ambiência de conflito endémico, instituía a precariedade como a característica modelar da sua autoridade.

A carência de recursos na Meseta, com a conseqüente propensão para que cada comunidade procurasse garantir a sua própria sobrevivência através do saque das populações vizinhas, determinou que, até ao período de domínio romano, nenhuma entidade política maturada tivesse surgido neste território. A incipiência do desenvolvimento institucional favorecia a predominância da guerra de pequena escala no quotidiano de violência intestina entre as tribos mesetanas.

Tocando todos os aspectos e esferas da organização social peninsular, a complexidade das estruturas militares hispânicas acentuava-se, contudo, nos momentos em que uma importante causa comum impunha a suspensão das rivalidades domésticas sob a forma de uma aliança de armas.

⁶⁹ GOLDSWORTHY, Adrian – *Roman Warfare*, Cassell, London, 2000, páginas 26-27

A Meseta assume, assim, a forma de uma “plataforma estrutural” entre o norte ásture-galaico profundamente influenciado pelo Atlântico e a orla costeira mediterrânica⁷⁰, acolhendo, em grau moderado, alguns dos caracteres especialmente distintivos das regiões mais periféricas. A zona central da Península Ibérica adquire, portanto, a sua identidade própria em resultado de uma ampla dialéctica, interacção e mútuo reforço entre importantes elementos geográficos, climáticos, radicação e mescla étnica, ambiência cultural, organização social, distribuição espacial, estrutura demográfica, cristalização institucional e complexidade dos dispositivos políticos, numa zona de transição sistémica entre os povos montanhese do noroeste e as populações directamente sujeitas e animicamente receptivas às ideias e à presença, mais ou menos residente, dos povos do Mediterrâneo central e oriental.

2.4.2 – O espaço meridional da Península – o Estado Bárcida

Durante longos séculos, a política colonial púnica nunca definira como prioritário o investimento na Hispânia. Vastidão do território, marginalidade do mesmo, carência de vida urbana, incipiência das infra-estruturas previamente colocadas no terreno, feroz e dissuasora resistência indígena, são razões que têm sido apontadas para que, até ao protectorado bárcida, os cartagineses jamais tenham estabelecido um equilíbrio na distribuição de recursos entre o extremo oriental e ocidental do seu império, optando pelo secundarizar dos seus esforços no palco periférico que consistia a Península Ibérica enquanto se manteve viva a disputa pelo domínio das ilhas do Mediterrâneo central. A perda das suas bases na Sicília, Sardenha e Córsega levou, contudo, os cartagineses a voltarem os olhos para o único território extra-africano que se lhes dispunha para o desenvolvimento de esforços de expansão das fronteiras do seu império que não provocassem um confronto imediato com o interesse romano.⁷¹

Nos alvares da Segunda Guerra Púnica, a notável eficiência da política colonial desenvolvida pelos bárcidas na Hispânia encontra-se explicitada na evidente disparidade entre a situação que herdaram e o protectorado que metodicamente erigiram para que

⁷⁰ “Geográfica, racial, cultural e linguisticamente a Celtiberia constitui o nexo da Espanha continental e a Espanha mediterrânica (...) Não em vão, foi, durante anos, o símbolo e o braço forte da defesa da sua independência frente ao invasor romano.” (MONTENEGRO DUQUE, Angel – *Historia de Espana, Edad Antigua, I Espana Prerromana*, Editorial Gredos, S. A. Madrid, 1972, página 20)

⁷¹ “Cartago compensou a perda da Sicília e da Sardenha depois da Primeira Guerra Púnica, com a conquista da Península Ibérica, cujas fabulosas riquezas conhecia desde há muito, pois havia-as explorado, ainda que não tenha conquistado o território” (BLÁZQUEZ, José María ; Garcia-Gelabert, M^º Paz – *Los Bárquidas en la Península Ibérica*, Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, Alicante, 2005, página 27)

possa nutrir Cartago com as suas melhores esperanças de sobrevivência frente a um poder romano de confiança e recursos acrescidos pelo triunfo prévio. O investimento púnico converge sobre as partes da Hispânia cujos proventos do domínio justificam os custos que a sua conquista acarreta, razão pela qual não se acalentam intenções de expansão territorial para as zonas do norte e ocidente. Na antecâmara de um novo conflito com Roma, enquanto o poder cartaginês se sedimenta nas regiões mais produtivas do espaço conquistado pelos seus exércitos, numerosos pequenos príncipes sobrevivem, no seu trono, apenas pelo beneplácito da República suserana. O domínio púnico na Península não resulta apenas de uma conquista, mas de uma acção complexa e ponderada no contexto da qual uma grande habilidade negocial e diplomática se concerta com o elevado poder económico e militar do povo colonizador.

Como refere Pedro Barceló, “após o século III, todo o sul da Península Ibérica constitui uma realidade territorial sob a administração púnica”⁷². Sediado nas duas principais cidades hispânicas - Gades e Cartagena -, o governo bárcida superintende o mando local. De forma a garantir o domínio da costa marítima mediterrânica e de um hinterland que incluía férteis zonas de agricultura mais as reservas mineiras, Cartago prostrara já grande parte da pertinácia indígena, tendo consolidado a sua autoridade sobre toda a costa peninsular desde a parte meridional do extremo Ocidente peninsular até ao Ebro. Nesta região extensa, o poder púnico recolhia os amplos dividendos da complementarização entre a nova tendência para investir no domínio territorial efectivo e penetrar mais profundamente no interior, com o exercício já ancestral das actividades características de um povo especializado no comércio mercantil.

Apesar de constituir um núcleo de plena viabilidade autónoma por si mesmo, o protectorado hispânico está intimamente ligado à metrópole africana⁷³, mantendo um tráfego assente em matérias-primas cujo escoamento para o mercado mediterrâneo parece justificar, sobejamente, os avultados custos que a edificação de uma entidade estatal não pôde deixar de implicar. Subjacente à lógica tipificada do exercício da política externa por um regime que se organiza segundo um modelo talassocrático, a

⁷² BARCELÓ, *op. cit.*, página 59

⁷³ “Em toda a evidência, ambos os sucessores de Amílcar foram eleitos supremos generais da Republica, governando terras, sustentando guerras e fazendo tratados em seu proveito, tal como os generais púnicos tinham feito pelos séculos”. (HOYOS, *op. cit.*, página 77)

colónia está integrada num complexo sistema de ligações mercantis que une a metrópole às franjas de um império fortemente descontínuo.⁷⁴

Pelos inícios da guerra anibálica, o fundamental⁷⁵ das trocas da Hispânia a sul do Ebro com o exterior estão sob o controle da autoridade bárcida e constituem um excedente decisivo para suprir parte das despesas da mãe-pátria⁷⁶. Se esta beneficia de um considerável desafogo económico, é porque o empório colonial financiava, generosamente, uma cidade desgastada pelos conflitos anteriores.

2.4.2.1 - Do modelo de colonização costeira ao territorial

A importância que assume o projecto bárcida para o futuro da colectividade púnica não se esgota, contudo, no aligeirar do fardo que a metrópole carrega após a derrota frente a Roma. Se durante séculos Cartago havia definido um modelo de colonização ultramarina subsidiário de uma lógica de exploração das matérias-primas e do substrato indígena em que o investimento a longo prazo⁷⁷ desempenhara um papel acessório e o fundamental das preocupações se haviam voltado para o lucro fácil e imediato, o projecto de Amílcar Barca visa transformar a Península Ibérica no sustentáculo do domínio cartaginês.

Efectivamente, não obstante todas as insuficiências que se lhe reconhecem em vincular à constituição de um protectorado na Hispânia uma mais efectiva penetração pelo interior peninsular, é indubitável que a estratégia colonial patrocinada pela dinastia

⁷⁴ “Ela aplica um rigoroso imperialismo económico, reservando o tráfico aos seus vasos, reduzindo as outras colónias ao papel de balcões.” (AYMARD, André ; AUBOYER, Jeannine – *Rome et son Empire – tome II*, Presses Universitaires de France, Paris, 1977, página 32)

“Cartago tinha meramente criado um império feudal com nenhum sentido de lealdade corpórea, ao passo que Roma, como veremos, tinha forjado uma confederação de estados que, na sua maior parte, se mantiveram juntos mesmo quando gravemente ameaçados.” (BAGNALL, *op. cit.*, página 13)

⁷⁵ “Não se pode, contudo, falar de zonas comerciais sobre as quais os gregos e os púnicos exerceram um monopólio rígido.” (...) “Apesar dos os cartagineses impedirem as viagens dos gregos até à costa da actual Andaluzia e ao Estreito de Gibraltar, o comércio grego com os povos do interior, especialmente com os que habitavam as regiões mineiras das actuais províncias de Jaén e Granada, devia ser muito activo, segundo o que se deduz dos achados de cerâmica grega quem têm aparecido nesta zona. Este comércio fazia-se necessariamente por terra, desde os enclaves gregos da costa levantina. Era fundamental para estas relações comerciais a via *Heraklea* que bordejava a costa mediterrânica e que penetrava no interior a partir do sudeste, ligando a Penibética e o vale do Gualadquivir com a costa oriental (...) Desta forma, os massaliotas podiam competir com os cartagineses na obtenção dos metais da metade meridional da Península Ibérica”. (CABO, Angel ; VIGIL, Marcelo – *Condicionamientos geográficos. Edad antigua*, Alianza Editorial Alfaguara, Madrid, 1979, páginas 227-228)

⁷⁶ “O feito de Amílcar foi grandioso. Não tinha apenas salvo a República cartaginesa como a reconstruiu como um poder de primeira classe. As novas minas e receitas tributárias vindas da Hispânia trouxeram nova prosperidade; algumas destas podem ter também gotejado para aliados como Útica e os seus súbditos líbios, se for verdade que a conquista enriqueceu “toda a África”, enquanto a Hispânia Púnica abriu oportunidades frescas para cidadãos preparados para se aventurarem aqui.” (HOYOS, *op. cit.*, página 71)

⁷⁷ Para benefício da própria colónia.

bárcida difere do modelo de ocupação marginal e dispersa que caracterizara a fisionomia do império talassocrático de Cartago.⁷⁸

Pela fundação de importantes cidades comerciais e dilatação das fronteiras do seu poder por via da conquista efectiva ou estabelecimento de pactos de aliança política e militar, o objectivo dos bárcidas passa por fixar uma extensa suserania na Península de forma a melhor poder gerir as riquezas dela extraídas e assim financiar o prosseguimento de ulteriores campanhas de expansão. Se, no domínio de uma planificação, Amílcar Barca a si mesmo atribuíra a tarefa de erguer na Hispânia uma entidade colonial que se constituiria, em primeiro lugar, como um apêndice de uma intendência mercantil para só mais tarde aflorar os padrões e costumes sociais dos povos indígenas, a celeridade com que o mesmo se desenvolve permite, ao poder dinástico bárcida, estender rapidamente o seu espaço de influência desde as cidades capitais até localizações interiores consideravelmente distantes da orla marítima.

Se, durante séculos, o império de Cartago assumira a forma de uma rede no âmbito da qual se aspirava muito mais ao controlo hegemónico dos mares do que ao domínio em terra, nos anos subsequentes à derrota frente a Roma, os púnicos depressa constataam que o seu equilíbrio original alicerçado no controlo do tráfico mercantil do ocidente mediterrânico desaparecera e que a sobrevivência do que resta ainda da antiga tessitura só poderia ser garantida pelo prolongamento da sua franja ocidental.

Sob a égide dos Barcas, o planeamento imperial cartaginês revela conter em si uma notável flexibilidade para uma alteração profunda dos seus princípios edificantes, efectivando-se uma mudança de paradigmas em direcção à constituição de um sistema compósito no qual o resquício da rede se vê complementado e viabilizado pela dilatação do domínio ultramarino. A manifesta precariedade da paz firmada com Roma leva a uma urgente intensificação da presença cartaginesa na Hispânia, pelo multiplicar de posições em terra e penetração no interior.

Segundo Angel Cabo, “nem gregos nem cartagineses possuíam territórios no interior; a sua única pretensão era ter praças na costa para poder comercializar através delas com os povos indígenas.

⁷⁸ “Pelo menos em certos pontos, ela penetra no interior das terras. As lutas que lhe são necessário travar para defender as suas possessões costeiras não permanecem estrangeiras a essa expansão. Mas ela não recusa as suas consequências: no momento em que Roma a faz acantonar no seu pedaço de terra africano antes de a destruir, o seu império começa a mudar de carácter e, de marítimo, faz-se continental”(AYMARD, André ; AUBOYER, Jeannine, *op. cit.*, página 32)

Esta situação mudou, contudo, depois da primeira Guerra Púnica. Os cartagineses tinham perdido as suas possessões na Sicília Córsega e Sardenha. (...) Neste momento o interesse dos cartagineses pela Península Ibérica fez-se muito maior dos que antes. A facção que conseguiu o domínio em Cartago, na qual se mesclavam os interesses comerciais com os militares e que era representada pela família dos Barca, não considerava já a Península como então, ou seja, como um território no qual se estabeleciam umas quantas praças comerciais. O que os cartagineses pretendiam agora era estender os seus domínios na Espanha.”⁷⁹ Como salienta André Aymard “a verdadeira novidade da talassocracia cartaginesa é a de estabelecer na bacia ocidental do Mediterrâneo (...) sólidas bases continentais ao seu domínio marítimo”.⁸⁰

2.4.2.2 – A ideologia imperial bárcida

Com a chegada de Amílcar Barca à Hispânia em 237 a.C., o poder político regente sobre grande parte do seu território passa a ser exercido por uma elite que corporiza em si a ideologia de um Estado fortemente centralizado, com capacidade para desenvolver e projectar sobre vastos espaços uma concepção fundamentalmente alheia à referência autonomista que caracterizara a mundivência indígena.

Com os bárcidas, lançam-se as sementes para uma uniformização progressiva das vontades parcelares na Península perante uma única autoridade suserana, projecto que se manifesta, logo à partida, inexecutável com a manutenção integral das instituições autóctones. A constituição de um Estado cartaginês capaz de nele integrar os diversos elementos residentes na Hispânia estava, de facto, em clara contradição com o simulacro de organização do domínio espacial vigente, sedimentado na primazia da tradição ancestral que dilacerava a maior parte da sua superfície em pequenas unidades autonómicas.

A prioridade que é colocada nas políticas que os bárcidas desenvolvem, na célere aculturação dos indígenas relativamente aos preceitos da jurisdição estrangeira, é um dos pontos que mais poderosamente determinará a continuidade do poder cartaginês na Península, aquando o seu segundo conflito contra Roma.

A administração púnica ofereceu, aos povos hispânicos, com a sua contínua solicitação no fornecimento de novos contingentes para cobrir as necessidades bélicas

⁷⁹ CABO, Angel ; VIGIL, Marcelo – *Condicionamientos geográficos. Edad antigua*. Alianza Editorial Alfaguara, Madrid, 1979, página 225

⁸⁰ AYMARD, André ; AUBOYER, Jeannine, *op. cit.*, página 34

de um Estado aspirante ao domínio imperial, a transferência de uma prática persistente de pilhagens e conflitos intestinos para o do serviço marcial regular nas hostes coloniais. O mundo ibero foi, com efeito, para os cartagineses, um fértil provedor de recursos humanos, pela facilidade com que largos agrupamentos nele residentes podiam ser convertidos em soldados especialmente adestrados para reproduzirem numa escala superior e sob comando organizado, as pelejas de baixa intensidade que ancestralmente individualizara o seu modo de vida e relacionamento inter-tribal.

Pela via da força militar ou do vínculo diplomático, o poder dinástico bárcida desenvolve, de forma notavelmente bem sucedida tendo em conta os meios disponíveis para a tarefa e o tempo despendido para a realizar, um esforço racional de projecção da luz irradiadora do seu ideário imperial sobre espaços sucessivos, em breve pertencentes a uma Hispânia interior que só por via indirecta havia contactado com as civilizações do Mediterrâneo.

O trabalho desenvolvido por Amílcar e seus sucessores pode ser, efectivamente, caracterizado pelo contínuo tracejar de novas linhas concêntricas na cartografia peninsular, assinalando o progressivo crescimento do domínio cartaginês.

2.4.2.3 - O dualismo núcleo-periferia e seus efeitos na fisionomia constitutiva do Estado Bárcida

Como refere Pedro Barceló o “centro de gravidade” do protectorado púnico “era constituído pelo território delimitado pelo Guadalquivir; ali se localizavam os campos mais férteis e as zonas de exploração mineira mais prósperas da Península Ibérica. (...) Era precisamente a zona que desde o século VIII a.C. havia sido objecto de um intenso processo de aculturação orquestrado desde as feitorias fenícias do litoral atlântico e mediterrânico.

Ainda que tenham sido fundadas para procurar metais preciosos, com o passar do tempo vão-se nelas desenvolvendo infra-estruturas económicas altamente diferenciadas.”⁸¹ Contudo, a cada milha que penetra no interior, a influência estrangeira promoveu com menor resolução a metamorfose da sociedade autóctone, com a grande maioria dos pequenos reis ou grupo de aristocratas mesetanos a manter o seu poder sobre uma região politicamente quasi-estanque, sem que Cartago almeje ultrapassar a necessidade de intérpretes extraídos das elites locais para estabelecer um

⁸¹ BARCELÓ, *op. cit.*, página 57

relacionamento com uma massa campesina que só se estreita quando representantes da mesma se disponibilizam - ou são coagidos - a servir nos seus exércitos.

Carácter assaz diferente evidenciam as regiões mais próximas da costa mediterrânica onde os cartagineses presentes desde, pelo menos, o século VI a.C., haviam já dinamizado o consumo local com a abertura de um mercado monetarizado que remodela, progressivamente, grande parte do *status quo* económico. Numa realidade bem distinta da Hispânia indo-europeia consiste este palco andaluz, caracterizado pela divisão estratificada do trabalho, pela constituição de complexas estruturas de hierarquia social e de um princípio de organização confederada que não deve ser alheio à influência de ideias trazidas pelos intérpretes de um Oriente de civilização mais precoce, que havia já passado por análogo processo de conglomeração humana até ao atingir da sua expressão máxima: a constituição em Estado.

O urbanismo é a expressão mais saliente dos diferentes níveis de desenvolvimento dos povos habitando a Hispânia. Para Angel Cabo, “a forma típica de organização das comunidades do sul da Península era a cidade. A cidade era a organização fundamental sobretudo na costa e no vale do Guadalquivir. Estrabão dá um número quiçá excessivamente elevado de núcleos urbanos na Turdetânia. A maioria deles seriam pequenas fortalezas. As cidades mais importantes encontravam-se situadas nas margens dos rios e foram assimiladas muito prontamente pelos romanos. (...) O regime político que predominava no sul era a monarquia.

Tratavam-se de cidades-estado governadas por reis que podiam exercer a sua soberania sobre várias cidades ao mesmo tempo. Para além dos monarcas, existiam também conselhos, assembleias populares e magistrados, cuja funções específicas desconhecemos, mas que devem ter-se visto acrescentadas depois da conquista romana e o desaparecimento das monarquias”.⁸²

A partir do eixo Gades-Cartagena, os bárcidas exercem um controlo efectivo sobre as regiões onde se reconhecia uma longa ingerência fenício-púnica. Todavia, se na zona meridional, os cartagineses se apropriam com maior firmeza da intendência directa do campesinato, nos recintos limítrofes do seu potentado, o diálogo com o substrato plebeu requer frequentemente o intermédio das elites tradicionais. Como resultado, o influxo colonizador púnico vem robustecer as profundas assimetrias no desenvolvimento civilizacional das populações autóctones. Segundo Angel Cabo, “a Península Ibérica

⁸² CABO, Angel ; VIGIL, Marcelo, *op.cit*, página 252-253

carecia totalmente de unidade. Existiam enormes diferenças entre regiões no que respeita à organização económica, social e política. Somente a conquista romana unificaria a Península dentro de um marco administrativo do Estado romano, ainda que se tenham perpetuado diferenças procedentes da etapa anterior. A falta de unidade e as formas diversas de organização faziam, por exemplo, que para um habitante do sul fossem mais estranhos os habitantes do norte da Península do que os romanos, os gregos ou os cartagineses. (...) Para além do desenvolvimento interno dos diversos povos, há que ter também presente este processo de influências, muitas vezes decisivas, que puderam exercer os povos exteriores à Península.”⁸³

Se, no espaço ibero, a regência bárcida desbastou alguns dos costumes indígenas mais indecorosos e discrepantes relativamente aos preceitos da civilidade urbana, na região celtibera e, mais ainda, na indo-europeia, resistem incólumes os puros caracteres da mundividência tribal, tais como a conflituosidade latente entre as comunidades, a prática endémica do bandoleirismo⁸⁴, a preservação dos hábitos e costumes anacrónicos, todo um lato conjunto de aspectos de uma sociedade que permanece muito pouco afectada pela vigília absentista do poder cartaginês sobre a sua vida quotidiana.⁸⁵

A continuidade do distúrbio doméstico na Hispânica central e setentrional evidencia o extenso trabalho ainda a realizar pelo poder púnico no sentido de promover um ordenamento pacífico nas regiões fronteiriças da sua zona de influência. Contudo, as extenuantes exigências desta demanda, dissuadiam o colono de se distanciar definitivamente dos traços característicos de uma política imperial que ainda definia, como prioritário, o assegurar dos proventos do estabelecimento de um empório mercantil.

Não obstante o facto das deliberações tomadas pela autoridade estrangeira serem um factor importante de integração e uniformização, elas parecem carecer do alcance necessário para se sobreponem ao efeito de poderosas forças centrífugas. Se, no período

⁸³ CABO, Angel ; VIGIL, Marcelo, *op.cit.*, página 242

⁸⁴ “A superior riqueza destes reinos do sul e Levanto peninsular incitava a cobiça de outras populações do interior da Península, que se viam obrigadas a suprimir as suas necessidades mediante incursões de pilhagem; este bandoleirismo, estudado bem por Garcia y Bellido, era endémico na Península e custou muito aos romanos erradicá-lo: a carência de terras era a causa principal que o gerava.” (TUÑON DE LARA, Manuel – *Historia de España. Tomo I. Introducción. Primeras culturas e Hispânia Romana*, Editorial Labor, Barcelona, 1999, página 212)

⁸⁵ “Cidades maiores ou mais fortes dentro da região tribal hispânica agiam de forma consideravelmente independente. (...) Mas nem todo o líder ou povo hispânico recebia bem passar a estar sob domínio púnico, ainda que suave. O povo da “Hélice” não o recebia; nem o de Oretatani-Orissi, que enfrentavam a prospectiva de controlo mais firme ou mesmo derradeira conversão de aliados para súbditos pagadores de tributo”. (HOYOS, *op. cit.*, página 70)

prévio ao eclodir da Segunda Guerra Púnica, os titulares do poder dos principados semi-autónomos visionaram vantagens reais nos empreendimentos cartagineses e aboliram algumas das suas tradições como forma de viabilizar o desenvolvimento económico, o conflito com Roma vem colocar, aos hispânicos, em toda a sua evidência, o pesado fardo que acarreta a continuidade da sua submissão política perante Cartago. A ruptura dos aliados autóctones com o projecto imperial púnico torna-se eminente diante da invasão romana, inaugurando-se, o fenómeno dissidente, precisamente nos territórios periféricos.⁸⁶

Pudemos, assim, aferir que a sociedade hispânica conhece, sob o domínio púnico, o acentuar de um dualismo entre as zonas do litoral e do interior. Por um lado, as regiões confinantes do potentado onde se mesclam traços do modelo ibero com o indoeuropeu, vivendo dos estritos cânones de uma sociedade rústica ancestralmente organizada em função do associativismo tribal; do outro, o espaço adjacente ao Mediterrâneo, onde as cidades portuárias, constituídas em sedes do poder estrangeiro, florescem com a adesão ao mercado talossocrático cartaginês e a valorização dos campos se manifesta através do incremento de uma exploração agrícola intensiva e em extensão.⁸⁷

A política cartaginesa para a Península Ibérica assume, portanto, devido à singular territorialização da sua presença aqui, uma clara destrição relativamente ao modelo tradicional de estabelecimento de uma rede de entrepostos comerciais nas orlas do Mediterrâneo, dado que duas zonas com um modelo colonizador diferenciado e adaptado às particulares condições locais se reconhecem: uma área nuclear administrada directamente pelo governo púnico e uma faixa exterior constituída por uma amálgama de principados correlegionários condicionados por tratados desiguais cujas forças militares não garantem, sem coordenação e supervisão do oficialato cartaginês, mais do que um simulacro de resistência militar diante da agressão romana.

2.4.2.4 - As debilidades do Estado Bárcida

⁸⁶ “E ainda que ocasionalmente alguns estados vizinhos mantiveram alianças entre si, tais vínculos rompiam-se com facilidade diante de qualquer problema fronteiriço ou por aliança ou pressão de outro povo.” (TUÑON DE LARA, *op. cit.*, página 212)

⁸⁷ “Sob o domínio de Cartago, a antiga monarquia Tartessiana pode ter perdido a sua unidade e dividido em reinos mais pequenos que se assemelhavam aos taifas do século XI. Alguns dos reis turdetanos possuíam extensos territórios e grandes cidades; os seus nobres estavam divididos em várias classes e eram grandes terratenentes, cujos estados eram cultivados em parte por escravos.” (LIVERMORE, *op. cit.*, página 32)

Relacionando-se com uma reciprocidade notável a economia, política e sociedade com o domínio do militar, facilmente nos é possível ver que é exactamente essa incapacidade do desígnio imperial bárcida em esbater, com diligência, os traços anacrónicos do modo de vida indígena, que patrocina os infortúnios que o atingem, quando este território se transforma num dos palcos mais acesos do seu confronto titânico com a maior potência do Mediterrâneo ocidental. De facto, não obstante os sinais de mutação que se visualizam no período prévio ao conflito, rapidamente a dura guerra contra Roma faz esmorecer o apoio prestado pelo hispânico ao poder púnico na Península, com o sistema de alianças tão duramente fomentado pelos bárcidas de forma a dar um princípio de unidade ao seu império, a abrir fissuras por todo o lado e a promover a queda da “realeza” superintendente de Cartagena, pela incapacidade que esta manifesta em oferecer coesão a um país tão dividido por principados rivais.⁸⁸

Efectivamente, no domínio político assim como militar, uma coerente organização do território peninsular achava-se ainda por realizar aquando o início do conflito, evidenciando-se a dificuldade da autoridade púnica em subordinar os seus aliados aos termos de uma estratégia de defesa conjunta. Com a multiplicação das exigências que em si mesmo acarreta, a campanha contra os Cipiões revela, antes de mais, a importância decisiva que assumira um mais efectivo programa modernizador imposto pelo poder colonial sobre o substrato autóctone. A aguerrida resistência que se esperava por parte de uma extensa representação das forças vivas hispánicas desaconselhara, contudo, a suserano bárcida, a tentar implementar, com adicional assertividade, reformas profundas que pudessem estatuir, a longo prazo, um novo ordenamento na Península. Abrir hostilidades com grupos de interesse bem instalados de cujo amparo careciam para a luta pendente com Roma, afigurava-se como uma opção política muito pouco sugestiva diante das vantagens práticas que o sistema de alianças parecia assegurar aos colonizadores.

Também, no plano económico, o projecto peninsular cartaginês coíbe-se de proclamar a sua categórica emancipação relativamente a uma doutrina colonial de dividendos a curto prazo. Em anteposição ao desenvolvimento sustentado do território, as iniciativas desenvolvidas por Cartago têm por objectivo prioritário a capitalização

⁸⁸ “A Hispânia, portanto, não só não constituía um bloco político único, como as marcadas diferenciações no interior dos diversos estados e o perigo das incursões de bandidos, constituíam, para além disso, factores constantes de instabilidade.” (TUÑON DE LARA, *op. cit.*, página 212)

das receitas dele extraídas. A par da utilização massiva do trabalho escravo⁸⁹, o modelo de colonização cartaginesa prevê o extensivo recurso de corveias indígenas⁹⁰ para abastecer o domínio fundiário da mão-de-obra necessária para o seu sucesso produtivo. A brutalidade do regime que o poder púnico impõe aos povos hispânicos irá converter-se num dos melhores argumentos da diplomacia romana.

O desenvolvimento do comércio com o acréscimo da diferenciação social que ele acarreta, tem por efeito promover a centralização das elites numa determinada cidade, o que acentua a dicotomia entre os núcleos populacionais e as zonas rústicas. Adoptando novas directrizes políticas relacionáveis com o universo citadino que caracteriza a mundivência do oriente Mediterrânico, ao aristocrata ou conselho de aristocratas andaluzes, instalados no centro urbano da sua respectiva região, estava entregue o exercício de um poder cada vez mais verticalizado na sua pessoa ou órgão colegial, que lhe confere a capacidade discricionária para decidir os destinos do seu povo e a modalidade do seu relacionamento com outrem. Pudemos, também, chegar à suposição de que a entrada de ideias orientalizantes promotoras de uma mais definida organização e estratificação social indígena, de reforço da autoridade do “chefe” da comunidade, é igualmente uma razão de base para o contraste entre uma Hispânia indo-europeia desprovida de uma organização supra-tribal permanente e este território andaluz onde as elites de cidades comandando amplas regiões, constituem uma complexa rede de alianças, solidariedades e subordinação de vontades. De facto, tudo parece apontar para que se reconheça a presença cartaginesa como capaz de ter não somente contribuído para a difusão de um espírito urbano no seio de um mundo profundamente marcado pela vida campesina, mas igualmente dos princípios de conexão entre várias cidades e respectivos territórios em nome de interesses comuns, no que constitui o mais importante predicado para a criação de uma sociedade proto-estatal unificada sob uma mesma potestade.

É possível deduzir-se que a influência orientalizante atingiu todos os aspectos da ambiência indígena, já que associada ao intercâmbio de produtos vemos desenvolver-se,

⁸⁹ “Existia o trabalho dos escravos nas cidades da costa e sabemos que nas minas de Cartagena utilizavam-se 40,000 trabalhadores, dos quais a maioria seriam escravos, na época de Políbio, II a.C.” (CABO, Angel; VIGIL, Marcelo – *Condicionamientos geográficos. Edad antigua. Tomo I*, Alianza Editorial Alfaguara, Madrid, 1979, página 255)

⁹⁰ Prática que revela, aparentemente, uma continuidade em relação ao ancestral costume peninsular: “Na região da Andaluzia actual existiria, por conseguinte, um regime de escravatura especial que consistiria no facto de uma cidade que pudera estender a sua hegemonia sobre as outras, reduzindo os habitantes destas últimas a uma relação de dependência servil para com os da primeira (CABO, Angel; VIGIL, Marcelo, *op. cit.*, página 252)

de forma cada vez mais sensível ao longo do tempo, uma classe de aristocratas locais⁹¹ que soube aliar à sua condição de nascimento o diálogo privilegiado com o estrangeiro para consolidar o benefício do seu grupo e garantir um acréscimo da marginalização do resto da população no trilhar dos destinos colectivos.⁹²

É particularmente evidente a premissa de que a presença e o influxo de ideias dos povos do oriente na Hispânia, longe de, como refere Jaime Alvar⁹³, abrirem caminho a um “comércio mais “democrático””, contribuíram, sobretudo, para o reforço da estratificação da sociedade autóctone e do acentuar da heterogeneidade latente dos agrupamentos humanos no todo peninsular. Arturo Ruiz e Manuel Molinos explanam com particular detalhe os contornos do fenómeno:

“A projecção comercial do colonizador-mercador até ao mundo indígena realiza-se, pelo menos, em dois níveis, segundo o grupo receptor. De uma parte, definem-se os receptores de produtos excepcionais, pelo que devemos supor uma classe social dirigente e directora do sistema de contactos; e outra, a partir dos produtos mais frequentes ou comuns, o receptor amplia-se até alcançar toda a comunidade. No primeiro dos casos, a actuação não apenas se restringe à classe dirigente como pode assumir processos de identificação com o colonizador, para além de a posição daquela poder ser intermediária entre o projecto e a sua própria comunidade; ou seja, pode controlar o segundo circuito.

(...)

O segundo nível de circulação de produtos afecta, sem dúvida, todo o conjunto da comunidade e, na realidade, associa-se a um amplo efeito cultural que conduz a uma transformação interna da sociedade. Este segundo nível não é, conjunturalmente, um programa, antes um efeito do próprio modelo colonizador indígena e da sua articulação com o nível anterior, ainda que, em alguns casos, possa chegar a ser estandardizado, como se observa nas massivas produções de copas Cástulo, *kantharos* de São Valentim ou *kylix* Pintor de Viena 116, às quais acede, aparentemente sem grandes problemas, a grande massa de população, se bem que o circuito do colonizador tome um grande

⁹¹ “Conhece-se a existência provável de grandes proprietários de terras e de minas que formariam a classe dirigente” (CABO, Angel; VIGIL, Marcelo, *op. cit.*, página 250)

⁹² Projectando um modelo que reforça e consolida a sua própria posição ante a comunidade.

⁹³ ALVAR, Jaime – “Comercio e intercambio en el contexto pre-colonial” in *Actas del I coloquio del CEFYP, Madrid, 9-12 de noviembre, 1998*, Centro de Estudios Fenicios y Púnicos. Coloquio, Madrid, 1998, pags. 27-34, página 31

cuidado em separar alguns elementos, neste caso a cratera, o que reforça ainda mais o projecto de fortalecimento do grupo dominante”⁹⁴.

O desígnio colonial púnico “articulava-se com a dinâmica interna do sistema indígena, onde a aristocracia se vê agora reforçada por um modelo que parece ser muito comum em muitos pontos do Mediterrâneo, no contexto qual muitas experiências haviam sido realizadas com êxito. A aristocracia indígena, reforçada económica e ideologicamente pelo primeiro modelo de contacto com o colonizador, erige-se em reitora do processo transformador que se produz no mundo indígena e que se mostra em casos pontuais, como a construção de fortificações em pontos tão afastados como Puente Tablas, em Jaén, ou Tejada, em Huelva, e nesse processo comumente advertido que modifica o modelo de habitat no interior dos assentamentos produz-se um autêntico câmbio planificado no seio dos mesmos como claro efeito do seu poder”⁹⁵

Renunciando a desbastar os postulados arcaicos na Hispânia com adicional firmeza, a regência bárcida apoia-se⁹⁶ no poder dos senhores que dirigem a vida quotidiana da colectividade tribal. Consciente da sua incapacidade em fazer estender, até às forças vivas da Península, as razões da adesão a um projecto mediterrânico, o governo púnico impõe-se como uma superestrutura caracterizável por assentar nas costas da mesma elite nativa que há longo tempo exercia o seu domínio sobre a massa plebeia. Como o resultado prático da tentativa de impor um novo ordenamento sócio-político na Península seria o do adensamento da obstinação autóctone na defesa dos seus costumes, a opção dos cartagineses é a de não despojar a colecta de aristocratas locais do seu mando micro-cósmico, apenas de os constranger a aceitar um conjunto de normativas suseranas, mesmo que, para o efeito, não se ignore que apenas o poder do povo colonizador persuade, o indígena, a adiar o seu sonho de regresso à autonomia.

Dependendo, em larga medida, da intercedência das elites autóctones na manipulação da vontade popular, o projecto estatizante bárcida não prevê a rasura das disposições políticas hispânicas, somente definir o poder da civilização intrusiva como o novo vértice de uma pirâmide de autoridade que conserva incólumes os seus estratos basilares. A classe dirigente púnica governa, salvo nos núcleos mais interiores da sua zona de influência, por intermédio dos caciques que continuam a dirigir a vontade da

⁹⁴ RUIZ, Arturo ; MOLINOS, Manuel - *Los iberos : analisis arqueologico de un proceso historico*, Critica, Barcelona, 1993, página 238

⁹⁵RUIZ, Arturo ; MOLINOS, Manuel - *Los iberos : analisis arqueologico de un proceso historico*, Critica, Barcelona, 1993, página 239

⁹⁶ Ou condescende.

tribo. Os intendentos de Cartago nunca abdicarão de dispor no terreno um regime político fortemente autoritário e explorador que pouco empreende no sentido de ganhar a simpatia das massas.⁹⁷

O suserano púnico não representa, com efeito, uma ameaça séria para a influência que os privilegiados detêm sobre o seu povo, apenas cerceiam uma antiga autonomia que resultava da inexistência de um poder central. As formações tribais na Hispânia mantêm-se extremamente estreitas e caracterizam-se pela formação de círculos de dependentes e servidores em torno de aristocratas locais que exercem o seu poder sobre um substrato popular que, na sua maior parte, ignora as proposições de correntes ideológicas esclarecidas.

Não tendo conseguido impor, nos tempos prévios de tréguas com Roma, directivas firmes que significassem um peremptório término ao ciclo vicioso de instabilidade que os pequenos chefes, na sua abstracção doméstica, insistem em cultivar entre si, na abertura da Segunda Guerra Púnica, a autoridade púnica é incapaz de impedir que as tribos hispânicas imponham a sua própria agenda, associando-se com o partido estrangeiro que, a cada momento, assume a vantagem. Incapazes de, genuinamente, acatar directivas de quem quer que seja para uma uniformização de vontades, estas pequenas unidades políticas só estão em acordo quanto à forma mais ou menos cínica com que se coligam com ambos os beligerantes e se comprometem sobre pontos menores. A sociedade peninsular mantêm-se estratificada por todo o tipo de desigualdades e desavenças, convergindo, as vontades das diferentes classes, apenas na oposição militante ou sabotagem subreptícia a qualquer projecto sobre elas imposto, que passe pela negação do seu direito à autonomia ou lhe imponha o fim do regime em que prezam viver.

Assim, no início da Segunda Guerra Púnica, o potentado bárcida, não obstante a sua ostensiva fisionomia cartográfica, está longe de se configurar como uma entidade homogeneamente composta, em virtude da diversidade de projectos singulares que a

⁹⁷ “Daí trataram desdenhosamente os nativos, os quais com tal conduta converteram uns em inimigos submetidos, nem em aliados, nem em amigos” (POLIBIO, *Histórias*, (X.36))

A constituição de um verdadeiro Estado nacional na Hispânia passava, derradeiramente, pelo reconhecimento do autóctone como um cidadão da República. Como refere Dexter Hoyos, a tradição reporta um gesto feito por Aníbal que parece apontar nesse sentido, mas num contexto que não acarreta qualquer consequência prática para o decorrer da campanha hispânica: “O poeta romano Ennius retrata Aníbal, não muitas décadas depois, prometendo aos seus homens que todo aquele que mostrasse valor seria feito um cartaginês, fosse qual fosse a sua origem, e Lívio reporta muito similarmente a promessa da cidadania justamente antes da primeira batalha na Itália. Por outras palavras, a cidadania era algo como um apelo para o serviço de não cartagineses a Cartago, e podia ser uma valiosa ferramenta de patrocínio para um líder político” (HOYOS, *op. cit.*, página 77)

esquartejam, provendo dessa realidade subjacente a razão fundamental para a desorganização e fragilidade militar que distingue a oposição que é colocada diante dos romanos. Não tendo o período de domínio colonial púnico perdurado por tempo suficiente para deixar um profundo impacto sobre as mentalidades dos povos da Península, estes evidenciam escassa propensão para crer, como beneficente, a subordinação dos seus interesses imediatos e particulares a um grande desígnio mediterrânico.

3 - Análise do Problema

3.1 – Caracterização da campanha de 218-211 a.C.

O principal objectivo da expedição romana que Gneu Cornélio Cipião conduz, no ano de 218.a.c, à Península Ibérica era, segundo José M^a Blázquez, “cortar ao exército cartaginês, que operava na Itália, a base de sustentação de homens (Liv.21.43.8) e o dinheiro que obtinha Aníbal das explorações mineiras hispânicas (Plin. nat.33.97; D.S. 5.38)”⁹⁸. Refere por sua parte, Roldán Hervás que “nem sequer a audaz e genial tática de Aníbal de surpreender os romanos no seu próprio terreno desviou a primitiva intenção romana de fazer da Hispânia um dos teatros decisivos da guerra, o que de facto se materializou com o desembarque do irmão do cônsul, Gneu, em Ampúrias”⁹⁹.

Não obstante as duas fases de campanha da Segunda Guerra Púnica na Hispânia germinarem sensivelmente do mesmo ponto de partida e se desenvolverem num análogo espaço territorial, diferenças assinaláveis na estratégia concebida pelos respectivos líderes militares ditam que as mesmas se tornem assaz distintas.¹⁰⁰ A do *Africano* parece que se desenvolve num sentido linear, com os exércitos romanos, incessantemente vitoriosos, a acometerem, com desenvoltura, contra cada obstáculo que lhes barre a sua marcha até, por fim, conquistarem as bases interiores do inimigo na Andaluzia. Assente em batalhas decisivas e céleres tomadas de cidades por golpes de mão plenos de

⁹⁸ BLÁZQUEZ, José María – “Las explotaciones mineras y la romanización de Hispania” in *La Romanización en Occidente*, José M^a Blázquez y Jaime Alvar (Eds.). Actas Editorial, Madrid, 1996, página 1

⁹⁹ ROLDÁN HERVÁS, José Manuel – *Los hispanos en el ejército romano de época republicana*. Ediciones Universidad de Salamanca, Salamanca, 2004, página 21

¹⁰⁰ “Os confrontos militares na Península, que resultaram em duvidosos durante os primeiros anos, mudaram de sentido a partir de 209, em que Públio Cornélio Cipião tomou por surpresa *Cartago Nova* (Cartagena)” (TUÑÓN DE LARA, Manuel, *op. cit.*, página 212)

criatividade os romanos que participam na epopeia jamais perdem de referência que o objectivo derradeiro da sua marcha é a aniquilação do poder púnico na Hispânia.¹⁰¹

Por contraste, a campanha dirigida por Gneu Cipião entre 218.a.C e 211.a.C consiste numa longa série de operações de distinta feição e grandeza ligadas entre si por uma quantidade prodigiosa de marchas e contra-marchas, para terminar com o soçobrar da quase plenitude dos esforços e sucessos prévios pelo regresso às posições originais. Significativamente dissimilares, apenas a segunda das campanhas manifesta um propósito determinado em conduzir a guerra ao seu ponto culminante, reconhecendo, *o Africano*, que forçar uma decisão neste palco hispânico constituía o gambito estratégico que melhores possibilidades ofereceria, aos romanos, de atingir com acuidade o ponto de ruptura de todo o esforço de guerra púnico. Com efeito, esta acção preambular abria caminho para que um conseqüente desembarque em África constringisse o inimigo a acudir ao seu reduto metropolitano com todas as forças de que dispunha - derradeiramente, as que Aníbal ainda conserva na Itália.

Em justaposição, Gneu parece ter um entendimento mais circunspecto dos objectivos que as circunstâncias permitem, aos romanos, a ambição de atingir neste palco peninsular, interpretado o exercício das suas funções como estritamente articulado - se não subsidiário - com o desenvolver das operações no palco italiano, onde Roma luta pela sobrevivência contra o mais perigoso e talentoso dos seus adversários. Fiel ao objectivo originário da campanha que justificara o risco de se enviar uma força expedicionária para a Hispânia, o general romano preocupa-se, acima de tudo, em assegurar que nenhum exército púnico dela partirá para reforçar o de Aníbal, até à chegada do momento em que a importância dos meios ao seu dispor torne praticável um avanço sobre as bases púnicas.¹⁰²

¹⁰¹ “Enquanto a primeira presença na Espanha em 218 a.C. foi um movimento estratégico ditado pela sua necessidade de interferir com uma base de fornecimento que estava a permitir que forças cartagineses pressionassem perigosamente em Itália, no ocaso da batalha de Ilipa em 207 ou 206 ela estava já a considerar a ocupação indefinida da Península.” (TREVIÑO, Rafael ; McBride, Angus, *op. cit.*, 1992, página 12)

¹⁰² “Os dois Cipiões – “duo fulmina belli” – tinham uma visão mais ampla sobre o significado dos eventos do que aquela que é reconhecida à maioria dos seus contemporâneos. Eles viam claramente que a Hispânia era a chave de toda a guerra. Foi este o legado que eles deixaram ao filho de Públio que, pelas suas vitórias na Península, sustentou este julgamento do seu pai e tio. Eles compreenderam que Aníbal estava a contar em ser capaz de obter reforços e abastecimentos da Hispânia, e decidiram-se a impedir isto, detendo os Pirinéus ou o Ebro a todo o custo, de forma a parar qualquer escoamento de força capaz de chegar até Aníbal na Itália. Mas eles tinham um objectivo mais largo do que este. Provavelmente eram simpatizantes do novo movimento em Roma que impelia os homens a olharem para o futuro de Roma para além das costas da Itália. Eles iam para além da política cautelosa, defensiva e agrícola de um Fábio, e viam que a Hispânia tinha de ser ganha para Roma, porque a não ser que o poder cartaginês fosse aí quebrado, Roma nunca estaria a salvo do seu inimigo. Assim, quando a sua força parecesse adequada,

Dois princípios de estratégia relativamente distintos são postos, assim, em aplicação no decurso desta guerra em solo peninsular. Públio Cornélio Cipião nada mais tem em consideração do que perseguir e destruir o inimigo em todo o lugar onde este possa ser alcançado. Jamais fraquejando diante das dificuldades que lhe coloca cada desafio directo e procurando sempre atingir o inimigo no ponto em que este se crê mais forte, *o Africano* possui o segredo de toda uma multiplicidade de soluções inventivas para as mais diversas e constringentes situações, manifestando um talento de generalato cujo paralelo a historiografia romana estabelece apenas com outros dois eleitos pelo destino: Caio Mário e Júlio César.

Em Gneu Cipião vemos reunirem-se os atributos provenientes da característica agressividade de um comandante romano com os preceitos de prudência que lhe recomendam a carência de meios e inexacto conhecimento sobre a configuração física e humana do teatro de operações. Se *o Africano* se empenha em aproveitar cada oportunidade que surge para atacar as principais forças do inimigo, o seu tio intercala o “ponto quente” que constitui a batalha campal com considerações de ordem geográfica e de estratégia posicional. O seu plano de campanha fundamenta-se no juízo de que a queda do edifício púnico na Península apenas se poderia efectivar pela subtracção de parcelas sucessivas do seu território, numa sequência de investimentos precisos contra as suas cidades, fortalezas e vias de comunicação. A lenta compressão do espaço de domínio cartaginês na Hispânia constitui, assim, a estratégia que Gneu elege para atingir os seus objectivos de longo prazo.

O exército romano que é conduzido até à Hispânia tinha sido constituído e operava ainda em obediência “às linhas tradicionais”¹⁰³ do sistema de conscrição, sob os termos do qual “todos os cidadãos romanos estavam obrigados a servir nas legiões durante” um período de tempo geralmente limitado. A primeira das mutações que a guerra travada no longínquo palco ultramarino acarreta para o militarismo romano é a de pôr termo à constância desse sistema, porque a impossibilidade de um retorno sazonal à pátria mãe conferia, aos contingentes expedicionários, um inusitado carácter permanente.

estavam determinados a tomar a ofensiva. (...) Limitar o seu alvo ao mero corte de Aníbal da sua base é fazê-los tão pouca justiça como atribuir-lhes desígnios puramente imperiais.” (SCULLARD, H.H, *op.cit.*, página 43”

¹⁰³ MATTERN, Susan P. - *Rome and the Enemy. Imperial Strategy in the Principate*, University of California Press, Berkeley, 1999, páginas 1-23

Também o comando que Gneu Cipião exerce na Hispânia prefigura alterações de relevo face ao modelo típico que enforma a acção mandatada do representante marcial da República: em consequência das distâncias que o separam da Itália parece ser-lhe reconhecida uma considerável autonomia para definir os termos do seu plano operacional. Assumindo-se, como refere Susan Mettern, “a perspectiva romana do mundo geográfico (...) demasiado simplista que servir de base a uma complexa estratégia geopolítica”¹⁰⁴ definida pelo colégio senatorial, a sabedoria brotada da experiência no terreno passa a constituir um dos condimentos que melhor recomenda a continuidade do comando. Efectivamente, o desenvolver da Segunda Guerra Púnica na Hispânia define exactamente esse momento peregrino em que se reconhece, ao general operando no Ultramar, uma competência superior para garantir que a estratégia de abordagem do exército romano num território vastamente desconhecido não fosse, “necessariamente incoerente, irracional ou ineficaz”¹⁰⁵, antes capacitada a adaptar às condições locais um “sistema que podia ditar respostas específicas para situações específicas”¹⁰⁶.

Encimando em grau de importância todas as ponderações que sobrecarregam o espírito de Gneu Cipião para o desenvolver desta campanha de elevado risco em solo inimigo, longe do apoio - assim como da tutela - do Senado, evidencia-se a necessidade imperiosa de resguardar os seus limitados recursos. Diante do impressionante edifício que os bárcidas haviam erigido na Hispânia, a escassez de efectivos de que dispõe o general romano delimita a magnitude dos seus empreendimentos. Por via desta situação, Gneu Cipião irá ver-se constringido, uma e outra vez, à renúncia de uma ofensiva capaz de forçar a decisão da campanha por ter plena consciência que, neste palco peninsular em que a geografia sujeita a logística dos exércitos invasores a tão angustiante asfixia, um avanço parcamente sustentado em território inimigo significava a exposição à destruição total.

Enquanto para o partido cartaginês, dotado de uma formidável capacidade de recrutamento e consideráveis reservas estratégicas, perder uma batalha não tinha por consequência o colapso do Estado bárcida, simplesmente ceder território e perder os fundos e tropas que extraía do mesmo, o comando legionário reconhece-se na obrigação

¹⁰⁴ *Ibidem*

¹⁰⁵ *Ibidem*

¹⁰⁶ *Ibidem*

de vencer continuamente. O zeloso cumprimento dos seus objectivos de campanha determinam, ainda assim, Gneu Cipião a não se esquivar dos grandes recontros onde sempre a sociedade que representa localizara o expoente máximo do seu militarismo. A vastidão do teatro de guerra hispânico granjeia, porém, ao inimigo púnico, alguma margem para proceder a retiradas tácticas. Para o forçar a prestar-se à luta é, com frequência, necessário confrontá-lo com as perdas resultantes da subtracção de uma parcela importante do seu domínio, o que constringe o general romano a distender cada vez mais as suas linhas de comunicação.

Adicionalmente ao custo de oportunidade que requer o planeamento da campanha e a deslocação de tropas, o invasor tem de ter em conta o tempo que demora a submissão das cidades e mais importantes castros inimigos ou, em alternativa, o perigo extremo que implica a sua ultrapassagem. Confrontados com as prementes dificuldades que a geografia da Hispânia coloca a todo o exército afastado das suas bases de apoio, os romanos preferem renunciar, durante os primeiros anos de luta, ao empreendimento de qualquer movimento incisivo sobre o núcleo do poder púnico, antes aplicando-se em colocar pressão sobre a sua rede de aliados hispânicos¹⁰⁷. A resoluta tentativa de extirpar, ao inimigo cartaginês, a capacidade de reconstruir os seus exércitos após cada derrota sofrida na fronteira, assinala já a fase derradeira desta campanha.

3.2 – O ano de 218 a.C.

3.2.1 - Desembarque do exército de Gneu Cipião em Ampúrias

Para o comando romano fazia todo o sentido utilizar a superioridade da sua frota para principiar a conquista da Península por uma acção anfíbia¹⁰⁸ direccionada contra a periferia da área de influência do Estado bárcida, constituindo a sujeição do espaço catalão a condição prévia para um conseqüente considerar de um plano de ofensiva contra o eixo Gades-Cartegena.¹⁰⁹ Amplos benefícios estratégicos eram a contrapartida

¹⁰⁷ “Como pudemos constatar, os romanos respondem à ofensiva itálica de Aníbal com os mesmos métodos que emprega o general cartaginês. De forma igual a Aníbal, cuja presença na Itália pretende minar os sedimentos da confederação romano-itálica, as legiões dos irmãos Cipião querem incitar os povos hispânicos a abandonar a causa de Cartago” (BARCELÓ, *op. cit.*, página 76)

¹⁰⁸ Evitando a deslocação pelo maciço pirenaico.

¹⁰⁹ “Apesar dos romanos não poderem ter tido uma informação muito exacta acerca da configuração do terreno, os dois Cipiões desenvolveram um plano estratégico que teve sucesso, um que parece ter sido generalizadamente aplicado no ataque ao país, e que foi seguido por Pompeu assim como pelo Cipião mais novo. A raiz de todo o problema era o facto de nenhuma tentativa bem sucedida poder ser feita sobre o interior ou o sul, a não ser que pelo menos dois factores estivessem seguros. Era absolutamente necessário assegurar a estrada costeira e assegurar uma base adequada. Para além disso, o comando do mar era um bem inestimável, caso contrário as linhas de comunicação podiam ser cortadas à retaguarda de um exército invasor.” (SCULLARD, H.H, *op.cit.*, página 44)

para a grandeza dos perigos que esta acção em si encerrava, dado que, como refere Roldán Hervás, “a peculiar estrutura geopolítica peninsular, fragmentada em numerosas tribos independentes, belicosas e elementares nos seus sentimentos e reacções, dificultava a obtenção de uma plataforma estável, necessária para empreender uma acção eficaz contra os púnicos.”¹¹⁰ A escolha de Ampúrias como local de desembarque para as tropas romanas e preliminar base de operações na Península recomendava-se, neste contexto, por uma multiplicidade de vantagens práticas.

Antiga colónia de Massília, Ampúrias nunca verdadeiramente se integrara no complexo catalão¹¹¹, tendo procurado restringir o fundamental do seu relacionamento com o indígena às trocas comerciais¹¹². Como refere Antonio Arribas, “não se conhece um único estabelecimento grego, no interior, que revele sinais da expansão territorial de *Emporion*. As povoações indígenas (Indicetes) num raio de 50 quilómetros, apresentam uma baixíssima percentagem de cerâmica grega. O mesmo caso se dá com as povoações da costa à volta de Barcelona, já afastadas da esfera de influência de *Emporion*.”¹¹³ Acrescenta Angel Cabo que “Ampúrias ficava fora da rota de metais, ainda que pudesse controlar os recursos metalíferos dos Pirinéus e servir de ponto de referência nas rotas comerciais utilizadas pelos gregos de Marselha. O seu próprio nome, *Emporion* – mercado ou centro comercial -, expressa claramente o carácter mercantil que teve a cidade nas suas origens. (...) A rivalidade no comércio com os povos indígenas ficava centrada entre os cartagineses, por um lado, e os massaliotas, por outro. Os primeiros monopolizavam o comércio da costa meridional, enquanto os segundos centravam a sua influência na costa levantina através da qual podiam ter contactos com o interior.”¹¹⁴

¹¹⁰ ROLDÁN HERVÁS, José Manuel – *Historia de Roma I. La República Romana*. Ediciones Cátedra, Madrid, 1987, página 254

¹¹¹ “A *Neapolis* de Ampúrias era uma simples feitoria portuária, cujas relações com os indígenas não foram, de princípio, cordiais. Não era uma colónia com um núcleo extenso de população, nem com autonomia agrícola ou economia. O seu hinterland, a planície de Ampúrias, produzia vinho e cereais, mas o comércio local não podia ser a causa explicativa da riqueza de Empório. Essa riqueza está bem patente nas importações de cerâmica, desde fins do século VI, em grande abundância, e no seu grande tráfico, durante o século V, com Atenas, que substituiu o de Marselha em importância.” (ARRIBAS, Antonio – *Os Iberos*, Verbo, Lisboa, 1971, página 56)

¹¹² “Quanto às relações dos indígenas com os colonos gregos, Tito Lívio descreve-as ao narrar a chegada de Catão a Ampúrias, no ano de 195 a.C. Os gregos não desejavam deixar entrar os iberos na sua cidade, ao passo que entravam na cidade ibérica em grupos de várias pessoas. Desta forma procedia-se ao intercâmbio. Os iberos venciam produtos agrícolas e compravam as mercadorias que chegavam por mar. (CABO, Angel ; VIGIL, Marcelo, *op. cit.*, 255-256)

“A pequena colónia de *Emporiae* na costa bem além do Ebro usava um padrão púnico para as suas moedas ainda que, como referido antes, se encontrava provavelmente em muitos bons termos também com Roma” (HOYOS, *op. cit.*, página 84)

¹¹³ ARRIBAS, Antonio – *Os Iberos*, Verbo, Lisboa, 1971, página 56

¹¹⁴ CABO, Angel ; VIGIL, Marcelo, *op. cit.*, 226-227

Assumindo, assim, a forma de uma espécie de “ilha” de radicação helénica no “oceano” territorial hispânico presentemente ocupado ou aliado com Cartago, Ampúrias era, para o invasor romano, exactamente a base segura e permanente apropriada para o assentar de arraiais nas franjas do domínio bárcida. Sob as suas muralhas, podia ser resguardado o material logístico mais valioso e insubstituível, permitindo, ao exército romano, manobrar com maior garantia de segurança e autonomia. Servia para aí depositar tudo o que não era indispensável – ou mesmo inconveniente transportar - para o empreendimento de uma campanha de penetração em território inimigo que implicasse uma preocupação pela celeridade e fluidez de movimentos. Pela sua parte, a frota romana encontrava, em Ampúrias, simultaneamente um ponto de refúgio caso fosse atacada pelo mar, e a capacidade para providenciar o abastecimento, transporte e comunicações com a pátria longínqua às tropas terrestres.

No Outono de 218 a.C., Gneu Cipião desembarca nesta cidade catalã à frente do exército consular que o seu irmão Públio lhe havia confiado em Massília. A estimativa mais fiável¹¹⁵ que temos dos efectivos ao seu dispor é-nos dada por Tito Lívio¹¹⁶ quando refere que o Senado havia destacado, para servir sob o comando de Públio Cipião, durante a campanha de 218 a.C., um exército totalizando cerca de 25,000 mil homens, ao qual se deve descontar “a muito pequena força”¹¹⁷ que este último trouxe de regresso consigo, para providenciar a defesa da Itália diante da invasão de Aníbal.

Uma vez estabelecida a sua hoste em poiso seguro, o comandante romano desenvolve um plano de actuação que tem por objectivo explorar a desunião dos povos da Catalunha mediante a concentração sucessiva dos seus recursos contra cada comunidade autonómica em separado. Partindo da sua base urbana, Gneu Cipião usa a total força das legiões para submeter as débeis tribos da orla costeira¹¹⁸ até à embocadura do Ebro. Laços de aliança com os indígenas pacificados são estabelecidos e o recrutamento de um primeiro contingente de tropas hispânicas permite aligeirar a

¹¹⁵ Cifras muito inferiores são-nos dadas por Apiano: “Eles ordenaram também Publius Cornelius Cipião para a Hispânia com sessenta navios, 10,000 infantes e 700 cavalos, e enviaram o seu irmão Gneu Cornélio Cipião com ele como legado” (APIANO, *A História de Roma: As Guerras Hispânicas*, 14)

¹¹⁶ “Duas legiões romanas, com a sua regular proporção de cavalaria, e, de aliados, catorze mil infantes, e mil e seiscentos cavalos foram-lhe destacados” (TITO LIVIO, *op. cit.*, (21.17))

¹¹⁷ TITO LIVIO, *op. cit.*, (XXI.32)

¹¹⁸ “Na Catalunha actual, antes da chegada dos romanos, para além dos núcleos urbanos propriamente ditos que eram bastante escassos, abundavam as pequenas comunidades agrícolas assentadas em aldeias. (...) Encontraram-se muitos destes povoados em escavações arqueológicas. Compunham-se apenas, pouco mais ou menos, de umas trinta famílias que viviam da agricultura.” (CABO, Angel ; VIGIL, Marcelo, *op. cit.*, página 256)

carência, em número de efectivos, do exército romano¹¹⁹. A perspicácia com que Gneu Cipião discrimina as características particulares deste teatro de operações encontra-se explicitada no desvio dos seus procedimentos relativamente à reverenciada tradição de se constituir os exércitos de Roma a partir da estirpe puramente romana ou italiota¹²⁰. Para garantir o sucesso na contenda prolongada que, necessariamente, teria de travar com o poder cartaginês na Península, o comandante romano encontra-se perfeitamente elucidado quanto à importância de lhe subtrair o apoio prestado pelo autóctone.¹²¹ Uma diplomacia sofisticada e eficiente constitui, assim, um recurso da maior importância para partidos beligerantes que de bom grado sacrificam sangue alheio.¹²²

De facto, como princípio geral, os exércitos romanos e o seu modo de actuação exibem, desde tempos de alvorada na peleja ultramarina, como uma das suas mais decisivas expressões de eficiência, a singular capacidade de, como refere Adrian Goldsworthy “forçarem estados a tornarem-se aliados subordinados permanentes de Roma, ou, alternativamente, a serem por eles destruídos”¹²³. Pelo inverso pendor às fatalidades que pendiam sobre quem obstinadamente lhe resistia, “os aliados de Roma estavam ligados por laços muito fortes e se o seu domínio não era inteiramente benevolente, não era inteiramente repressivo”¹²⁴. A inclusão de indígenas do Nordeste nas forças ao comando de Cipião pode, efectivamente, considerar-se como a fase embrionária do secular processo de romanização, fenómeno que se define, pelas

¹¹⁹ “Várias fortes *cohorts* de auxiliares foram recrutadas dos seus números” (TITO LIVIO, *op. cit.*, (XXI.60))

¹²⁰ Como refere Roldán Hervás “a genialidade de Gneu, a quem se uniu pouco depois o seu irmão Públio, consistiu em ter-se dado conta que o seu exército podia utilizar esses mesmos efectivos inimigos mediante a aplicação de elementares sistemas persuasivos. A gigantesca máquina militar que teve de ser posta em marcha pelos cartagineses na empresa da luta contra Roma, havia-se feito, em grande parte, à custa dos hispânicos, e pudemos imaginar que, com as crescentes necessidades, os métodos de recrutamento se haviam endurecido, apoiando-se, em muitos casos, na força ou na coerção. Se a isto unirmos a manifesta rebeldia de muitas tribos contra o domínio cartaginês, pela promessa ou doação de melhor pagamento, a mesma desunião, quando não franca inimizade das diferentes tribos, a um tratamento diplomático da parte romana que tratava de despertar sentimentos de amizade e confiança no elemento autóctone, temos suficientes explicações para compreender o rápido desmoronamento do predomínio cartaginês na Península e a paulatina utilização do elemento hispânico ao serviço de Roma” (ROLDÁN HERVÁS, José Manuel – *Los hispanos en el ejército romano de época republicana*. Ediciones Universidad de Salamanca, Salamanca, 2004, página 22)

¹²¹ “A base do êxito romano na Hispânia havia estado, como temos dito, sobretudo, na diplomacia e na intenção, propagandeada entre os indígenas, de eliminar a influência de Cartago nos territórios que controlava” ROLDÁN HERVÁS, José Manuel – *Los hispanos en el ejército romano de época republicana*. Ediciones Universidad de Salamanca, Salamanca, 2004, página 27)

¹²² “As alianças romanas e, com elas a presença de indígenas no exército que lutava contra Cartago em Hispânia, foram-se incrementando conforme avançava o curso da guerra, cada vez mais favorável às armas romanas (ROLDÁN HERVÁS, José Manuel – *Los hispanos en el ejército romano de época republicana*. Ediciones Universidad de Salamanca, Salamanca, 2004, página 26)

¹²³ GOLDSWORTHY, Adrian – *Roman Warfare*. Cassell, London, 2000, página 39

¹²⁴ *Ibidem*

palavras de Keith Hopkins como “parte integrante de um processo mais amplo de adaptação recíproca entre conquistadores e conquistados.”¹²⁵

3.2.2 – A batalha de Cissa

Em consequência de um relato histórico que expõe, sobretudo, o ponto de vista romano, é pouco o que sabemos com segurança a respeito do planeamento estratégico cartaginês. Não obstante, parte destes dois elementos são escrutináveis por se encontrarem estreitamente relacionados com a própria organização política do território, entre o prioritário preservar da defesa de um núcleo urbano onde se sedimentam os principais alicerces do Estado bárcida e o transvio de tropas para a linha da fronteira.

Quando partira para a sua campanha na Itália, Aníbal havia deixado na Península Ibérica, com o seu irmão Asdrúbal, toda a sua frota de 57 navios¹²⁶, assim como um corpo de exército de tamanho moderado constituído por 2.550 cavaleiros de proveniência africana, 11.850 Líbios, trezentos lígures, quinhentos fundibulários baleares e vinte e um elefantes¹²⁷. Por conseguinte, a Hispânia havia sido drenada da maior parte dos recursos militares que nela havia, anteriormente, assegurado a defesa dos interesses cartagineses, sendo que enquanto não fossem realizados recrutamentos suplementares entre a massa indígena, 15,000 homens são tudo o que o recém-empossado caudilho bárcida dispõe, de momento, para garantir a vigília sobre o amplo espaço “entre o Ebro e as Colunas de Hércules”¹²⁸. Adicionalmente, Aníbal confiara a Hanão¹²⁹ um corpo de tropas constituído por 10,000 infantes e 1,000 cavaleiros com a missão de defender as possessões acabadas de adquirir a norte deste rio. A sua localização elegia-o, portanto, como o primeiro dos adversários de Gneu Cipião.

A celeridade com que os romanos asseguram a sua posição e ganham o apoio dos indígenas da costa catalã parece ter desconcertado profundamente o comando cartaginês, que se revela incapaz de definir um plano de actuação coordenada. A considerável superioridade numérica do seu adversário aconselhava Hanão a esquivar-se ao choque até à chegada do exército que Asdrúbal Barca conduz ao seu encontro. Pressionado, contudo, pela incumbência que sobre si sente recair de oferecer alguma

¹²⁵ HOPKINS, *op. cit.*, página 22

¹²⁶ Dos quais trinta e cinco complementemente equipados. Para além da protecção da faixa costeira da Hispânia, a presença da frota deveria assegurar as comunicações entre a Hispânia e África.

¹²⁷ POLIBIO, *op. cit.*, (III.33)

¹²⁸ GSELL, Stéphane – *Histoire Ancienne de l’Afrique du Nord. Tome II. L’État Carthaginois*. Librairie Hachette, Paris, 1918, página 338

¹²⁹ Um dos seus tenentes.

resistência antes que toda a região a norte do Ebro se passe para o invasor, opta por posicionar as suas tropas “sob as muralhas de Cissa¹³⁰” e oferecer prematuramente batalha. O resultado é um triunfo completo para as armas legionárias que, adicionalmente ao aniquilar da quase totalidade das forças inimigas¹³¹, se apoderam do incauto general cartaginês, de vários oficiais de alta patente e da bagagem que havia sido deixada para trás pelas tropas que acompanharam Aníbal na sua marcha para a Itália. Políbio acrescenta que entre os cativos ilustres se encontrava também Andobales¹³², “o déspota dos Iberos”, no que, de um golpe, “lhes assegurava¹³³ a aliança amigável de todas as tribos Iberas a norte do *Iber*”.¹³⁴

Esta referência feita pelo autor “helénico” a um líder militar hispânico que parece possuir autoridade sobre um vasto agrupamento de povos constitui um importante elemento para reflexão. O desenvolvimento das sociedades tribais para o domínio das associações políticas de liderança centralizada ajusta-se, tradicionalmente, ao momento em que estas tomam consciência de necessidade de expandir e congregar os seus recursos diante da chegada de povos estrangeiros com planos de conquista.

Contra os exércitos das civilizações mais evolucionadas do Mediterrâneo, parte do substrato hispânico crê como sua melhor forma de defesa suspender por momentos as fratricidas rivalidades inter-tribais e concertar o máximo de forças militares disponíveis sob a ordens de um único homem que as fontes identificam pelo termo de régulo - uma clara derivação de *rex* - mas que, mais exactamente, tem sido qualificado como, no fundamental, um caudilho militar com um poder provisório. No modelo clássico de tribalismo estratificado, a autoridade permanente costumava ser exercida por um conselho de chefes de linhagem. Se o comando do exército era outorgado a um homem com maior disponibilidade física para assegurar a defesa da colectividade, parece que,

¹³⁰ Capital dos sessetanos.

¹³¹ Livio fala-nos em 6.000 mortos e 2.000 homens tomados prisioneiros

¹³² Que Tito Lívio denomina de Indibilis.

Trata-se, provavelmente, de um desses régulos capazes de arregimentar, sob um comando provisório, as forças militares de várias tribos de forma a criar, como refere, José María Blázquez “um ideal de “unidade nacional” frente ao invasor, que recorda a suprema união dos gauleses em redor de Vercingetorix” (BLÁZQUEZ, José María – *Los Ilergetes en el cuadro de los restantes pueblos iberos durante la segunda guerra púnica*, Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, Alicante, 2005, página 201)

“Entre os povos que habitavam territórios mais extensos que os que podiam englobar uma cidade-estado, podiam existir monarquias nas quais o poder executivo e militar se encontrava centrado num rei, ainda que possuíssem também outros órgãos de governo, como assembleias populares e senados. Muitos dos reis destes povos, cidadãs nas fontes que se referem à época da conquista romana, pode-se pensar que eram tão somente chefes militares eleitos para levar a cabo acções guerreiras” (CABO, Angel ; VIGIL, Marcelo, *op. cit.*, página 256)

¹³³ Aos romanos.

¹³⁴ POLIBIO, *op. cit.*, (III.76)

em tempos de paz, o conselho regulava e administrava todas as matérias de relevo da vida doméstica da tribo e exercia o seu poder sob termos fundamentalmente jurídicos, isto é, de acordo com a tradição.

A tipologia do relacionamento entre a assembleia e o líder das forças armadas supra-tribais é uma questão em aberto. O expansivo belicismo na Hispânia com a sua inclusão em pelejas à escala mediterrânea, induz a se considerar como reincidente, ou mesmo permanente, a necessidade da comunidade em confiar os seus destinos ao homem mais capaz na arte bélica sendo, por isso, difícil de definir se o mesmo tendeu a ser exercido por um princípio de sintonia institucional contínua ou se pelo cerceio progressivo e usurpador das competências da autoridade colegial sob o apelo de um mais célere e unívoco exercício do comando militar. Subentende-se, contudo, que no contexto peninsular, apenas líderes excepcionais estariam capacitados a dirigir uma coligação de povos durante um período de tempo mais extenso, dado qualquer momento de infortúnio nos acasos da guerra conter o potencial para pôr cobro ao seu poder.

Podemos, por conseguinte, considerar a captura de Indibilis como um sério embaraço à cooperação entre as várias tribos catalãs e o partido púnico contra o invasor romano. Quando Asdrúbal chega à região com um contingente de nove mil homens, pouco mais pode fazer de que tentar aligeirar os efeitos nocivos da grave derrota sofrida com uma demonstração. Atravessando o Ebro sem ser detectado pelo inimigo, apanha de surpresa e inflige pesadas perdas ao corpo de marinheiros romanos que, no seguimento do triunfo em Cissa, se havia despreocupadamente disperso pelas planuras circundantes. Contudo, quando contra si ocorre Gneu com o exército principal, a magreza dos efectivos de que dispõe não lhe confere melhor alternativa ao evadir-se de um choque directo com o inimigo e regressar à margem meridional do Ebro.

3.2.3 – A submissão dos Ilergetes

Neste ponto de situação, o verosímil enredo desta guerra complexifica-se consideravelmente. Se, no relato dos acontecimentos prévios, as fontes maiores que constituem os textos de Tito Lívio e Políbio são, salvo pontuais discordâncias, relativamente complementares e, nalguns casos, mesmo corroborantes, uma divergência manifesta-se quando o historiador helénico nos conta que, após o seu raide sobre as tripulações romanas, Asdrúbal regressa a Cartagena para aí invernar, enquanto Lívio prolonga a duração das hostilidades com a descrição de iniciativas suplementares por

parte do general cartaginês.¹³⁵ A aceitar a mais detalhada descrição deste último historiador, vemos o comandante bárcida dar a primeira amostra da peculiar perícia de generalato que será a sua marca ao longo de toda a guerra: o de ser capaz de escrutinar uma pluralidade de planos de contingência após o fracasso dos seus projectos originais. Aproveitando o retroceder de Gneu Cipião até à sua base de Ampúrias¹³⁶, Asdrúbal inflecte para norte e sublevando o povo dos ilergetes, devasta “com os jovens desse estado as terras daqueles que aderiram com fidelidade à sua aliança com os romanos”¹³⁷. A situação é, sem dúvida, preocupante para o invasor, que reconhecia na submissão do “reino” ilergete, o mais poderoso e bem organizado de todo o Nordeste peninsular¹³⁸, um elemento fundamental para a solidificação do seu domínio sobre a Catalunha.

Arrancado dos seus quartéis de Inverno, Gneu Cipião investe numa enérgica ofensiva que persuade Asdrúbal a retirar as suas tropas para sul do Ebro, abandonando os insurrectos à sua sorte. Como o relato de Lívio subjacentemente alvitra, a “traição” do púnico condena o seu aliado de ocasião à derrota. Expulsos dos campos e cercados na sua cidade capital, sem expectativas de auxílio externo, os ilergetes vêem-se forçados a aceitar termos.¹³⁹

Com o degolar provisório do poder do mais perigoso dos opositores indígenas à sua fixação na Península, os romanos complementam o seu triunfo com a submissão dos outros povos da Catalunha ainda em armas. Superando as contrariedades que os rigores da estação invernososa lhes colocam, os romanos destroçam numa série de batalhas e cercos os exércitos que os Ausetanos e Lacetanos contra eles arregimentam. Como corolário da sua primeira campanha vitoriosa na Hispânia, Cneu, “faz de *Cesse*, convertida em *Tarraco*, com o seu magnífico porto, a principal base de operações do exército romano na Hispânia”¹⁴⁰, garantindo, com isso, uma maior proximidade

¹³⁵ Lanzenby nega a autenticidade histórica desta campanha referindo que o autor latino “quase de certeza confundiu as suas fontes aqui, e pensou que dois relatos diferentes da mesma campanha eram relatos de diferentes campanhas” (LAZENBY, *op. cit.*, página 125)

¹³⁶ TITO LIVIO, *op. cit.*, (XXI.61)

¹³⁷ *Ibidem*

¹³⁸ Para além de um dos povos hispânicos que preservou com maior fidelidade o seu pacto de aliança com Cartago: “Os Ilergetes na região do meio-Ebro não apenas tinham dado um pequeno contingente para servir nas forças de Aníbal no início de 218 como lutaram contra os romanos na maior parte dos estágios da guerra subsequente (mesmo após da própria Hispânia Púnica ter sido invadida). Eles, e especialmente os seus chefes enérgicos – os irmãos Indibilis e Mandonius – devem ter formado fortes laços com a Hispânia Bárcida bom tempo antes de Aníbal ter tomado comando” (HOYOS, *op. cit.*, página 84)

¹³⁹ TITO LIVIO, *op. cit.*, (XXI.61)

¹⁴⁰ ROLDÁN HERVÁS, José Manuel – *Historia Antigua de España I. Ibéria Prerromana, Hispânia Republicana y Alto Imperial*. Universidad Nacional de Educación a Distancia, Madrid, 2001, página 220

relativamente ao Ebro, presentemente constituído em linha de fronteira entre os dois contentores.

Encontra-se, assim, cumprido o principal objectivo que o invasor tinha a atingir nesta fase primogénita da sua campanha: a consolidação da sua posição num território adjacente à província púnica, efectivando o corte das ligações entre Aníbal e a sua base Hispânica. Como refere Roldán Hervás, “com pior ou menor êxito, Gneu logrou pelo menos destruir o edifício levantado por Aníbal ao norte do Ebro no início da guerra e retrair os limites púnicos para a linha do rio sem que, supostamente, isto significasse o total controlo da região até aos Pireneus pela parte romana”.¹⁴¹

Nesta primeira campanha na Catalunha vemos inaugurar-se aquele que será o modelo operacional estandardizado pelos romanos em solo estrangeiro, consistindo na preservação de uma toada ofensiva constante capaz de eliminar, sucessivamente, cada foco de resistência, sem que ao inimigo seja concedida oportunidade para um esforço coordenado de defesa. Cipião exhibe, com efeito, uma enorme argúcia na forma como explora a desunião das tribos hispânicas: principiando pela rápida submissão das populações da costa que, docilizadas por séculos de influência helénica, lhe ofereceriam, à partida, menor resistência, o general romano empenha-se, sobretudo, em garantir que o poderoso povo ilergete se veja cerceado do auxílio púnico assim como incapaz de erguer uma coligação com as outras tribos hostis do interior catalão.

3.3. – O ano de 217 a.C.

3.3.1 – A batalha do rio *Iberus*

Os inícios do Verão de 217 a.C. são marcados pela resposta vigorosa dos cartagineses aos seus malogros preliminares. Decidido a atacar o invasor no reduto que acabara de constituir no eixo Ampúrias-Tarraco, Asdrúbal dirige um poderoso exército para norte ao longo da costa, ladeado pela frota, sob o comando de Himílcon, recentemente reforçada por dez navios que se arregimentam aos trinta que lhe haviam sido confiados por Aníbal¹⁴², preparado para lutar em todo o elemento, conforme viesse o inimigo ao seu encontro. Quando Gneu Cipião recebe a notícia de que as tropas terrestres de que dispõe Asdrúbal haviam sido reforçadas por “vastos números de novos

¹⁴¹ ROLDÁN HERVÁS, José Manuel – *Historia de Roma I. La República Romana*. Ediciones Cátedra, Madrid, 1987, página 46

¹⁴² POLIBIO, *op. cit.*, (III.95)

auxiliares”¹⁴³, o general romano, menos seguro neste ramo das suas forças armadas, decide-se a precipitar o avanço da sua frota e provocar o choque naval. Abandonando a sua base urbana de *Tarraco* faz-se ao mar com trinta e cinco navios cuja tripulação reforça com um destacamento de soldados especialmente escolhidos, no que parece configurar a mesma tática de cooperação entre o legionário e a marinhagem que, no decurso da Primeira Guerra Púnica, concedera, aos romanos, numerosos triunfos sobre as tripulações púnicas.

Ao longo dos vários séculos em que se mantivera vigente um princípio talossocrático na organização do seu império ultramarino, os cartagineses haviam tido, como refere Nigel Bagnall, “uma potente marinha que lhes assegurava a supremacia no mar”.¹⁴⁴ A derrota na Primeira Guerra Púnica havia, contudo, originado um ciclo de fragilização acentuada da sua eficiência; a batalha do Ebro (217 a.C.) assinala, justamente, o momento solene em que se assiste ao ocaso desse papel de superlativa importância que os meios navais haviam desempenhado no militarismo cartaginês. O detalhado e empolgante relato de Lívio não deixa margem para dúvidas sobre a determinação com que Roma consolida a sua superioridade marítima sobre a arqui-rival púnica. Surpreendendo a frota inimiga na embocadura do rio Ebro e beneficiando da incapacidade das tripulações cartaginesas em evidenciar qualquer similitude com a destreza que ancestralmente as afamara, os romanos capturam-lhe vinte e cinco navios e cerceiam-na, por um longo tempo, de consequente capacidade operacional.¹⁴⁵

3.3.2 – Operações de razia na costa do Levante

Os romanos exploram, energicamente, a sua vantagem naval por meio de acções de infiltração ao longo da costa levantina e ilhas adjacentes, visando a pilhagem e devastação dos seus portos e campos litorais.¹⁴⁶ O pragmatismo justifica a crueza com que são conduzidas estas iniciativas em território inimigo¹⁴⁷: uma diversidade de

¹⁴³ *Ibidem*

¹⁴⁴ BAGNALL, *op. cit.*, página 24

¹⁴⁵ TITO LIVIO, *op. cit.*, (XXII.19); POLIBIO, *op. cit.*, (III.95-96)

¹⁴⁶ TITO LIVIO, *op. cit.*, (XXII, 20)

¹⁴⁷ “As fontes antigas não têm muito a dizer sobre a forma como os romanos saqueavam cidades. A coisa devia ser demasiado bem conhecida para autorizar comentário longo de forma que quando as nossas fontes oferecem um relato mais detalhado de um saque, este refere-se, invariavelmente, a um acontecimento que foi, por alguma razão, considerado excepcional. (...) A esmagadora maioria de cidades que conheceram este destino são dispensadas numa simples frase da ocorrência do saque, frequentemente reduzida a uma das formas do verbo *diripio*.” (ZIOLKOWSKI, Adam - “Urbs direpta, or How the Romans Sacked Cities,” in *War and Society in Imperial Rome*, Rich, John ; Shipley, Graham (eds), Routledge, London, 2002, página 69)

benefícios estratégicos advinha, sem dúvida, da deterioração da economia do Estado bárcida, do fomento do terror entre a sua população civil e da exibição das fragilidades do seu sistema de defesa perante o hispânico. Acima de tudo, visava a estratégica eleita por Cneu Cipião provocar a ruptura entre os diversos grupos sociais que se opunham às legiões de Roma com a maior economia de meios possível. Esta manifestação de uma perspectiva mais ampla na forma de travar uma guerra de longo curso encerra, em si mesmo, poderosos significados. Nela pudemos visualizar a profunda mutação que se opera na mentalidade de um povo no decurso destas guerras ultramarinas cujas exigências claramente transcendem os expedientes de um modelo de exército campesino adscrito às pelejas italiotas.

Parece, assim, legítimo afirmar-se que as guerras púnicas assinalam a génese do longo processo de refinamento da máquina de guerra romana, mediante uma busca inexorável pelo domínio e metodológica aplicação daqueles códigos de procedimento que garantam a maior eficiência marcial. Mais dada do que qualquer outra potência da sua época a infundir um espírito nacional na luta e a assumir o desafio que estes tempos colocam à proficiência marcial de Estados de incomensuráveis recursos, Roma protagoniza uma substituição progressiva de uma concepção arcaica e artesanal da actividade bélica com a direcção dos combates a tornar-se, tendencialmente, um ofício de especialistas de táctica e de estratégia e a deixar de ser a ocupação de cidadãos e magistrados a prazo. Será, efectivamente, a convergência entre uma distinta capacidade demográfica e a constituição de exércitos cada vez menos diminuídos pela falta de adestramento dos conscritos e do amadorismo do comando, a justificar a superioridade militar que Roma adquire sobre os seus inimigos.

O exemplo das opções marciais adoptadas por Gneu Cipião pode, assim, ser perspectivado como um verdadeiro aproximar da mentalidade romana à sabedoria militar helenística. Concomitante com o início do período da sua expansão mediterrânica, emerge no seio da Cidade Eterna um novo modelo de cabo-de-guerra que rapidamente se cimentará como o mais habilitado a conduzir as legiões nas complexidades inerentes ao travar campanha fora do solo natal: aquele que norteia a sua actuação mediante a análise judiciosa dos diversos factores de relevância estratégica que particularizam um dado anfiteatro de guerra. Na lide que púnicos e romanos travam na Hispânia, os generais de ambos os campos procuram, tais como xadrezistas sobre o

tabuleiro, acumular, cientificamente, pequenas vantagens num confronto cuja resolução se estima vir a ser determinada pela capacidade de resistência prolongada dos contendores.

O comandante romano envolvido nas guerras da Era ultramarina é incitado, tal como antes de si o fora o heleno, a aplicar o rasgo da sua inteligência sobre o caos da batalha.¹⁴⁸ A nova doutrina militar prescreve a aplicação metodológica de todos os elementos que, emanados de uma ideologia de guerra total, convirjam no potenciar das possibilidades de sucesso das campanhas empreendidas pelas legiões. A logística, diplomacia, matemática, geografia ou psicologia¹⁴⁹, são sapiências adjuvantes do procedimento militar que de forma cada vez mais decisiva influem no apuramento do resultado do conflito.

O modelo operativo das armas legionárias deixa, assim, de se resumir ao choque frontal e confuso contra a total força do inimigo, cristalizando-se, como objectivo estratégico, o assegurar da sua inferioridade antes ainda de lhe oferecer batalha. O jogo na antecâmara do combate, a organização de gabinete, passa a ter uma importância decisiva neste novo paradigma de belicismo romano. O estudo da forma de travar a guerra no período em que Roma se envolve com o seu mais evoluído inimigo helenístico revela, portanto, que a mesma adquire um carácter científico no que testemunha, em última análise, um triunfo da sabedoria sobre a ignorância. A sofisticação do pensamento militar romano resulta do reconhecimento de que a busca pela eficiência marcial no cenário ultramarino não é compatível com a destruição dos quadros de uma força expedicionária numa batalha sem controlo. Efectivamente, tal como nos diz Theodore Mommsen “o novo sistema de guerra exigia o emprego de generais com treino e olho militar, e nenhum capitão tinha estas qualidades”¹⁵⁰.

A Segunda Guerra Púnica assinala, justamente, esse momento decisivo no evoluir histórico do mundo antigo em que, como refere Victor Davis Hanson, “um militarismo romano que estava baseado em confrontação em massa em batalhas campais, passa a aplicar toda a máquina da ciência de inspiração helénica, prática económica e estrutura política para explorar essa agressividade sobre o campo de batalha na aniquilação do

¹⁴⁸ “Os acidentes respeitantes aos projectos militares requerem muita circunspecção, mas o sucesso é, em todo o caso, possível se os passos que tomamos no proceder do nosso plano forem sonoramente racionalizados” (POLIBIO, *op. cit.*, (IX.12))

¹⁴⁹ “Uma vez mais, por conseguinte, aqueles que desejarem ser bem sucedidos em projectos e operações militares têm de estudar geometria, não com um completo profissional, mas o suficiente para ter uma compreensão da proporção e equações” (POLIBIO, *op. cit.*, (IX.20))

¹⁵⁰ MOMMSEN, Theodore – *A História de Roma*, Richard Bentley & Son, London, 1877, página 60

inimigo”.¹⁵¹ O domínio que Roma estará apta a exercer, poucas décadas após a conclusão do magno conflito, sobre vastos espaços do mundo Mediterrâneo constitui-se, efectivamente, como o produto entre o legado que recebe da civilização helenística e as suas próprias criações.

3.3.3 - Primeiras dissidências entre os povos mesetanos

Os consecutivos sucessos romanos produzem uma profunda vacilação no intento dos povos hispânicos¹⁵² em continuarem vinculados ao interesse cartaginês. Diz-nos Lívio que “a frota aparelhou-se e voltou para a parte setentrional da província, e para lá afluíram embaixadores de todas as comunidades deste lado do Ebro e mesmo de muitos lugares da Hispânia mais longínqua; mas as comunidades que deram reféns e realmente ficaram sob o mando e governo de Roma eram mais de uma centena e vinte”.¹⁵³

A exacta amplitude do aproveitamento que o invasor retira da erupção do fenómeno dissidente constitui outro ponto de divergência entre o relato de Tito Lívio e o de Políbio. De facto, se o autor helénico nos informa que, até à chegada de Públio Cipião com reforços¹⁵⁴ “os romanos não se tinham aventurado a atravessar o *Iber*, mas ter-se-iam visto afortunados se pudessem assegurar a amizade e aliados das tribos acima desse rio”¹⁵⁵, Lívio relata, por sua parte, que “sentindo-se, por conseguinte, suficientemente fortes em terra assim como no mar, o general romano avançou tão longe quanto a passagem¹⁵⁶ de Cástulo. Asdrúbal retirou para a Lusitânia, mais perto do oceano.”¹⁵⁷

Face à evidente contradição dos depoimentos, a tradição historiográfica tem favorecido a versão de Políbio. Uma rejeição liminar da narrativa de Lívio pode, contudo, pecar por desmesurada. Com efeito, se nos parece legítimo considerar que Lívio, muito provavelmente, exagera¹⁵⁸ ou se equivoca, quando refere que o avanço de

¹⁵¹ HANSON, *op. cit.*, página 205

¹⁵² Sobretudo nos residentes do vale do Ebro.

¹⁵³ TITO LIVIO, *op. cit.*, (XXII, 20)

¹⁵⁴ No Verão deste ano de 217 a.C.

¹⁵⁵ POLIBIO, *op. cit.*, (III.97)

¹⁵⁶ “Acesso para além da distância das áreas ricas em minério em redor de Cástulo era (até tempos modernos) primariamente realizado pela passagem de Despeñaperros, cerca de 30 milhas (50 quilómetros) a norte de Cástulo” (HOYOS, *op. cit.*, página 69)

¹⁵⁷ TITO LIVIO, *op. cit.*, (XXII, 20)

¹⁵⁸ “Avançar sobre a região de Cástulo não faz sentido em 217, e de acordo com Políbio o Ebro foi em primeiro lugar atravessado por ambos os irmãos conjuntamente, mais tarde nesse ano” (HOYOS, *op. cit.*, página 140)

“Políbio, mais digno de crédito do que Lívio, desautoriza estas fantasias ao afirmar que antes da chegada de Públio Cipião *nunca os romanos se haviam atrevido a atravessar o Ebro* (3,97), o que

Cipião da costa para o interior o leva a atingir localidades tão distantes quanto a Cástulo¹⁵⁹ andaluza, não se pode rejeitar a possibilidade de, no seguimento dos acontecimentos descritos, se terem estabelecido os primeiros contactos diplomáticos entre o comando legionário e as populações das regiões mais interiores, com a consequente expansão do campo de batalha e diversificação dos seus elementos constitutivos.

3.3.4 – A revolta dos Ilergetes

Pouco tempo decorre, porém, até que os romanos recebam mais uma lição sobre as particularidades de travar campanha na Península Ibérica, onde a inconstância e o oportunismo do elemento autóctone determinam que nenhuma sujeição possa ser dada como garantida. Com efeito, o proverbial desprezo do hispânico pelo cumprimento dos pactos previamente firmados priva, o invasor, da possibilidade de implementar um plano de conquista gradativo e linear: os ilergetes, liderados por Mandónio e Indibilis¹⁶⁰, tomam as armas e investem sobre os territórios afectos à aliança romana, forçando Cipião a abandonar a sua posição avançada de forma a garantir a segurança das suas bases. Não obstante a punição exemplar que os filhos da Loba infligem aos revoltosos, o retrocesso do seu adversário “trouxe de volta Asdrúbal, que estava a retirar em direcção ao oceano, para proteger os seus aliados deste lado do Iberos”¹⁶¹, estabelecendo, o general cartaginês, o seu acampamento em território ilerjavone. Rapidamente, contudo, o alento púnico é posto à prova por novas contrariedades. Relata Lívio que “os Celtiberos, que tinham enviado os homens mais importantes do seu país como embaixadores aos romanos e lhes tinham dado reféns, despertados por uma mensagem de Cipião tomam as armas e invadem a província dos Cartagineses com um poderoso exército. Após terem tomado de assalto três cidades, enfrentam o próprio

coincide com o posterior desenvolvimento dos acontecimentos e com o próprio texto de Lívio que, na continuação, assinala, as dificuldades romanas ao norte do Ebro diante de uma nova sublevação dos ilergetes – paralela às dificuldades cartagineses com os celtiberos? – e o compasso de espera de ambos os exércitos acampados frente a frente na embocadura do Ebro, Asdrúbal ao sul, em território dos ilerjavones, e Gneu ao norte, junto a uma cidade marítima de desconhecida localização que Lívio designa por *Nova Classis*.” (BLAZQUEZ, José María – *Historia de España Antigua. Tomo II. Hispania Romana*, Cátedra (Historia Serie Mayor), Madrid, 1985, página 39)

¹⁵⁹ Cidade (ou castro) localizada nas proximidades de Linares, na província andaluza de Jaén, que será o local da esmagadora vitória de Asdrúbal Barca sobre os romanos em 211 a.C.

¹⁶⁰ Que, aparentemente, readquirira a liberdade após ter caído em mãos romanas na batalha de Cissa.

¹⁶¹ TITO LIVIO, *op. cit.*, (XXII, 21)

Asdrúbal com excelente sucesso, matando quinze mil dos seus homens, e tomando quatro mil, com muitas insígnias militares”.¹⁶²

3.3.5 – Desembarque de Públio Cipião. A libertação dos reféns hispânicos. Encerramento da campanha de 217 a.C.

No seguimento destes acontecimentos, o testemunho do autor latino volta a encontrar correspondência com o de Políbio quando refere o desembarque em *Tarraco* de Públio Cipião¹⁶³ à frente de um contingente composto por “trinta navios de guerra, oito mil soldados, um vasto abastecimento de provisões”¹⁶⁴. Realizada a sua junção, os dois comandantes romanos dirigem, sem encontrarem oposição de significância, as suas forças conjuntas para sul do Ebro.

A ausência do exército de Asdrúbal na defesa deste território é o elemento mais relevante desta campanha. Tito Lívio justifica-o quando nos diz que os “Cartagineses estavam agora ocupados a fazer frente aos Celtiberos”¹⁶⁵, o que se enquadra no relato prévio das derrotas sofridas pelo general-em-chefe púnico em batalha contra estes povos.¹⁶⁶ A desenvoltura do avanço romano pode, também, ser atribuída à peculiar acessibilidade desta região. Como refere A. Oliver Foix, “a importante zona estratégica entre o rio Ebro e Sagunto constitui uma rota fácil e obrigatória levando do sul da Espanha até à Catalunha e para as passagens através dos Pirenéus. (...) Topograficamente, é uma planície litoral sem nenhuns obstáculos sérios ao tráfico do sul para o norte ou *vice-versa*.”¹⁶⁷ Acrescenta Angel Cabo que “quanto às relações terrestres, esta zona contava com uma rota muito antiga que bordejava a costa desde os Pirinéus até à região do Sudeste. Era a chamada via *Heraclea* que colocava os povos da costa oriental em comunicação entre si e que se prolongava, pelo norte, ao longo da costa do sul de França. No sul tinha uma ramificação para oeste, que chegava até ao

¹⁶²TITO LIVIO, *op. cit.*, (XXII, 21)

Stéphane Gsell manifesta fortes dúvidas quanto à autenticidade das cifras que o autor apresenta: “Ora, em 217, ele perdeu 19.000 soldados em duas batalhas contra os Celtiberos (15.000 mortos, 4.000 feitos prisioneiros). Isto não é admissível, mesmo se, nos meses precedentes, tivesse recrutado espanhóis.” (GSELL, *op. cit.*, página 314)

¹⁶³ Os sucessos alcançados por Gneu Cipião tinham, aparentemente, encontrando ampla ressonância no hemiciclo senatorial, decidindo-se, o colectivo que rege Roma, a apostar no reforço do corpo expedicionário hispânico, mesmo diante da ameaça que representa Aníbal.

¹⁶⁴ TITO LIVIO, *op. cit.*, (XXII, 22)

¹⁶⁵ *Ibidem*

¹⁶⁶ Para Lazenby “a aparente facilidade com que os Cipiões avançaram tão longe quanto Saguntum (...) torna claro que a posse Cartaginesa desta parte da Espanha era ténue” (LAZENBY, *op. cit.*, página 128)

¹⁶⁷ FOIX, A. Olivier – “Evidence of the Second Punic War in Iberian Settlements South of the Ebro”, in *Studia Phoenicia x Punic Wars* (ed. H. Devijver & E. Lipinski), Leuven, 1989, página 205

vale do Guadalquivir, atravessando os portos da cordilheira Penibética. Para alcançar o interior da Península, utilizavam-se os vales dos rios e as passagens das montanhas, principalmente o vale do Ebro e os vales do Jalón., du Júcar e do Segura, por meio das quais se mantinham as comunicações com a Meseta. O tráfico ao longo do vale do rio Ebro, rio que era em parte navegável, foi muito intenso e converteu este vale numa prolongação da costa oriental, sobretudo no aspecto cultural.”¹⁶⁸

Tendo, as suas forças, progredido por este território sem dificuldades assinaláveis, os irmãos Cipião erguem acampamento¹⁶⁹ nas imediações¹⁷⁰ de Sagunto e asseguram o seu abastecimento pela presença paralela da frota.

De acordo com o que nos narram as nossas duas principais fontes¹⁷¹, a traição de um ibero de nome Abilyx permite, aos romanos, apoderarem-se e seguidamente libertar um vasto número de reféns oriundos “de todas as partes da Hispânia”¹⁷² que eram aí guardados pelos cartagineses de forma a garantir a obediência dos príncipes indígenas. O cativoiro dos seus membros de família visava submeter os líderes hispânicos – de lealdade sempre incerta - a um forte condicionamento emocional. Este método cumpria a função de desencorajar a dissidência ou a rebelião aberta, apesar de fomentar as intrigas e o ressentimento. Torna-se, assim, explícito o carácter profundamente disfuncional do relacionamento estabelecido entre Cartago e os seus vassallos, sedimentado num princípio de “violência simbólica”¹⁷³ em detrimento da captação de afectividades.

Aproveitando-se dos aspectos mais impopulares da política colonial púnica para definir o contraste do seu modo de proceder, os romanos estreitam a sua empatia com os hispânicos, tendo Cipião “induzido muitos Iberos a se juntarem à aliança romana”¹⁷⁴ e

¹⁶⁸ CABO, Angel, *op.cit.*, página 254

¹⁶⁹ “Este acampamento, do qual não existe evidência arqueológica disponível, pode corresponder ao local da actual Almenara, dado que foi estabelecido, de acordo com Políbio, em redor de um templo de Afrodite, perto do mar. Contudo, a costa marítima de Armeara é pantanosa e os ancoradouros devem ser procurados na embocadura do Mijares, no Grou Vell (Sagunto) e em frente da Torre de Onda (Burriana).” (FOIX, *op. cit.*, página 210)

¹⁷⁰ POLIBIO, *op. cit.*, (III.97)

¹⁷¹ Sobre este episódio demoradamente descrito tanto por Políbio como por Lívio diz-nos Lanzeby que “a sua verdade tem sido posta em dúvida, parcialmente porque é difícil ver porque razão os reféns estavam em Saguntum em vez de em Cartagena, parcialmente porque o mais jovem Cipião fez uso similar de reféns que encontrou na última cidade (Políbio 10.18.3ff.)”, acrescentando, contudo, que “apesar de ser provável que a importância do incidente ter sido exagerada, sejamos relutantes em rejeitar o testemunho de Políbio na sua integridade.” (LAZENBY, *op. cit.*, página 128)

¹⁷² TITO LIVIO, *op. cit.*, (XXII.22)

¹⁷³ Termo introduzido por Pierre Bourdieu (1930-2002).

¹⁷⁴ TITO LIVIO, *op. cit.*, (XXII.22)

obtido destes a garantia da sua disponibilidade para o multiplicar de actos de revolta contra o opressor cartaginês.¹⁷⁵

Como efeito propagado dos golpes de precisão cirúrgica desferidos pelo estratega de eleição que Gneu continuamente dá provas de ser, efectiva-se a ruptura parcial da linha exterior de defesa do Estado Bárcida. A causa deste fenómeno de grande importância para o conseqüente evoluir da guerra na Hispânia é complexa: apenas afluída pelo relato de época e profundamente afeita ao tempo de média duração, o apuramento das suas origens e conseqüências exige a reflexão adequada às temáticas estruturantes.

3.4. – O colapso parcial do sistema de alianças

Por via da ocupação militar efectiva ou do vínculo diplomático, Roma tem acesso às cidades mais setentrionais da esfera de influência púnica que, de livre vontade ou pela força das circunstâncias, aceitam as condições que o invasor impõe à corporação de pequenos potentados locais. Desde o início da campanha que um extenso número de príncipes hispânicos se havia interessado em precaver-se dos piores horrores da guerra¹⁷⁶ por via do estabelecimento de pactos de aliança com o poder que, a cada momento, assume vantagem. Os recentes desenvolvimentos determinam, por conseguinte, que o fenómeno de dissociação da constelação de unidades políticas autóctones relativamente ao poder púnico na Península se propague com acrescida diligência. Ele ameaça pôr termo à tentativa acalentada pelos bárcidas de continuar, com o auxílio de estruturas montadas e geridas no próprio terreno, o percurso formativo na Hispânia de um estado nacional capaz de se modernizar sem se submeter directamente à supervisão e tutela da metrópole africana, assinalando, a restauração da autonomia do hispânico, o retorno ao antigo sistema isolacionista caracterizado pela “monarquia” micro-cósmica.

¹⁷⁵ Como refere Roldán Hervás “na luta diplomática por se atrair os indígenas, os responsáveis romanos serviram-se, repetidamente, do gesto de libertar os reféns que os cartagineses tinham em suas mãos, para assegurar a fidelidade dos seus povos (Políbio III, 97, 2), de recompensar os indígenas que se passavam para o seu lado, de apoiar e defender os seus aliados, como fica manifesto na conquista de Sagunto e na subsequente expulsão da guarnição cartaginesa, e, em geral no mostrar respeito e conceder bom trato aos indígenas que lutavam nas suas fileiras, como sabemos de mercenários celtiberos que abandonaram os cartagineses para se passarem para o lado romano, sem exigir maior soldo” (ROLDÁN HERVÁS, José Manuel – *Los hispanos en el ejército romano de época republicana*. Ediciones Universidad de Salamanca, Salamanca, 2004, páginas 23-24)

¹⁷⁶ Nomeadamente, a devastação do seu território por forças hostis.

A parcial ruptura do sistema de alianças estabelecido entre Cartago e a multiplicidade de principados indígenas pode ser avaliada como o resultado confluyente de dois factores de crise: a agressão romana e a larga tradição de impopularidade do colonialismo púnico na Hispânia.

Nos anos que haviam precedido a guerra tínhamos assistido, sem dúvida, com o impulso bárcida, ao incremento de uma dinâmica económica na Hispânia que, a prazo, poderia alterar o equilíbrio estagnado das suas forças sociais e contribuir, porventura, para a criação de um espírito de unificação de todo o espaço referente sob uma única autoridade. Pela acção enérgica do uso alternante da força e de uma política de tratados diplomáticos, o poder púnico havia conseguido impor a sua suserania sobre um extenso número de povos hispânicos, cumprindo um projecto que visava promover a transição dos entrepostos costeiros para as grandes reuniões territoriais.

Contudo, não obstante todas as realizações que se podem imputar aos seus antecessores, quando o comando militar e político é confiado a Asdrúbal, as forças de oposição a qualquer forma de agrupamento político mais dilatado na Península Ibérica estão longe de ser inexistentes no seio das unidades políticas locais, de cujo partido favorável é um factor vital para a luta pendente. A constituição deste império fora feita com momentos de bravia oposição indígena e estava de todo inacabada no final do período entre Guerras Púnicas. Pelos inícios do conflito com Roma, somos compelidos a salientar o contraste brutal entre o desenvolvimento das iniciativas económicas fomentado pelo projecto imperial cartaginês e a letargia na mudança do ordenamento social caracteristicamente hispânico.

Efectivamente, a dinâmica comercial que se regista no território afecto à influência púnica nas décadas que precederam o conflito parece não ter preparado qualquer transformação profunda das estruturas sociais e de poder arcaicas, somente um desenvolvimento urbano que deixou os princípios de organização tribal e clânica intactos. Contribuindo, o incremento do volume de trocas, sobretudo para o engrandecimento das cidades litorais, as políticas fomentadas pelos bárcidas goram-se na implementação de uma nova ambiência extensível ao demos profundo.

A Hispânia é, pois, a expressão da relutância nativa em acolher os benefícios associados à sua conexão com as formas de civilização mais avançadas, sobretudo pelo facto de serem colonizadores pouco prezados a instigarem à sua metamorfose. A razão para a fragilidade do edifício que os púnicos erigem na Península Ibérica fundamenta-se, em primeiro lugar, naquele estrato social que o estrangeiro nunca ousara modelar em

seu proveito – o do campesinato - cujas revoltas se sucedem e cada vez mais se sente atraído a adquirir pela via do banditismo o duro e prolongado trabalho de outrem. Durante toda a campanha hispânica, os historiadores relatam múltiplas insurreições contra o potentado cartaginês, conflitos com e entre os senhores locais, fragmentação da sua rede de alianças. Este alvoroço interno que tem o seu fundamento basilar na obstrução relacional entre o poder colonial e o substrato popular, articula-se com o diálogo mais ou menos furtivo que o autóctone estabelece com o invasor romano, que mina a resistência coligada que a autoridade bárcida contra este procura dirigir.

Evidenciando a reserva e a duplicidade com que previamente haviam estabelecido alianças com Cartago, as elites locais hispânicas, muito expeditas na defesa das suas conveniências, consideram as solicitações de ambos os contentores sobretudo em função do oscilar da sorte das armas. As classes dirigentes autóctones fazem eco com a turbulenta plebe que dirigem ao demonstrarem uma falta de firmeza confrangedora diante das legiões, sempre que os cartagineses se demitem de supervisionar as suas forças e as deixam entregues a si mesmas. Assim que a esquadra e o exército romanos abordam o país, a opção dos hispânicos é, amiúde, aceitar a abertura das suas urbes ou castros em oposição a uma resistência irredutível. Esta atitude promove o célere desmoronamento de um poder externo que oferecera, aos povos da Hispânia, a reforma de parte dos costumes anacrônicos responsáveis pelo seu atraso estrutural, a fim de melhor impor no seio destes o seu próprio modelo colonizador e exploratório.

Independentemente da importância das iniciativas de aliciamento desenvolvidas por ambos os contentores estrangeiros para melhor arregimentar o hispânico em torno da sua hoste, o elemento matricial que devemos ter em conta para a caracterização desta guerra é o da renitência do autóctone em coadjuvar empreendimentos militares que atentem contra - ou simplesmente não aquiesçam – os seus interesses particulares.

Associada ao colapso do sistema de alianças púnico do ponto de vista estritamente político-militar, perfila-se a degradação do rendimento dos impostos cobrados ao hispânico. A perda de prestígio das armas bárcidas¹⁷⁷ diante do avanço gradativo das legiões romanas tem por consequência o deslocamento para fora da órbita de influência cartaginesa de um cada vez maior número de “centros urbanos” e respectivas artérias,

¹⁷⁷ “O sistema tem, naturalmente, os inconvenientes correspondentes às suas vantagens. Fundado sobre uma espécie de laço feudal, ele repousa inteiramente sobre o prestígio pessoal do federador. (...) Como todas as monarquias helenísticas, a dos Bárcidas estava fundada sobre a “teologia da vitória”: o rei perde a sua legitimidade assim que a sorte o abandonou, sendo suficiente uma derrota para abalar os fundamentos do Estado.” (CHARLES-PICARD, *op. cit.*, página 88)

por onde se desenvolve a actividade comercial e de onde se extraem os tributos. Cada vez mais se evidencia a agitação dos principados hispânicos, a migração dos homens de armas para os corpos de auxiliares ao serviço de Roma, a recrudescência do banditismo e as ameaças às linhas de tráfego que suportam os rendimentos de que necessitam os generais de Cartago para reconstruírem os seus exércitos: a alternativa à complacente perda de recursos é a de optar por uma via de maior violência sobre a população nativa, o que tem por efeito acentuar o ressentimento étnico contra uma elite estrangeira que, não obstante a escassa expressão numérica, detém a maioria dos privilégios.

Ao passo que a articulação entre o poder da cúpula e o principado local está em crise, o comando cartaginês, profundamente desgastado na sua imagem pelos insucessos militares contra o adversário romano, tem de adaptar os seus planos de campanha de forma a impedir a disseminação dos instintos separatistas entre os povos hispânicos que ainda permanecem fiéis. Paradoxalmente ao sentido do afluxo de contingentes que partem das comunidades indígenas para constituírem os exércitos de Cartago, estas têm de ser defendidas pela potência colonial sob o risco de se passarem para o inimigo.

A acelerada degradação da situação na frente de combate ocasiona e combina-se, também, com o propagar de um número considerável de rebeliões nas linhas à retaguarda. Estas revoltas ocorrem, frequentemente, em momentos críticos na luta contra os Cipiões e são um factor maior no evoluir de toda a campanha. A frequência com que elas deflagram deriva, em primeiro lugar, da consciência difundida, entre os líderes tribais, de que um discurso restaurador da liberdade perdida assente numa violenta retórica anti-cartaginesa lhes cauciona um maior prestígio e autoridade sobre o seu povo.

Nos anos que haviam precedido a guerra, Cartago havia, como vimos, desenvolvido uma política notavelmente bem sucedida de expansão militar na Hispânia. Amílcar Barca e seus sucessores tinham conseguido dar forma a um estado centralizado que podia justificar o seu direito à existência por via da cessação da impunidade anárquica dos antigos bandoleiros, organizando-os num exército de conscritos e mercenários que já não constituía um perigo directo para o seu próprio povo. Contudo, as mesmas vitórias que haviam permitido aos Cartagineses exercer, pela destruição dos seus mais irredutíveis opositores indígenas, o seu domínio sobre territórios doravante expurgados de grande parte dos seus recursos humanos e militares ameaçaram, pouco tempo depois, a própria sobrevivência do Estado Bárcida, precisamente porque a sua

elite dirigente renunciara em expandir a sua base de apoio por via de uma política que em si incluísse o benefício do substrato popular.

Enquanto figura de integração nacional, Aníbal tivera condições para impor a sua vontade aos senhores da guerra locais, vergando-os pela força, se necessário, quando estes lhe ofereceram resistência.¹⁷⁸ Em oposição, o seu irmão mais novo vê o poder que exerce perder, a cada derrota que sofre, o carácter providencial que os representantes da dinastia bárcida que o antecederam haviam conseguido fazer aos hispânicos reconhecer no expoente máximo da suserania púnica na Península. Com a sua autoridade continuamente minada pelos interesses privados de grupos de caciques locais, Asdrúbal perfila-se, cada vez menos, como a figura capaz de incutir, no espírito indígena, um nacionalismo sedimentado no culto da preponderância marcial do caudilho bárcida, assim como de propagandear a existência de uma política concreta para a Hispânia que não estivesse subordinada a um poder metropolitano longínquo, sobretudo vocacionado para dela sofregamente extrair o pagamento das suas próprias despesas.

Não obstante o juízo muito crítico que fazem as fontes de época a respeito da conduta assumida pelos povos hispânicos nesta guerra, temos de reconhecer que é, precisamente, a falta de genuinidade da sua palavra de submissão para com o estrangeiro o preceito que os salva de serem despedaçados pela pressão de ambos os colossos.

3.5 – O ano de 216 a.C.

3.5.1 – Início da ingerência de Cartago nos assuntos hispânicos. Envio do primeiro contingente de tropas metropolitanas

Na abertura do ano de 216 a.C. os dois comandantes romanos dividem entre si o comando das tropas de forma a prosseguirem, por terra e por mar, o ímpeto ofensivo, ao passo que Asdrúbal “manteve-se a si mesmo à distância do inimigo, seguro pelo espaço interveniente e a força das suas fortificações”¹⁷⁹. A cedência da iniciativa constitui o traço distintivo da nova estratégia adoptada pelo generalato cartaginês. Contrariamente ao esforço desenvolvido no ano transacto, não se perspectiva, como exequível, atacar os romanos no seu enclave catalão. Presentemente, Asdrúbal centraliza as suas diligências

¹⁷⁸ “Dada a traição para com Amílcar, os *Orissi* foram provavelmente feitos súbditos tributários em vez de terem permanecido como aliados, sem nenhuma dúvida após matança condigna, saques e escravizações.” (HOYOS, *op. cit.*, página 74)

¹⁷⁹TITO LIVIO, *op. cit.*, (XXIII.26)

na tentativa de persuadir o sínédrio metropolitano a coadjuvar com maior empenhamento o esforço de guerra púnico na Península.

Como nos diz Lívio, “após longas e frequentes solicitações”¹⁸⁰, o Senado cartaginês decide-se, por fim, a enviar-lhe os reforços que este crê indispensáveis para assumir uma conduta marcial alternativa à renúncia do contacto. A chegada à Península, de um contingente metropolitano constituído por quatro mil infantes e quinhentos cavaleiros¹⁸¹ convence, finalmente, o generalíssimo púnico, a adoptar uma postura de maior firmeza na condução das operações mediante a redução da margem espacial de segurança entre a sua posição e a do inimigo, assim como a redireccionar parte das suas atenções e recursos para a equipagem de uma frota que possa assegurar uma maior “protecção das ilhas e costas marítimas”¹⁸² frente às operações anfíbias de que os romanos parecem, cada vez mais, assenhorar-se do segredo da eficiente execução.

Os malogros que os púnicos haviam conhecido nestes primeiros anos de guerra deveram-se, entre outros factores, à incapacidade do Senado metropolitano em atempadamente calibrar a natureza exacta da ameaça romana na Hispânia, confiando nos bárcidas para resolver problemas que interpretava como eminentemente locais.¹⁸³ Este primeiro contingente de tropas que parte para reforçar os efectivos de Asdrúbal¹⁸⁴ permite perspectivar o momento em que a mãe-pátria se consciencializa de que apenas pela subordinação dos vários territórios que constituem o seu império descontínuo a uma estratégia integrada à escala mediterrânica, pode almejar a vitória no presente conflito.

O desvio de recursos para a Península configura-se como directamente proporcional às inquietudes que a ameaça da sua perda provoca no sínédrio metropolitano, o que equivale a dizer que a importância do apoio prestado por Cartago se acentua com o avanço romano. Nesta fase do conflito, os apelos do general bárcida são persuasivos o suficiente para que o supremo comando senatorial reconheça que a

¹⁸⁰ *Ibidem*

¹⁸¹ *Ibidem*

¹⁸² *Ibidem*

¹⁸³ “As autoridades de Cartago estavam menos intimamente relacionadas com as organizações militares que as suas homónimas romanas. Proporcionavam recursos e premiavam os comandantes que levaram a cabo acções na Espanha e na Sicília, mas as suas directivas eram ocasionais e muitas decisões eram tomadas como reacção aos movimentos romanos mais que como um produto de objectivos planeadas por elas mesmas.” (GOLDSWORTHY, Adrian - *Las Guerras Púnicas*. 2ª ed., Ariel, Barcelona, 2002, página 290)

¹⁸⁴ Num processo que se acentua ao longo dos anos.

oposição aos romanos no teatro hispânico fortemente se capitalizaria pelo reforço moderado do contingente africano que nela opera.

Apesar da chegada de tropas metropolitanas ter por efeito a multiplicação das opções operativas do comando bárcida, sob o seu véu encontra-se impresso um dos sinais mais reveladores da debilidade do poder cartaginês na Península. Efectivamente, a crise nascida com os consecutivos sucessos dos Cipiões, revela uma carência estratégica fundamental: para proteger a sua colónia hispânica, Cartago tem de desviar tropas de que contava para o assegurar da sua defesa, ou que poderiam ser enviadas, directamente, a Aníbal, assim que este, no seguimento de Canas e defecção de grande parte dos aliados dos romanos, abre o portal da Itália meridional.¹⁸⁵ Longe de se auto-bastar, a Hispânia começa a constituir um sorvedouro dos recursos de uma metrópole que planeia aproveitar a fraqueza romana para abrir uma nova frente de guerra no Mediterrâneo central, convertendo as ilhas que se interpõem entre si e a Itália num perímetro de defesa avançada relativamente ao reduto africano.¹⁸⁶

De facto, o investimento de Cartago no palco peninsular prolonga-se até ao final da guerra e consome cada vez mais as suas energias. A cada momento em que se multiplicam os meios que são mobilizados para a defesa da colónia e se subalterniza o comando bárcida às directivas emanadas do sínédrio metropolitano, melhor se exterioriza a incapacidade do potentado púnico em assegurar a sua sobrevivência e transformar-se numa entidade política maturada com a organização de um Estado-nação autónomo. O apelo afligido ao reforço da intervenção de Cartago não pode deixar de ser interpretado como um sintoma da incapacidade do poder bárcida em fazer face ao empreendimento particular que Roma contra si dirige.¹⁸⁷

¹⁸⁵ “A perda do controlo sobre a Hispânia, cuja situação começava a ser inquietante para Cartago, punha em perigo todos os objectivos da guerra: a acção vitoriosa das armas romanas na Península e as primeiras defecções indígenas em zonas de vital interesse económico obrigavam o governo púnico a dar prioridade à frente da Hispânia, contando que o restabelecimento enérgico da autoridade sobre ela era o passo prévio para acudir em reforço de Aníbal, que, em contrapartida, pelo momento não parecia ter dificuldades, após os brilhantes resultados de Canas” (ROLDÁN HERVÁS, José Manuel – *Historia de Roma I. La República Romana*. Ediciones Cátedra, S.A., 1987, página 255)

¹⁸⁶ Como refere Pedro Barceló, “ao cabo de uma série de convulsões internas e pelejas cidadãs no decurso das quais cai o jovem rei (Verão do ano de 214 a.C.), Hipócrates e Epícides, os agentes de Aníbal, conseguem adquirir uma influência decisiva e por mercê dela mobilizar o potencial militar siracusano contra Roma. Sicília, a plataforma natural de desembarco romano no litoral africano, fica seriamente ameaçada pela defecção de Siracusa. Para além disso, a cidade podia brindar à frota púnica o desfrute de um excelente porto-escala, valiosíssimo baluarte de apoio às operações do exército de Aníbal concentrado por aquela altura na Itália meridional” (BARCELÓ, *op. cit.*, página 79)

¹⁸⁷ “É também espantoso que, com a guerra a intensificar-se em 217 e 216, Asdrúbal tenha chamado e lhe tenham sido enviados reforços de África, primeiro um corpo de 4,500 e depois um exército sob Himílcon. Em 215 ainda outro exército foi enviado sob o terceiro irmão bárcida Magão: e tudo isto apesar da própria

3.5.2 – A revolta dos Tartéssios

Diz-nos Tito Lívio que a chegada dos reforços africanos nutre Asdrúbal de esperanças frescas, expandindo o número de opções ao seu dispor para uma viável condução de vindouras campanhas contra os romanos. Todavia, no próprio ímpeto “de renovar a guerra”¹⁸⁸ o general bárcida é confrontado com a insurreição dos tartéssios.¹⁸⁹ O perigo ulterior resultante da adjacência geográfica entre o território ocupado por este povo e o núcleo do poder púnico na Andaluzia ocidental leva o comando cartaginês a abandonar os projectos que acalentara desenvolver contra o seu principal inimigo, para sufocar o movimento revoltoso no menor espaço de tempo possível desde a génese da sua deflagração.

Cumprindo-se o ciclo clássico de uma rebelião, a vantagem pertence, inicialmente, aos tartéssios. Contudo, quando, por fim, a hoste bárcida acorre ao terreno, assistimos à abrupta escalada da oposição ao movimento insurrecto e a um consequente reequilibrar das forças em contenda. Não obstante o poder humano de que dispõem os rebeldes e a energia fogaosa com que travam as escaramuças preambulares, as carências fundamentais que se reconhecem num exército tribal hispânico¹⁹⁰ – tácticas de batalha rudimentares, ausência de coordenação entre unidades, insuficiente resistência no combate prolongado – manifestam-se, de pleno efeito, no momento decisivo da campanha, quando Asdrúbal os atrai para uma batalha campal onde, caracteristicamente, um modelo estatizado de forças armadas sedimentado nos valores da ordem e da disciplina adquire um princípio de inalienável vantagem.

3.5.3 – A ofensiva cartaginesa

Hispania ser, supostamente, um reservatório de homens de guerra de primeira classe.” (HOYOS, *op. cit.*, página 139)

¹⁸⁸ TITO LIVIO, *op. cit.*, (XXIII.26)

¹⁸⁹ Trata-se, possivelmente, de um anacronismo histórico por parte de Tito Lívio, associando o povo túrdulo ao mítico reino de Tartessos (“Os antigos parecem ter chamado o Rio *Baetis* “Tartessus” (...) “e o país, que é agora ocupado pelos Turdulianos, era chamado de “Tartessis” (Estrabão, *op. cit.* (III, 2,11))

Segundo Dexter Hoyos, esta revolta constitui-se como mais um exemplo da inabilidade da administração púnica sob a égide de Asdrúbal Barca: “E quanto aos Tartessianos, se o nome em Lívio está correcto, esta tinha sido a primeira conquista de Amílcar: um pleno governo púnico de um quarto de século ainda não os tinha ganho e, com um palpite razoável, a sua revolta agora bem pode ter-se devido às exigências púnicas por dinheiro e homens, algo pelas quais de novo o governador era derradeiramente o responsável”. (HOYOS, *op. cit.*, página 139)

¹⁹⁰ Independentemente de todo o cepticismo que nos merece o exagero pictórico com que, no relato liviano, se acentuam os traços de ferocidade congénita e anarquia regimental do inimigo incivilizado da romanidade.

O degolar da sedição tartéssia permite, aos púnicos, recuperar a plena liberdade de movimentos para directamente se oporem aos projectos acalentados pelo seu adversário mais importante. Obstáculos imponentes a ultrapassar e inúmeras debilidades endógenas continuam ainda a conspirar para obscurecer, na óptica romana, o reconhecimento do trilha capaz de conduzir os seus golpes incisores até ao âmago do poder bárcida. Não obstante os sucessos alcançados tanto no campo de batalha como no plano diplomático pelo procedimento de uma estratégia que, com argúcia, se ancorava na constatação de que era necessário, antes de mais, dismantelar a aliança que os cartagineses haviam firmado com os povos da Hispânia, o comando romano continua a restringir o fundamental da sua actividade às franjas setentrionais do teatro de guerra peninsular, confrontando-se com uma posição interior inimiga solidamente guarnecida. Independentemente da defecção de um número significativo de aliados indígenas para o partido romano, os púnicos parecem dispor dos meios necessários para resistir por tempo indefinido nos poderosos bastiões urbanos que detêm na costa levantina e no sudoeste da Península. Apesar das tentativas infrutíferas para desalojar os romanos do seu enclave catalão, Asdrúbal pode, ainda assim, conformar-se com o preservar das amplas vantagens que lhe são conferidas pela sua posição actual, mediante o desenvolvimento de uma estratégia de campanha baseada na consciente assumpção de que cada momento em que se gera o impasse este tendencialmente beneficia quem defende um território relativamente a quem o pretende conquistar.

Ambições ulteriores são, contudo, acarinhadas no distante hemiciclo político que constitui o Senado de Cartago e, uma vez mais, factores contingentes impossibilitam que o comando bárcida tire pleno partido dos amplos recursos naturais, infra-estruturais e humanos de que dispõe neste palco peninsular, para bloquear o avanço romano.

Efectivamente, no seguimento da vitória de Aníbal em Canas no Verão deste ano de 216 a.C. que, como refere Nigel Bagnall, provocou “uma vaga de entusiasmo pela guerra”¹⁹¹, Asdrúbal recebe ordens da autoridade de Cartago para conduzir “a toda a velocidade, o seu exército para a Itália”.¹⁹² Resolutas directivas emanadas da metrópole africana forçam, portanto, o comandante-em-chefe cartaginês, a iniciar uma ofensiva que, pelos termos da presente situação, implica o sacrifício de todo o interesse púnico na Península.

¹⁹¹ BAGNALL, *op. cit.*, página 56

¹⁹² TITO LIVIO, *op. cit.*, (XXIII.27)

Conhecedor da situação no terreno, Asdrúbal apresenta as maiores objeções ao cumprimento das ordens recebidas. Enviando uma carta para Cartago, informa o Senado de que mal iniciasse um movimento de partida para a Itália, a dissidência imediata dos hispânicos tornariam os romanos "senhores da Hispânia antes que pudesse atravessar o *Iberus*" dado que "não tinha forças, nem comandante, que pudesse deixar em seu lugar".¹⁹³

Apesar de não conseguir alterar a deliberação da autoridade metropolitana que considera a "Itália de superior importância, e com direito a primeira atenção"¹⁹⁴, a exposição do general bárcida consegue, ainda assim, convencê-la de que medidas adicionais deviam de ser tomadas para evitar que o gambito estratégico planejado envolvesse a queda do potentado cartaginês na Península Ibérica. Em consequência, Cartago assume parte das despesas dos seus arrojados planos e envia, sob as ordens de Himílcon, um exército cartaginês completo que devia substituir o de Asdrúbal "de forma a manter uma superioridade na Hispânia, tanto por terra como por mar, e defendê-la de todos os ataques".¹⁹⁵

3.6 - O ano de 215 a.C.

Com a defesa da província cartaginesa desta forma assegurada, Asdrúbal decide-se, por fim, a iniciar a sua marcha para norte.¹⁹⁶ Apesar da erosão dos efectivos da sua força de avanço não ser de todo recomendável logo nesta etapa inicial da sua marcha, o comando cartaginês parece considerar que, para tomar a rota da Gália, não existe alternativa viável ao forçar do seu caminho pela Catalunha, onde se encontram posicionadas as principais forças romanas¹⁹⁷.

Por sua parte, quando os irmãos Cipião tomam conhecimento "dos decretos dos Cartagineses e do movimento de Asdrúbal"¹⁹⁸, "renunciam a qualquer outro assunto para se determinarem, com as suas forças unidas, a obstruir o seu empreendimento."¹⁹⁹ Operando a sua junção nas margens do Ebro, Gneu e Públio cruzam o rio e investem

¹⁹³ *Ibidem*

¹⁹⁴ TITO LIVIO, *op. cit.*, (XXIII.28)

¹⁹⁵ *Ibidem*

¹⁹⁶ Lívio não nos dá informações precisas sobre a cronologia destes acontecimentos, mas os inícios de 215 a.C. têm sido apontados como o momento provável para o início desta campanha.

¹⁹⁷ Contrariamente ao seu empreendimento de 209-208 a.C. no âmbito do qual Asdrúbal irá arriscar-se a penetrar numa das mais indóceis regiões da Península para atravessar os Pireneus pela sua extremidade ocidental.

¹⁹⁸ TITO LIVIO, *op. cit.*, (XXIII.28)

¹⁹⁹ *Ibidem*

contra uma praça denominada de Ibera²⁰⁰. Informado da acção do inimigo, Asdrúbal opta, em alternativa ao socorro directo dos seus aliados hispânicos, pelo assediar de “uma cidade²⁰¹ recentemente colocada sob a protecção dos romanos”²⁰². A astúcia que a historiografia antiga invariavelmente imputa ao carácter púnico colhe, também aqui, os seus dividendos; coagidos pela finta do inimigo, os Cipiões levantam o cerco já montado e dirigindo-se contra Asdrúbal, aceitam o risco de o enfrentar em terreno da escolha deste. Após cinco dias em que os dois adversários se estudam nas habituais escaramuças preambulares, os respectivos comandantes trazem os seus exércitos para o campo e aparelham-nos para a batalha.

3.6.1 - A Batalha de Ibera

3.6.1.1 – O modelo de exército romano

Se pudemos considerar Gneu Cipião como um hábil inovador na concepção de uma estratégia consonante com os peculiares condicionalismos deste primogénito palco ultramarino hispânico, a forma como dispõe o seu exército na batalha de Ibera não exprime uma modificação significativa relativamente ao sistema táctico clássico de *triplex acies* no âmago do qual as legiões são divididas em três linhas de infantaria pesada com a cavalaria romana e aliada guardando, respectivamente, um dos flancos²⁰³. O típico desdobramento em profundidade do exército romano filiava-se na noção de que uma superior disciplina, adestramento e coordenação entre unidades lhe permitia vencer, num confronto directo, a maior parte dos seus adversários. Efectivamente, no decurso de quase um século até à Segunda Guerra Púnica, apenas as falanges de Pirro e

²⁰⁰ “Do rio de que se encontrava próxima” (TITO LIVIO, *op. cit.*, (XXIII.28)).

²⁰¹ Apesar de Lívio não a denominar ela tem sido identificada como *Dertosa*, nome latino da actual cidade de Tortosa, localizada na província de Tarragona na Catalunha. Esta assumpção é, contudo, contestada por Olivier Foix quando refere que “a localização de Hibera, obviamente situada a sul do Ebro (Livius XXIII, 28, 7), constitui outro problema, porque a sua tradicional identificação com Tortosa não pode ser sustentada, dado que nenhuns restos arqueológicos foram ainda encontrados aí na margem direita do rio. Por conseguinte, Hibera pode corresponder a Amposta, onde os vestígios Iberos vieram a luz, enquanto Tortosa pode ser a *Dertosa* do período romano.” (FOIX, *op. cit.*, página 210)

²⁰² TITO LIVIO, *op. cit.*, (XXIII.28)

²⁰³ “Previamente à Segunda Guerra Púnica, o sucesso militar romano era frequentemente alcançado apesar da qualidade do seu generalato. De facto, o sistema táctico do exército romano evoluiu, com toda a probabilidade, em resposta às limitações do estilo de comando dos cônsules. A disciplina e eficiência das legiões eram, geralmente, uma compensação efectiva e a táctica estandardizada de carregar o inimigo no centro da sua linha suficiente para vencer o dia. Mas quando enfrentando um génio militar como Aníbal as muitas previsíveis tácticas romanas voltaram-se contra eles, com resultados devastadores” (HEALY, Mark – *Cannae 216 BC. Hannibal’s Smashes Rome’s Army* – Osprey Publishing Ltd, Oxford, 1994, página 19)

Xantipo²⁰⁴ haviam evidenciado capacidade para gerar equiparável impulso no choque de cabeças.

O reconhecimento do estatuto de obra-prima que constituem as batalhas em que Aníbal derrotou sucessivos exércitos de Roma resulta da constatação de que a legião romana do século III a.C. era já a mais mortífera formação de combate do mundo²⁰⁵. A sua superioridade residia, em primeiro lugar, numa extraordinária capacidade de adaptação às mais variadas situações surgidas no campo de batalha, no que constitui uma clara optimização relativamente a grande parte das permeabilidades da ultra-compacta falange helenística. Com efeito, a ordem cerrada em que se dispunham os homens empunhando piques tornava-os mais vulneráveis a ataques pelo flanco ou à retaguarda, complementarmente à acrescida dificuldade em manter a coesão quando se movimentavam em terreno desnivelado ou rugoso.

Se a falange subsiste como a formação militar do mundo antigo que mais capacidade tinha para assegurar a inviolabilidade da sua posição, a ordem manipular da legião conferia-lhe a flexibilidade e fluidez necessárias para as combinações de ataque que lhe permitiam perseguir e aniquilar um inimigo. Se a falange dos séculos IV-I a.C. representa o zénite do poder estático, da solidez de frontaria, da firmeza colectiva por detrás de uma parede de *sarissas*, a unidade formativa romana encontrava-se configurada para investir sobre qualquer antagonista pedestre com ligeireza e fugacidade. Se na falange a união das fileiras era crucial dado o valor de cada soldado residir quase exclusivamente na contribuição que podia dar para o esforço de grupo, o legionário combinava a participação activa no envolvimento colectivo com a capacidade autonómica para explorar, a golpes de gládio, a menor brecha que surgisse na linha inimiga.

Constituindo uma plataforma mais pesada e estável, a falange compensava a lentidão dos seus movimentos com uma singular capacidade para empurrar os seus adversários numa contenda de força crua. As suas tácticas eram, por conseguinte, distintamente lineares, movimentando-se os homens que a compunham numa cadência coordenada, tentando manter um alinhamento perfeito, procurando contactar e forçar o seu adversário a ceder terreno. Não obstante ter imperialmente dominado os campos de

²⁰⁴ Com o precioso auxílio de uma vanguarda constituída por cem elefantes.

²⁰⁵ “A guerra de Pirro ou de Tarento (282-272 a.C.) já havia colocado em manifesto, em termos globais, a superioridade em táctica e doutrina da legião romana surgida das guerras samnitas sobre a falange helenística de ascendência macedónica.” (GÓMEZ DE CASO ZURIAGA, Jaime - “Amílcar Barca y el ejército romano” in *Actas Arqueologia Militar Romana en Europa*, Segóvia, 2001, páginas 231-236)

batalha helenísticos, as suas limitações evidenciaram-se quando travou o seu duelo de titãs frente à mais lesta e polivalente legião manipular.

Os modos de proceder da legião enunciam, sem dúvida, uma evolução relativamente às da falange. Tal como a sua rival helenística, a doutrina de combate da formação romana passava pelo embate violento contra as principais forças de infantaria inimigas; contudo, ao invés de empenhar todo o seu poder logo no primeiro contacto, a legião estava confeccionada para que os seus elementos constituintes combinassem os seus esforços mediante o uso metódico de reservas facilmente canalizáveis para o ponto crítico da linha de batalha.²⁰⁶ Até às reformas de Cipião, *o Africano*, a legião procurava, acima de tudo, dominar a luta pelo centro, pelas linhas interiores, onde as suas táticas de combate corpo-a-corpo e desbaste sanguíneo eram mais eficientes. Evitando as complexidades inerentes à manobra pelos flancos, a essência da metodologia legionária passava pelo assalto frontal contra o adversário, um investimento cujo poder se renovava em vagas sucessivas, pela repentina entrada em luta de tropas frescas. A capacidade para acometer com um ímpeto prolongado alicerçava-se na extraordinária resistência do legionário, corolário de um regime de adestramento de famigerada severidade.

No sistema de batalha da legião a ênfase era, assim, colocada no derrube e subjugação do oponente pela aplicação de uma pressão brutal advinda de uma pluralidade excepcionalmente punitiva de cargas súbitas e revezadas. A tempestade de agressão que se associa ao método de combate romano baseava-se na convicção de que uma dinâmica de investimentos enérgicos ultrapassava a capacidade de resposta de um adversário em acelerada debilitação. No plano puramente tático, a batalha de choque de infantaria continuava a ser o mais diligente trâmite para obliterar o âmago das forças inimigas, residindo nessa praticabilidade de procedimentos tão conforme à mentalidade romana, a justificação para que tenha permanecido como o bloco angular da sua forma de fazer a guerra por longo tempo.

²⁰⁶ “As táticas romanas tendiam a ser directas, baseadas na estrutura do exército, práticas militares tradicionais e um restrito alcance de manobras e estratégias. (...) A legião combinava flexibilidade e força porque os manípulos podiam operar independentemente e mover-se em redor pelo campo de batalha de acordo com as necessidades, mas também podiam manobrar rapidamente para concentrar a inteira força da legião num único ponto particular. Os estandartes legionários serviam como importantes pontos de reunião. Os comandantes dispunham normalmente as legiões em duas ou (mais frequentemente) três linhas, uma atrás da outra: a terceira linha era empregue geralmente como uma espécie de reserva tática. (...) Terreno e fortificações ofereciam mais protecção, mas os comandantes normalmente dirigia-se para a ofensiva e a infantaria usualmente decidia a batalha.” (CAMPBELL, Brian - *War and Society in Imperial Rome, 31 BC-AD 284*, Routledge, London, 2002, página 51)

3.6.1.2 - O modelo de exército cartaginês

Como quase sempre sucede, o modelo constitutivo do exército cartaginês é a directa correspondência dos aspectos mais característicos da sociedade que o produz. Se a legião se distinguiu por constituir-se a partir da reunião da massa cidadã sob os estandartes, dividida em três linhas de infantaria segundo critérios etários como o exacto prolongamento de um sistema aristocrático de organização sócio-política profundamente atento à diferença e reverente perante o estatuto em matérias de precedência dos seniores, cumprimento curricular do *cursus honorum* e ancestralidade nominal, a mesma reciprocidade estabelecida entre o universo cívico e marcial manifesta-se na fisionomia das forças armadas de Cartago. Como produto típico de um Estado organizado segundo um princípio de poder talossocrático cuja periferia de influência contemplava praticamente todo o mundo banhado pelas águas do Mediterrâneo ocidental, o exército que Asdrúbal conduz para o campo de batalha de Ibera caracterizava-se por constituir uma combinação de homens de armas oriundos de diferentes regiões que visualizavam, na lealdade que deviam ao seu líder, o único vínculo inequivocamente justificativo da sua reunião.

Procedente da essência de uma civilização, a típica hoste púnica constituía-se, como refere H.H. Scullard²⁰⁷, primariamente de três grupos: “povos nativos em território dominado por Cartago em África, Espanha e Sardenha, que eram forçados a oferecer serviço militar; em segundo lugar, mercenários que eram alistados sob contrato para servir numa dada campanha; em terceiro lugar e de menor importância, contingentes de auxiliares fornecidos pelos amigos ou aliados do Estado cartaginês.” Tal situação contribuiu, grandemente, para que as fontes romanas identifiquem os exércitos cartagineses como nada mais do que uma aglomeração de mercenários políglotas e, por via disso mesmo, fundamentalmente incapazes de rivalizar com a força homogénea da colectividade romana.²⁰⁸ Revisões contemporâneas da sapiência antiga

²⁰⁷ SCULLARD, H.H. - “Chapter 11. Carthage and Rome” in *The Cambridge ancient history, Volume 7, Parte 2, The Rise of Rome to 220 BC*. Cambridge University Press, Cambridge, 1989, página 494

²⁰⁸ “Mas no que diz respeito ao serviço militar em terra, os romanos são mais eficientes. Eles, de facto, devotam todas as suas energias a esta matéria, onde os cartagineses negligenciaram inteiramente a sua infantaria, apesar de prestarem alguma atenção ligeira à sua cavalaria. A razão disto é a de que eles empregam estrangeiros e mercenários, enquanto os romanos são nativos do seu solo e cidadãos. (POLIBIO, *op. cit.*, (XXIII.35))

salientam, ao invés, o facto de não ser possível circunscrever a dureza da Segunda Guerra Púnica à luta entre um génio individual²⁰⁹ e um génio colectivo²¹⁰.

Fazendo convergir o melhor que cada povo do Mediterrâneo Ocidental tinha a oferecer ao nível da guerra, as forças armadas de Cartago, caracterizavam-se por incluírem tropas que, oriundas das regiões onde o domínio de Cartago se fazia sentir de forma mais sensível, haviam recebido treino regular, com hordas de bárbaros que secundavam a disciplina da falange com a sua ferocidade natural. Se cada unidade deste corpo era uma entidade autonomamente composta e, por via disso, mais difícil de dirigir: treino discricionário, veteranaria na guerra e confiança num líder excepcional fizeram com que a sua cooperação harmónica ultrapassasse o pico de eficiência das legiões de Roma que, actuando compactamente, revelaram não possuir nichos de excelência específicos.

Se as vitórias romanas nas contendas itálicas com os gauleses nas décadas anteriores são pelas fontes caracterizadas, sem dificuldades supremas, como o derradeiro resultado da desigualdade evolutiva entre o arcaísmo tribal e o civilismo estatal, consubstanciado em duas formas de luta muito distintas que em discricionária recorrência se assenhoreiam das alacridades do triunfo, já quanto à guerra entre Cartago e Roma, vitória ou derrota discorre, sobretudo, da competência do general púnico em conferir a este exército de fisionomia díspare e compósita, mas também altamente eficiente nos singulares particularismos de cada um dos aspectos da guerra, um princípio de complementaridade ao invés de fragmentação.

3.6.1.3 – A tática do duplo envolvimento

Nas suas linhas gerais, o embate de Ibera parece constituir uma tentativa fracassada, por parte do comando púnico, de reproduzir o “modelo de Canas”.

A ortodoxia característica do pensamento marcial romano de que a vitória resultava do domínio da posição central do campo de batalha sofrera, como é sabido, uma refutação enérgica quando a genialidade de Aníbal despedaçara, no Trébia e em Canas, a lógica mais linear da ciência bélica. A “revolução” anibálica pode, no fundamental, ser caracterizada como a confecção de um modelo de desdobramento de exército cimentado no reforço do poder dos flancos em prejuízo do centro. Concebido, especificamente, para evitar que o assalto frontal das legiões decidisse, como quase

²⁰⁹ O de Aníbal.

²¹⁰ Da romanidade.

sempre sucedia, o resultado da batalha, o objectivo do novo sistema era o de criar as condições para que mesmo um exército numericamente inferior pudesse envolver um rival por ambas as alas. Consequentemente, as táticas de Aníbal envolviam uma execução ainda mais delicada do que a ordem de batalha em diagonal e flanquamento em tesoura introduzida por Epaminondas, aperfeiçoada por Alexandre e estereotipadamente reproduzida pelos *Diadochi*.

As novidades introduzidas pelo comandante cartaginês denunciam a sua intenção de estimular a imprevisibilidade e complexidão da batalha de forma a evitar repetir o resultado dúbio e lancinante que obteve Pirro quando enfrentou, com um sistema convencional, as legiões romanas em Heraclea (280 a.C.) e Ásculo (279 a.C.)²¹¹. No jogo de ilusões e logros que constitua o plano concebido por Aníbal, cumpria às tropas “bárbaras” suportar o choque e fixar as legiões na posição adequada por tempo suficiente para que uma combinação de golpes precisos fosse subsequentemente dirigida contra os seus flancos expostos. Pudemos, por conseguinte, distinguir a concepção de Aníbal pela sua extrema audácia e criatividade, determinando-se, o generalíssimo cartaginês, a assumir o risco de o carácter aleatório e caótico congénitos a uma batalha magna poder desnivelar o evoluir dos acontecimentos relativamente ao estrito controlo que deles necessitava de ter no seu complexo plano de cálculo e antecipação.

Compelido a travar uma luta contra um inimigo indubitavelmente mais poderoso, Aníbal procurara converter o seu ímpeto inicial de agressão irresistível numa acção confusa e desconjuntada. A destruição do exército romano em Canas tornou-se possível porque Aníbal soubera, como sob a batuta de um maestro, harmonizar os esforços parcelares de cada uma das heterogéneas unidades que compunham o colectivo púnico. A estratégia do grande bárcida sintetiza-se no utilizar da superior capacidade de manobra pelo exterior do exército cartaginês diante da pouca sofisticada recorrência romana em assaltar o oponente imediatamente à sua frente e vencê-lo pela simples força bruta. O seu talento permitira-lhe impor-se ao seu adversário em todos os aspectos pelos quais se apuram classe e inteligência na arte bélica, confundindo-o pela gestão temporizada dos seus recursos.

Partindo da consciência de que o seu exército jamais poderia gerar suficiente impulso para enfrentar as legiões cabeça contra cabeça, Aníbal concebera um sistema

²¹¹Aníbal possuía, certamente, conhecimento detalhado sobre as táticas adoptadas pelo famigerado aventureiro epirota.

que lhe permitira manobrar tão completamente o seu rival, como um toureiro o animal de arena. Na sua exibição artística, Aníbal tivera cada momento da batalha em prévia avaliação, tentando tomar conta de cada um dos factores que a podiam alterar e todos os movimentos expectáveis que o oponente poderia empreender. A genial prognose do bárcida havia-o servido decisivamente no reconhecimento das fraquezas mais subtis do seu adversário e preliminar estipulação de um plano de incisões cirúrgicas sobre os pontos nevrálgicos do seu dispositivo. A batalha de Canas opusera, efectivamente, a luta entre a mestria da manobra contra a elementaridade da investida frontal, consubstanciando uma das mais expressivas demonstrações de talento de generalato que registam os anais da História.

3.6.1.4 - Diferenças entre Canas e Ibera

Uma das mais importantes razões para o dissonante resultado entre as batalhas de Canas e de Ibera concerne ao valor da liderança púnica. A extrema dificuldade de execução da tática de duplo envolvimento decorria, em primeiro lugar, do facto de esta se encontrar, enquanto um sistema de lógica precisa escalonado por etapas consequentes, permanentemente sujeita à ameaça de que a casualidade reinante na confusão da luta ocasionasse o surgimento de um hiato de progressiva distensão entre um concebimento meramente teórico e a respectiva aplicação táctil. A prossecução de um plano de batalha evolutivo que tinha, obrigatoriamente, de prever, para o seu sucesso, o efeito de todas as pequenas cambiantes adstritas a cada acontecimento singular, exigia um génio que Asdrúbal revelou, distintamente, não possuir.

Em Ibera, o exército cartaginês²¹² é organizado numa linha singular de infantaria, com os hispânicos formando o centro, os “cartagineses” a ala direita e os “africanos e mercenários” a esquerda. A diferenciação, na terminologia empregue por Tito Lívio, entre as tropas “cartaginesas” e “africanas” pode fundamentar-se, como sustenta Adrian Goldsworthy²¹³, na sua origem geográfica, dado que “é perfeitamente possível que este último contingente se formasse a partir das tropas procedentes das colónias púnicas de Espanha mais do que da própria Cartago”. Não obstante, podemos presumir que elas partilhavam entre si o mesmo tipo de formação básica e modelo de luta, constituindo os segmentos dispostos em falange que amparavam o ardor das hostes

²¹² A respeito da quantidade de tropas envolvidas nesta batalha, Lívio não nos apresenta cifras concretas avançado apenas que “nenhum partido tinha sobre o outro uma grande vantagem, fosse em números, ou em qualificações dos seus homens” (TITO LIVIO, *op. cit.*, (XXIII.28)

²¹³ GOLDSWORTHY, Adrian - *Las Guerras Púnicas*, 2ª ed., Ariel, Barcelona, 2002, página 294

tribais. Por sua vez, a cavalaria foi dividida em dois agrupamentos, com os ágeis númeradas a serem colocados em frente da ala direita, e as restantes tropas montadas²¹⁴ da esquerda.

3.6.1.4.1 – A luta no centro

Uma das grandes dissemelhanças entre as tácticas púnicas em Canas e em Ibera reside na formação adoptada pelo contingente hispânico²¹⁵ posicionado no ponto medular da linha de batalha: se, no primeiro dos casos, o centro cartaginês assume a forma de uma frente convexa com as suas diferentes unidades colocadas em *echelon*, no relato que Lívio consagra ao segundo dos recontros, nada sugere um arranjo mais complexo do que o simples rectilíneo. Em consequência, a disposição do exército cartaginês em Ibera sugere, neste ponto, uma maior proximidade ao modelo adoptado por Aníbal no Trébia, em que o alinhamento das tropas célticas no centro era igualmente contínuo com o dos flancos. A linha convexa cumprira, em Canas, três objectivos claramente discerníveis: 1 - garantir que os contingentes africanos permaneceriam em reserva até ao momento decisivo, pelo oferecer de um alvo sobressaliente; 2 – estimular a confusão da luta por via da escolha de uma frente irregular; 3 – ocultar do inimigo a verdadeira intenção de o absorver e envolver numa linha côncava.

Não obstante estes méritos particulares que se adscvem ao refinamento das tácticas de Aníbal relativamente às empregues pelo seu irmão, podemos presumir, a partir do relato de Lívio, que dois outros factores terão contribuído, porventura de forma ainda mais decisiva, para a disparidade que distingue a solidez do eixo central do exército púnico nestas duas batalhas: a qualidade e a moral das tropas.

Quando Asdrúbal recebera ordens do Senado cartaginês para iniciar o seu movimento em direcção à Itália, o general púnico impusera, ciente da extrema dureza da campanha que se lhe ordenara empreender, contribuições adicionais aos vassallos hispânicos.²¹⁶ Apesar de Tito Lívio não o dizer expressamente, é-nos permitido, por via do seu subsequente relato, considerar a hipótese de, em adição à drenagem dos recursos

²¹⁴ Que incluía, presumivelmente, em reprodução do sistema de Canas, os contingentes mais pesados.

²¹⁵ Às quais se adicionam, em Canas, um extenso número de tropas célticas.

²¹⁶ “Antes de Asdrúbal abandonar a sua posição, colocou todos os estados em sujeição relativamente a ele sob contribuição. Sabia bem que Aníbal tinha comprado uma passagem através de algumas nações; que ele não tinha outros auxiliares gálicos para além dos que fossem contratados; e se tivesse empreendido uma tão árdua marcha sem dinheiro, apenas teria ido tão longe quanto os Alpes. Por esta razão, tendo extraído contribuições com grande pressa, ele marchou ao longo do *Iberus*” (TITO LIVIO, *op. cit.*, (XXIII.28)

económicos dos seus aliados, se ter procedido ao recrutamento compulsivo de auxiliares indígenas. Este elemento é particularmente relevante na avaliação da capacidade do colectivo púnico presente na batalha de Ibera dado que, como refere Adrian Goldsworthy, se, por um lado, os “cartagineses podiam recrutar com grande rapidez um bom número de mercenários e de contingentes aliados (...) tinha que se passar um certo tempo e bastante dedicação para converter tais forças em exércitos eficazes.”²¹⁷

Se o acumular de experiência no comando permitia, a um general, alargar a sua base de conhecimento e testar soluções para os problemas com que se confrontava, o valor do soldado dependia, sobretudo, da qualidade da instrução que recebera e da forma como se acostumara ao terror da batalha. A partilha das durezas e misérias da guerra era igualmente uma condição de grande importância para que os soldados de diferentes origens se convertessem em camaradas de armas ligados entre si por um espírito de irmandade capaz de se sobrelevar aos elementos de desunião. Se, por um lado, a organização dos exércitos púnicos segundo um critério de base étnica permite constatar que a diferenciação na forma de luta entre as suas unidades não era perspectivado como um problema em si, submeter os corpos auxiliares a um treino regular que fosse capaz de lhes conferir alguma disciplina e coerência táctica, era fundamental para que tropas de distintas aptidões pudessem desenvolver um esforço conjunto em operações de maior escala.

Complementarmente à eventual falta de entrosamento entre as diferentes unidades que compunham o exército liderado por Asdrúbal em Ibera, Tito Lívio salienta o contrastante entusiasmo dos dois exércitos: “Os sentimentos dos soldados eram muito diferentes. Os seus generais induziram, sem dificuldade, os romanos a acreditar que, apesar de lutarem numa terra distantes do seu país, era a Itália e a cidade de Roma que estavam a defender. Desta forma, tinham trazido as suas mentes até uma estabelecida resolução de conquistar ou morrer; como se o regresso ao seu país estivesse dependente do resultado dessa batalha. O outro exército consistia de homens menos determinados; porque eram principalmente hispânicos, que antes preferiam ser vencidos na Hispânia, do que saírem vitoriosos para depois serem arrastados para a Itália”²¹⁸. Esta carência em moral determinou que o centro púnico oferecesse apenas um simulacro de oposição quando confrontado com o espectáculo aterrador que constituía a infantaria romana avançando para o assalto em fileiras cerradas, com os manípulos em geométrica

²¹⁷ GOLDSWORTHY, Adrian - *Las Guerras Púnicas*, 2ª ed., Ariel, Barcelona, 2002, página 38

²¹⁸ TITO LIVIO, *op. cit.*, (XXIII.29)

equidistância entre si, num perfeito alinhamento e a passo cadenciado. O ascendente psicológico dos romanos consubstancia-se, decisivamente, quando o aproximar das frentes opositoras permite, às tropas legionárias, fazerem uso da sua arma emblemática – o *pilum* – para devastar as linhas do inimigo antes ainda de se embrenharem no combate corporal. Como relata Tito Lívio, “ao primeiro ataque violento, assim, mal tendo os seus dardos sido lançados, o centro deles²¹⁹ cedeu terreno, e com os romanos pressionando com grande impetuosidade, voltaram as suas costas.”²²⁰

A superior qualidade militar das tropas formadas em falange reconhece-se na forma vigorosa com que carregam, num ataque em pinça, sobre as alas do dispositivo legionário, visando o seu envolvimento. O prematuro colapso do centro hispânico havia, contudo, praticamente decidido o resultado da luta de infantaria. Efectivamente, “quando a totalidade das tropas romanas se reuniram no centro, elas possuíam força suficiente para compelir as alas do inimigo a retirar em diferentes direcções; e assim travaram-se duas batalhas separadas, tendo em ambas os romanos sido decididamente superiores, dado possuírem, após a derrota do centro inimigo, a vantagem tanto em número como na força das suas tropas. Um grande número de homens foram mortos aí, e não tivessem os hispânicos fugido precipitadamente do campo mal a batalha havia começado, muitos poucos de todo esse exército teriam sobrevivido.”²²¹

O recontro de Ibera resulta, por conseguinte, numa das mais pristinas exibições de eficiência da doutrina táctica legionária onde se atribui um valor imperativo ao assegurar da vitória ao centro, antes da sua propagação às alas.

3.6.1.4.2 - O papel da cavalaria

Outra das diferenciações decisivas entre a batalha de Ibera e as travadas por Aníbal na Itália consiste no papel assumido pela cavalaria. No Trébia, a ruptura do centro cartaginês constituído pelo contingente céltico havia sido contrabalançada pelo sucesso que as tropas montadas alcançaram em ambos os flancos; em Canas, a cavalaria púnica, por via de uma notável capacidade de acometimento e manobra, assegurara não somente a derrota da sua contraparte romana e italiota, como também o completo envolvimento do compacto dispositivo de infantaria inimiga. Nesta última contenda, o triunfo tornara-se possível em todos as fracções da linha de batalha porque a capacidade

²¹⁹ Dos cartagineses.

²²⁰ TITO LIVIO, *op. cit.*, (XXIII.29)

²²¹ *Ibidem*

das tropas gálicas e hispânicas em fixar e absorver a força legionária providenciara, aos contingentes das alas, a oportunidade para circundarem e por fim convergirem sobre uma massa desconjuntada de homens que, nesse momento crítico, pouco mais valeria do que pelo seu número.

Por contraste, em Ibera, a superioridade dos cavaleiros ao serviço de Cartago reduz-se a uma expressão quase nula: como refere Lívio, quando “os mauros e númidas observaram o centro a ceder, fugiram imediatamente com a maior precipitação, deixando as alas descobertas, e impelindo também os elefantes diante deles.”²²² Incapaz de assegurar a vantagem no elemento que lhe era, em teoria, mais propenso, “Asdrúbal, após ter esperado pelo resultado da batalha até ao último momento, fugiu do meio da carnificina com alguns seguidores.”²²³

3.6.1.4.3 - Sinopse

Encimando em importância todos os factores decisivos para a distinta evolução e desfecho entre as batalhas travadas por Aníbal na Itália e a do seu irmão na Hispânia, encontra-se o facto de, em Ibera, a iniciativa pertencer, desde o princípio da contenda, aos romanos, que podem, resolutamente, impor os termos do seu próprio plano, enquanto Canas se havia convertido numa vitória completa para os cartagineses devido à habilidade do seu general em controlar o passo da luta e guiar o seu oponente exactamente no sentido que desejava, desgastando-o, metodicamente, com perícia e fineza, nos seus pontos de força superna, enquanto retirava o máximo partido das suas próprias vantagens.²²⁴ Noção intuitiva da disposição das unidades mesmo no caos de um grande recontro, notável capacidade de conceptualização de múltiplos eventos no tempo e no espaço, imaginação e criatividade na modelagem de táticas desprovidas de qualquer reverência para com ortodoxias instituídas, astúcia tipicamente púnica nos estratagemas de fumo e de espelhos que emprega para engodar um inimigo laborioso e contumaz mas carecido de rasgo e invenção, espírito carismático e aplicado na busca pela vitória, são as qualidades que fazem de Aníbal um verdadeiro mestre do campo de batalha.

²²² *Ibidem*

²²³ *Ibidem*

²²⁴ “O valor romano, obstinada determinação e números não podiam compensar a fenda que se estendia entre os seus comandantes e Aníbal. Nenhuma melhor ilustração do profundo sentido de frustração e humilhação que ele infligiu sobre este orgulhoso povo pode ser oferecida na forma como este último explica a sua perícia prodigiosa como sendo nada mais do que “traição Púnica.” (HEALY, *op. cit.*, página 18)

3.6.1.4.4 – Consequências da batalha de Ibera

Com a vitória alcançada em Ibera, os romanos quebram o selo de acesso às regiões meridionais da Península, hipocentro da riqueza urbana e mineira do Estado bárcida.²²⁵ Esta nova conjuntura constitui um elemento determinante na evolução de todo o conflito, dado assinalar o momento em que o sínédrio cartaginês consagra a prioridade dos seus esforços aos assuntos afectos à Ibéria, “subtraindo a Aníbal os reforços que a estratégia da Itália tornava imprescindíveis”.²²⁶ Como refere Brian Caven, “os Cipiões tinham ganho a primeira vitória importante da guerra no campo, uma vitória tão esmagadora quanto a do Lago Trasimeno. E uma cujo efeito de longo termo sobre o curso e resultado da guerra era o mais significativo.”²²⁷

3.6.2 - A Campanha de 215 a.C., no seguimento da batalha de Ibera

3.6.2.1 – A autenticidade das fontes

Um dos condicionalismos prévios para uma justa caracterização do subsequente evoluir da guerra Hispânia consiste no forte cepticismo manifestado por um variado número de historiadores contemporâneos relativamente à autenticidade dos episódios narrados por Tito Lívio durante o longo período que se estende entre a batalha de Ibera e a campanha do Alto *Baetis* (215-211 a.C.).²²⁸ Em abono do autor latino podemos, contudo, argumentar, que não parece crível que os contentores tenham permanecido em completa inactividade nas suas posições respectivas durante quatro anos consecutivos. Se a abundância de batalhas e a grandeza das perdas sofridas pelo partido cartaginês suscitam dúvidas legítimas, elas, só por si, dificilmente autorizam a rasura de capítulos inteiros de uma fonte primária. De facto, tal como refere Raymond Bloch, “a posição metodológica do investigador moderno é agora clara. Os factos admitidos pela tradição antiga devem ser cuidadosa e até impiedosamente examinados, mas as narrativas dos

²²⁵ O êxito residia, sobretudo, no facto de se ter conseguido impedir a Asdrúbal a marcha para a Itália, o que condenava Aníbal a manter-se em território inimigo sem tropas de reforço, mas também porque, definitivamente, se havia transposto a linha do Ebro e os exércitos romanos podiam ampliar a sua actividade a novos cenários no coração do império púnico na Península, tratando com a sua presença de suscitar a sublevação das cidades do Guadalquivir.” (BLÁZQUEZ, *op. cit.*, página 40)

²²⁶ ROLDÁN HERVÁS, José Manuel – *Historia de Roma I. La República Romana*. Ediciones Cátedra, Madrid, 1987, página 245

²²⁷ CAVEN, *op. cit.*, página 180

²²⁸ José Maria Blázquez reconhece uma maior credibilidade à narrativa liviana quando refere que “reduzindo o relato patriótico ao seu justo alcance, temos de ver esta campanha como um arriscado plano romano de levantar populações do alto Guadalquivir contra o domínio púnico, mas sem uma acção estável e, desde logo, sem as pinceladas épicas com que as adorna o autor romano” (BLÁZQUEZ, *op. cit.*, página 41)

analistas não devem ser consideradas inexactas *a priori*, salvo em casos comprovados de fraude ou deturpação.”²²⁹

3.6.2.2 – A intervenção metropolitana. A liderança multipolar

Não obstante todas as desinteligências que os autores antigos atribuem ao relacionamento entre os vários pólos de comando cartaginês, o Senado púnico decide-se – sobretudo com o objectivo de assegurar a sua própria defesa ocupando posições avançadas - a dar prosseguimento ao plano congeminado por Aníbal²³⁰ de criação de um anel periférico de territórios sob domínio efectivo cartaginês ou pertença de povos consigo aliados, por via do qual se procuraria garantir, como refere Nigel Bagnall, o “envolvimento estratégico da Itália”²³¹. Após os preliminares anos de guerra em que os eventos relevantes discricionariamente se conglobam na “*blitzkrieg* de Aníbal”²³² e na partida indefinida que se prolonga na Península Ibérica, Cartago, que, até ao momento, se havia mantido numa atitude de relativo resguardo, passa a assumir um papel fundamental no desenvolvimento das operações pela decisão que toma de nelas investir fortes recursos.²³³ Como nos diz Pedro Barceló, “a partir do ano de 215 a.C., os campos de batalha proliferam por todo o lugar e estendem-se por meio mundo mediterrânico. No seu extremo mais ocidental, são os Cipiões quem pugnam com Asdrúbal Barca, disputando-lhe a posse das zonas mineiras, fonte de financiamento da guerra.”²³⁴

Anexando-se o evoluir da campanha hispânica à escalada que ocorre no magno conflito, o auxílio prestado por Cartago à colónia permite-lhe impor sobre a regência bárcida um novo modelo de comando e de distribuição das forças. O seu traço mais distintivo é o de “despromover” Asdrúbal da condição de caudilho militar exercendo autonomamente a sua soberania sobre a Hispânia, em proveito da de general de maior autoridade num contexto de liderança multipolar mais estreitamente supervisionada pela metrópole africana. Como resultado, três exércitos são, pelo presente, dispostos no

²²⁹ BLOCH, Raymond – *op. cit.*, página 19

²³⁰ Constrangido a travar uma guerra de posição contra um comando romano que, após as derrotas sangüinárias, se recolhe na doutrina fabiana.

²³¹ BAGNALL, *op. cit.*, página 56

²³² LE BOHEC, Yann – *Histoire Militaire des Guerres Puniques*, Éditions du Rocher, Mónaco, 1996, página 158

²³³ “Aníbal quer desgastar o seu inimigo em todos os terrenos para impedir que este possa tomar a iniciativa da guerra. O centro desta estratégia insere-se na busca de novos aliados fora da Itália para estreitar o cerco de Roma e obrigá-la a bater-se em mais frentes.” (BARCELÓ, *op. cit.*, página 78)

²³⁴ BARCELÓ, *op. cit.*, página 79

terreno: o de Asdrúbal, o recrutado por Magão²³⁵ e um terceiro que parece operar sob as ordens de Amílcar, filho de Bomilcar, durante a campanha de 215 a.C., e de Asdrúbal, filho de Giscão, no decurso dos anos subsequentes.²³⁶ Apesar de não se evidenciarem, no relato legado por Lívio, dificuldades ingentes para que, nesta fase do conflito, o comando tricéfalo se disponha a salvaguardar uma razoável capacidade de entendimento e coordenação de esforços entre si, - com Asdrúbal a exercer, provavelmente, o primado arbítrio sobre as questões de estratégia conjunta²³⁷ - a seguinte passagem de Políbio²³⁸ subsiste como um fundamento sólido para se presumir a existência de uma progressiva clivagem de intuítos, ídoles e preceitos de hierarquia²³⁹.

²³⁵ Na sequência da vitória de Canas, o mais novo dos irmãos bárcida havia sido enviado, pelo Senado de Cartago, “para a Hispânia, para contratar vinte mil infantes e quarto mil cavaleiros, que deviam completar os números de tanto os exércitos na Hispânia como na Itália. Contudo, este assunto, como é frequentemente o caso em tempo de prosperidade, não foi executado nem com espírito ou prontidão” (TITO LIVIO, *op. cit.*, (23.13)), razão para a tardia entrada em cena desta força.

²³⁶ “A actividade romana no alto vale do Guadalquivir, onde se conseguiu a atracção de algumas cidades como *Iliturgi* (perto de Mengibar, Jaén), e com isso, o perigo que para a causa púnica representava a perda das principais fontes de recursos – em especial a prata da zona mineira perto de Cástulo -, conjuntamente com os recentes descalabros na costa do Ebro, obrigaram o governo púnico a empregar na Península os reforços preparados para o seu envio para a Itália, em socorro de Aníbal. É claro que o eixo da contenda, após os primeiros êxitos fulminantes de Aníbal na Itália e a posterior estabilização da luta, se encontrava na Península, onde, caso Cartago superasse a situação, se abriria outra vez o caminho da Itália para uma segunda invasão, mas onde também, em contrapartida, um novo fracasso expunha a própria invasão de África.” (BLÁZQUEZ, *op. cit.*, página 40)

²³⁷ “Asdrúbal tinha-se tornado o general em comando dos territórios Hispânicos quando Aníbal atravessou os Pirenéus. Manteve-se no comando por dez anos, até partir para a Itália no final de 208, a mais longa regência da Hispânia para qualquer um dos bárcidas. Os outros generais operando com ele – Hanão em 218, e mais tarde o seu irmão Mago e Asdrúbal filho de Giscão – devem ter sido seus subordinados mesmo quando na prática actuassem por vezes separadamente.

Políbio oferece uma brilhante valorização do irmão bárcida do meio. Bravo, engenhoso, prudente e, ao longo da sua vida, merecedor do seu pai. Mas em várias situações ele emerge menos idealmente. Alguns anos mais tarde ele chegara ao ponto em que não conseguia sequer chegar a termos com o seu irmão mais novo Magão (e na sua batalha final foi completamente incapaz de controlar o seu contingente de gauleses). E já em 218 a ligação estratégica com Hanão, o oficial em comando a norte do Ebro, era insatisfatória” (HOYOS, *op. cit.*, página 137)

²³⁸ Descrevendo a situação vivida na Península em 210 a.C., diz o autor helénico que “Os comandantes cartagineses tinham dominado o inimigo mas eram incapazes de se dominarem a si mesmos, e enquanto pensando que tinham posto um termo à guerra contra os romanos começaram a contender uns com os outros, com constante fricção a ser causada por essa cobiça e amor de domínio que eram inatos nos fenícios. Asdrúbal, filho de Giscão, era um deles, e o seu abuso de autoridade era brandido tão longe que ele tentou extrair uma larga soma de dinheiro de Andobales, o mais fiel amigo que os cartagineses tinham na Hispânia, que havia sido anteriormente privado do seu principado devido à ligação para com eles e tinha sido recentemente restaurado por essa mesma razão. Quando ele agora se recusou a pagar, confiando na sua lealdade no passado para com Cartago, Asdrúbal trouxe uma falsa acusação contra ele e forçou-o a entregar as suas filhas como reféns.” (POLÍBIO, *op. cit.*, (IX.11))

²³⁹ Brian Caven explora, com grande detalhe, as razões que podem estar na origem da presumível animosidade entre os três generais cartagineses que exercem o comando na Hispânia entre 215 a.C. e 209 a.C.: “Parece que Asdrúbal II era o filho do Giscão que encontrou a sua morte às mãos de amotinados, e devido, como os inimigos de Amílcar diriam, ao egoísmo de Amílcar, teria razões familiares para odiar os Bárcidas. Se isso assim for, é possível que ele tenha sido enviado para a Hispânia pelo governo metropolitano, que continuou a confiar nele até ao fim, para o expresso propósito de impedir o restabelecimento de um “palatinado” Bárcida na Hispânia e assegurar que era dada prioridade aos interesses de Cartago. (...) Não é assim tão difícil, por conseguinte, perspectivar como uma amarga

O parcelamento do comando e dos efectivos disponíveis defronte a um inimigo coeso constituía uma estratégia de risco assumido que se encontra justificada pelas limitações logísticas na capacidade de concentração de tropas no teatro de guerra hispânico, a par da necessidade de garantir a defesa do maior espaço possível.

Como refere Adrian Goldsworthy, “o controlo de uma área muito mais extensa da Península exigia uma dispersão das suas forças para proteger os aliados dos ataques e para suprimir as rebeliões de determinadas tribos alentadas pelos subornos dos romanos ou animadas pelos seus êxitos.”²⁴⁰ Estreita coordenação de movimentos e prontidão na confluência dos vários corpos de exército quando acercados os momentos de embate táctico eram, não obstante, proficiências da maior importância para impedir que os Cipiões tivessem a oportunidade de dar táctil aplicação à máxima da conquista romana de *divide et impera*.

3.6.2.3 - As batalhas de *Iliturgi* e *Intibili*

O forte investimento feito por Cartago na Hispânia com a expansão dos meios militares ao dispor dos seus comandantes permite que estes se eximam, após o desastre de Ibera, da necessidade de proceder a um amplo recuo posicional.²⁴¹ Durante algum tempo, os Cipiões são mesmo forçados a ceder a iniciativa ao inimigo, em virtude da dificuldade da mãe-pátria em aprovisionar o destacamento hispânico, no momento em que, não tendo ainda sarado das feridas recebidas nas derrotas sanguinárias, a ameaça de abertura de novas frentes de guerra na Macedónia, Sicília e Sardenha lhe exige a multiplicação e dispersão dos seus recursos. O estabelecimento de novos contratos entre o Estado romano e um grupo de fornecedores patriotas permite que os Cipiões obtenham, por fim, a provisão de que necessitam, justamente a tempo de acudir a

hostilidade se pode ter desenvolvido entre os três generais. (...) Mago podia muito bem ter-se ressentido da senioridade clamada por um irmão mais velho que consistentemente falhou em realizar as tarefas que lhe foram destacadas por Aníbal, ao passo que ele, Mago, tinha desempenhado uma parte nada pequena na conquista da Itália do Sul” (CAVEN, *op. cit.*, páginas 183-184)

Também para John M. Kistler é manifesta a relação de conflito que se estabelece entre os distintos núcleos de poder cartaginês, e a relevância deste condicionalismo no evoluir do conflito com Roma: “Um problema para Aníbal e Asdrúbal era a teimosia dos Sufetas em Cartago. Em vez de enviarem reforços aos Barcas, enviaram novos exércitos com novos líderes tendo, cada um, os seus próprios comandos independentes. Os mercadores de Cartago não confiavam na família Barca. Isto conduziu à duplicação de esforço e falta de cooperação entre as forças cartagineses na Hispânia”. (KISTLER, John M – *War Elephants*, Praeger, Westport (CT), 2006, página 126)

²⁴⁰ GOLDSWORTHY, Adrian - *Las Guerras Púnicas*, 2ª ed., Ariel, Barcelona, 2002, página 296

²⁴¹ O território entre o Ebro e Sagunto constitui o anfiteatro das subseqüentes operações.

cidade de *Iliturgi*²⁴² do assédio a que a sujeitam os três exércitos cartagineses reunidos. Não obstante a sua constrangedora inferioridade numérica²⁴³, os romanos destroçam o inimigo em batalha, forçando-o a retirar. Um segundo recontro de pendor igualmente inequívoco tem lugar em *Intibili*²⁴⁴, concluindo-se por mais um extenso rol de perdas cartaginesas. Mesmo que não possamos confiar por inteiro nas cifras de Lívio, o carácter avassalador das derrotas sofridas pelo partido púnico é suficiente para colocar um claro entrave à sua capacidade ofensiva com o consequente encerrar das operações até ao ano seguinte.

3.6.3 - A Campanha de 214 a.C.

A notável capacidade de regeneração das suas armas permite, aos cartagineses, ultrapassar, uma vez mais, os reveses sofridos e infligir, na abertura do novo ano de hostilidades, uma derrota total a um poderoso exército hispânico que tivera a presunção de assumir como segura a fraqueza do colosso púnico. Com a extrema volatilidade da vantagem a confirmar-se como um elemento omnipresente na campanha peninsular, relata Lívio que, no seguimento deste recontro, “toda a Hispânia mais distante ter-se-ia revoltado contra os romanos, não tivesse Públio Cornélio, com uma rápida marcha, chegado a tempo de confirmar as oscilantes resoluções dos seus aliados.”²⁴⁵

Compreendendo que apenas pela adopção de uma estratégia agressiva podia preservar o estatuto adquirido junto dos hispânicos, o comando romano decide-se, finalmente, a conduzir com resolução as legiões para sul²⁴⁶ tendo em vista a destruição

²⁴² “Comentando Livius XXIII, 49, 12-13, A. Schulten relaciona *Iliturgi* com *Ildum*, que os itinerários localizam a 24 milhas de distância de *Intibili*, e ele assume que é necessário procurar por *Iliturgi* na vizinhança do Ebro. Acreditamos que estes lugares não estão relacionados uns com os outros topograficamente e que *Iliturgi*, mencionada pelo *Itinerarium Antonianum*, é uma cidade Andaluza, situada entre Cástulo e Andújar (cf. Plínio, *N.H.III,10*)” (FOIX, A. Olivier – “Evidence o the Second Punic War in Iberian Settlements South of the Ebro”, in *Studia Phoenicia x Punic Wars* (ed. H. Devijver & E. Lipinski), Leuven, 1989, página 209)

Paralelamente, Brian Caven identifica, no mapa da página 181 da sua obra *The Punic Wars* (CAVEN, Brian – *The Punic Wars*. Weindenfeld and Nicolson, London, 1980) duas *Iliturgi*: uma situada, conjuntamente com *Intibili*, na costa do Mediterrâneo a norte de Sagunto, e outra localizada na Andaluzia, que tem sido identificada com a actual Menjíbar, pertencente à província de Jaén.

²⁴³ 60,000 púnicos contra 16,000 romanos, são os números dados por Tito Lívio.

²⁴⁴ “A primeira acção que visava, sem dúvida, reconquistar *Iliturgi*, fracassou, tal como, ao que parece, uma tentativa de sitiar *Intibilis*, na costa oriental, entre Tortosa e Sagunto.” (BLÁZQUEZ, *op. cit.*, páginas 40-41)

²⁴⁵ TITO LIVIO, *op. cit.*, (XXIV.61)

²⁴⁶ Lazenby manifesta um forte ceticismo quanto à validade histórica desta parte do relato liviano, considerando que os acontecimentos que este refere terem ocorrido em *Iliturgi*, *Bigerra*, *Munda* e *Aurinx* na Andaluzia “são demasiado a sul para que o Cipião mais velho vencesse batalhas aqui em 214. (...) É difícil de acreditar que forças romanas estivessem a operar tão a sul quanto isto em 214 a.C.” (LAZENBY, *op. cit.*, página 129)

do complexo defensivo montado pelos cartagineses, como defesa epidérmica do seu domínio colonial. Intercalando amplos movimentos de penetração no âmago da Hispânia meridional com violentas batalhas de aniquilamento, a subsequente campanha é caracterizada pela tomada de sucessivas posições do inimigo púnico que, a cada nova derrota, procede ao recuo estratégico para um novo bastião.

Os anos de campanha na Península haviam consciencializado os romanos de que a vigência de qualquer acordo diplomático estabelecido com o autóctone só podia ser assegurada pela presença intimidadora das legiões nas imediações dos seus lares.²⁴⁷ Para proceder à demolição do Estado bárcida, os Cipiões prosseguem no seu método de conquistas sustentadas, razão pela qual optam por investir, em primeiro lugar, sobre os territórios dos povos hispânicos aliados ou cativos de Cartago.

Como refere Roldán Hervás²⁴⁸, “o objectivo romano não era, em princípio, a zona costeira, onde os púnicos contavam com uma força superior; aplicaram-se, antes de mais, a desenvolver um trabalho diplomático que fosse arrancando bases importantes ao inimigo. A meta concreta era o alto Guadalquivir, a zona mineira da Sierra Morena, onde a exploração púnica havia, logicamente, produzido mal-estar. Algumas cidades, como *Iliturgi* (Menjíbar, Jaén), desertaram, passando-se para os romanos.” Conforme nos diz Angel Cabo “a região meridional da Península Ibérica, ao sul da Serra Morena, centrada no vale do Guadalquivir e na costa meridional, era a mais densamente povoada da Península”²⁴⁹. O império da riqueza que os púnicos haviam edificado na Hispânia tinha o seu filão mais valioso²⁵⁰ nas minas da Oretânia e Bastetânia²⁵¹ e nos aluviões²⁵²

²⁴⁷ “Nos anos seguintes, os irmãos Cipião tentaram minar os povos indígenas com que contavam os púnicos entre as tribos do alto Guadalquivir em campanhas difíceis de precisar no seu autêntico alcance e, sem dúvida, demasiado arriscadas. Só conhecemos com precisão a conquista de Sagunto, entre 213-212, que foi devolvida aos seus antigos povoadores”. (ROLDÁN HERVÁS, José Manuel – *Historia Antigua de España I. Ibéria Prerromana, Hispânia Republicana y Alto Imperial*. Universidad Nacional de Educación a Distancia, Madrid, 2001, página 221)

²⁴⁸ ROLDÁN HERVÁS, José Manuel – *Historia de Roma I. La República Romana*. Ediciones Cátedra, Madrid, 1987, página 254

²⁴⁹ CABO, Angel ; VIGIL, Marcelo, *op. cit.*, página 246

²⁵⁰ Em adição às minas de prata que, segundo Políbio, se situavam a cerca de vinte estádios de Cartagena.

²⁵¹ “A zona oriental do domínio púnico, ou seja, as zonas montanhosas das actuais províncias de Jaén, Granada, Albacete, Almería e Múrcia, apresenta um sistema económico diferente da baixa Andaluzia. A paisagem é agreste, os vales estreitam-se e as condições climáticas mais desfavoráveis. Apesar disto, a região que abarcava o curso superior do Guadalquivir até à embocadura do Segura possuía, graças às riquezas do subsolo, uma importância vital. Ao lado do distrito mineiro de Rio Tinto (Huelva), as imensas reservas de cobre, mineral de ferro e prata na vizinhança de Cástulo (Jaén), o sector mineiro da Sierra Almegrera, com saída para o mar em Villaricos (Almería), assim como as minas de prata perto de Cartagena, fizeram desta vasta comarca um dos territórios mais cobiçados do Mediterrâneo ocidental” (BARCELÓ, *op. cit.*, páginas 58-59)

“Agora, apesar do antes dito país ter sido dotado de tantas coisas boas, ainda assim pudemos acolher e admirar, não menos de todas, mas mesmo acima de tudo, as suas riquezas naturais em metais. Porque a

da fecunda Turdetânia²⁵³. No seu conjunto, constituíam o reservatório interior que capacitara o comando cartaginês a reconstruir as suas hostes a cada derrota sofrida na fronteira setentrional no decurso desta guerra.

Ao atingirem a alta Andaluzia, área de poderosa influência administrativa cartaginesa, “os romanos fixam, em primeiro lugar, o seu acampamento em *Castrum Album*²⁵⁴, lugar tornado famoso pela morte do grande Amílcar, e acumulam aí abastecimentos em milho”.²⁵⁵ A imersão na província mais povoada da Hispânia confronta, todavia, o invasor com uma acrescida dificuldade em assegurar a economia dos seus recursos humanos. Como refere Lívio, “a região em redor estava, contudo, infestada pelo inimigo, e a sua cavalaria tinha atacado os romanos enquanto em marcha com impunidade; eles perderam tantos quanto 2.000 homens que tinham ficado para trás ou estavam a extraviados da linha de marcha.”²⁵⁶

totalidade do país dos Iberos encontra-se cheio de metais, apesar de nem todo ele ser rico em fruto, ou tão fértil também, e em particular aquela parte dele que se encontra bem abastecida com metais. É raro para um país ser afortunado em ambos os aspectos, mas também é raro para o mesmo país ter dentro de uma pequena área uma abundância de todos os tipos de metais. Mas quanto à Turdetânia e o território adjacente a ela, não existe merecedora palavra de louvor deixada para quem quer louvar a sua excelência nesse respeito. Até ao presente momento, de facto, nem ouro, ou prata, ou mesmo cobre, nem ferro, tem sido encontrado em qualquer sítio do mundo, num estado natural, seja em tal quantidade ou com tal qualidade” (ESTRABÃO, *Geografia*, (III, 2,8))

²⁵² “E o ouro não é apenas minado, é também lavado; isto é, a areia portadora do ouro é e transportada pelos rios e correntes, apesar de ser frequentemente encontrada nos distritos sem água também; mas nestes distritos não pode ser vista, enquanto nos distritos inundados o pó de ouro brilha”. (ESTRABÃO, *op. cit.*, (III, 2,8))

²⁵³ “O *Baetis* tem uma larga população ao longo das suas margens, e é navegável por aproximadamente mil e duzentos estádios desde o mar até Córdova e as regiões um pouco mais acima. Além disso, a terra ao longo do rio, e as pequenas ilhas no rio, são extraordinariamente bem cultivadas. E para além disso, existe o charme da paisagem, porque as quintas estão completamente modernizadas com alamedas e jardins de várias plantas.” (ESTRABÃO, *op. cit.*, (III, 2,3))

“A própria Turdetânia é maravilhosamente abençoada pela natureza; e enquanto produz todas as coisas, e da mesma forma grande quantidade delas, estas bênçãos são dobradas pelas facilidades de exportação; porque os seus produtos excedentários são permutados com facilidade por causa do largo número de vasos mercantes. Isto torna-se possível por causa dos rios, e também pelos estuários, que, como tenho dito, assemelham-se a rios, e, como rios, são navegáveis para o interior a partir do mar, não apenas por pequenos barcos, mas também pelos maiores, para as cidades do interior.” (ESTRABÃO, *op. cit.*, (III, 2,4))

“São exportados da Turdetânia largas quantidades de grão e vinho, e também azeite, não apenas em largas qualidades, mas também da melhor qualidade (...) A Turdetânia também tem grande abundância de todos os tipos de gado, e de caça (...) A abundância de exportações da Turdetânia é indicada pelo tamanho e número de navios; porque navios mercantes do maior tamanho navegam deste país para *Dicaerchia*, e para Óstia, o porto marítimo de Roma; e o seu número quase rivaliza com o dos navios líbios” (ESTRABÃO, *op. cit.*, (III, 2,6))

²⁵⁴ “A *Castrum Album* de Lívio deve ter sido na Serra Morena, perto de Cástulo, a qual nos diz ele ter desertado para os romanos pouco depois (24.41.7)” (LAZENBY, *op. cit.*, página 129)

²⁵⁵ TITO LIVIO, *op. cit.*, (XXIV.41)

²⁵⁶ *Ibidem*

A pressão que sobre eles é exercida pelo denso número de tropas adversárias ajuntadas nos campos circundantes, leva os romanos a “retirarem-se para uma parte menos hostil e entrincheiram-se no Monte da Vitória”²⁵⁷. Ao passo que Gneu Cipião se apressa em reunir as suas forças às do seu irmão nesta localidade, os púnicos agrupam, igualmente, os seus três exércitos na margem contrária do rio, defronte ao acampamento romano.²⁵⁸ A judiciosa leitura do terreno efectuada pelos generais de Cartago força o invasor a renunciar a uma investida directa, cingindo-o à busca por pontos de fraqueza subtis na formatura inimiga. Uma batida de reconhecimento é, por conseguinte, intentada por Públio Cipião; incapaz, no entanto, de iludir a vigilância púnica, o general romano vê-se cercado por forças antagonistas e exposto à eminência da destruição total, até a chegada do seu irmão o resgatar desta situação de perigo extremo.

Uma vez mais, contudo, o imprevisível elemento hispânico interfere no duelo entre cartagineses e romanos: Cástulo²⁵⁹, capital da Oretânia, nó das comunicações na alta Andaluzia e importante centro de tráfego comercial, deserta para o invasor, o que obriga o comando púnico a recuar largas milhas para sudoeste²⁶⁰ de forma a assediar *Illiturgi*²⁶¹, “detida por uma guarnição romana”²⁶². Com as reservas de aprovisionamentos desta cidade prestes a esgotarem-se, Gneu Cipião marcha, com uma legião ligeiramente equipada, em socorro dos seus aliados e força, com sucesso, o seu caminho através do dispositivo de assédio cartaginês. Uma subsequente surtida traduz-se em mais uma vitória arrasadora alcançada sobre os púnicos²⁶³ que são forçados a levantar o cerco e a retirarem-se.

O prosseguir da campanha romana passa, presentemente, pela conquista das praças-fortes que controlam os cursos fluviais mais importantes²⁶⁴ desta parte da

²⁵⁷ “Lívio, como referido antes, nomeia o local onde Amílcar morreu como *Castrum Altum*. A alguma distância dali encontrava-se *Mons Victoriae* ou “Montanha da Vitória”, apesar de este não dever ter sido nomeado a partir da sua derrota.” (HOYOS, *op. cit.*, página 69)

²⁵⁸ O que coloca os romanos na obrigatoriedade de ter de o atravessar a vau caso se decidissem pelo assalto.

²⁵⁹ Sítio arqueológico situado a 7 quilómetros da actual cidade de Linares, província de Jaén, Andaluzia

²⁶⁰ Ver mapa da página 181 de obra *The Punic Wars* de Brian Caven (CAVEN, *op. cit.*, 1980)

²⁶¹ Identificada como a Menjíbar Andaluza, situada na margem do Guadalquivir.

²⁶² (TITO LIVIO, *op. cit.*, (XXIV.41)). Baseando-se nesta referência do autor latino, refere José María Blázquez que “Cástulo, segundo Lívio, passou-se para os romanos, como já o havia feito anteriormente a vizinha *Illiturgi*.” (BLÁZQUEZ, *op. cit.*, página 41)

²⁶³ “Com perdas para os cartagineses tão grandes como inverosímeis. Continuam os assédios, combates e monstruosas matanças, sempre favoráveis às armas romanas na descrição de Lívio” (BLÁZQUEZ, *op. cit.*, página 41)

²⁶⁴ “De qualquer modo, e porque o povo aprendeu o carácter destas regiões e que os estuários podem servir para os mesmos propósitos que os rios, que eles constroem cidades e outros estabelecimentos nas suas margens, assim como nas dos rios” (ESTRABÃO, *op. cit.*, (III, 2,5))

Andaluzia, estatuídos como as mais expeditas vias de acesso e conexão²⁶⁵ entre, como refere Harold Livermore, “as duas zonas (...) do Império Cartaginês na Espanha”²⁶⁶ : Gades e Cartagena. Dando tácil aplicação ao tracejar de uma amplo movimento flanqueador relativamente ao ponto nuclear que constitui a capital bárcida, os romanos avançam ao longo do vale do Guadalquivir, penetrando na Turdetânia tão longe quanto Munda.²⁶⁷ Nova batalha é travada pela posse desta cidade com as tropas legionárias a adquirirem rapidamente a vantagem. Contudo, no momento em que se preparam para tomar de assalto o acampamento inimigo, Gneu Cipião é ferido por um dardo que lhe perfura a coxa. O imediato pânico que se propaga entre as fileiras romanas leva a que seja dado o sinal de retirada, salvando o exército cartaginês do completo aniquilamento.

As perdas que os púnicos sofrem são, ainda assim, suficientemente severas para tornar insustentável a sua permanência nesta região e, mais uma vez, optam por retirar para um novo bastião urbano. Após a investida pelo interior da Andaluzia, o invasor inflecte para mais perto da costa mediterrânica; o envolvimento estratégico de Cartagena com o consequente fraccionamento da província púnica em duas parcelas impossibilitadas de comunicar entre si, perfila-se como um dos objectivos a atingir.

A terrível debilitação da máquina de guerra cartaginesa na sequência desta violenta campanha de recontros sucessivos encontra-se já patente no minorado número de tropas inimigas que os romanos têm de vencer para se assenhorem da praça de *Aurineae*²⁶⁸. A peculiar abundância de recursos regenerativos afectos ao seu modelo de forças armadas concede, ainda assim, aos púnicos, a oportunidade para um derradeiro e desesperado esforço contra o avanço inexorável das legiões. Com os seus quadros veteranos tragados nas derrotas contíguas, o comando bárcida recorre ao recrutamento

²⁶⁵ “O intercâmbio interior, dentro da região meridional da Península, fazia-se principalmente através dos rios, em especial o Guadalquivir. Estas vias fluviais permitiam o intercâmbio com as regiões afastadas da costa. (CABO, Angel ; VIGIL, Marcelo, *op. cit.*, página 248).

“A extensão deste país não é mais do que dois mil estádios, isto é, em comprimento e largura, mas contem um superior número de cidades – tantas, de facto, quanto duzentas, é dito. As melhores conhecidas são as situadas em rios, nos estuários, e no mar; e isto é devido às suas trocas comerciais” (ESTRABÃO, *op. cit.*, (III, 2,1))

²⁶⁶ LIVERMORE, *op. cit.*, página 32

²⁶⁷ Apesar de não se conhecer com rigor a localização de Munda, considera-se como provável a sua proximidade relativamente à cidade de Osuna, município da província de Sevilha.

“De certa forma, Munda tornou-se a cidade capital desta região. Munda está a mil e quatrocentos estádios de distância de Carteia” (ESTRABÃO, *op. cit.*, (III, 2,2))

²⁶⁸ “Assumindo que Aurinx é o mesmo que o lugar chamado Orongis, atacado por Lúcio Cipião em 297” (LAZENBY, *op. cit.*, página 129).

Ver mapa da página 181 da obra *The Punic Wars* de Brian Caven (CAVEN, Brian – *The Punic Wars*. Weindenfeld and Nicolson, London, 1980)

compulsivo de tropas “gaulesas”²⁶⁹ para um dispêndio quase imediato. A expedita aplicação de inventivos planos de contingência não é, contudo, suficiente para evitar que mais uma derrota sanguinária confirme o domínio romano sobre esta região. A questão de honra que consiste o resgate de Sagunto das mãos púnicas²⁷⁰ e a submissão dos Turdetanos²⁷¹ são as derradeiras acções militares empreendidas pelo invasor antes de se concluir o ano de 214 a.C.

3.6.4 – Os anos de Impasse (213 a.C.-212 a.C.)

Nos dois anos subseqüentes à campanha na Andaluzia, o prévio padrão de batalhas campais intercaladas por etapas de marcha vê-se revertido. No decurso de um extenso período de tempo, os contentores haviam permanecido em contacto e actividade quase constante, manobrando ou lutando. Neste momento da campanha o comando legionário não manifesta, contudo, a intenção de se submeter ao perigo acrescido que representa a invasão do recinto contíguo a Cartagena, preocupando-se antes em solidificar o seu domínio sobre a enorme extensão territorial que acabara de subtrair ao inimigo, recorrendo, de forma inédita, ao recrutamento e acolhimento de mercenários celtiberos, como forma de fazer frente, em primeiro lugar, às novas exigências logísticas.

A acção romana resume-se, durante dois anos consecutivos, em promover o isolamento e asfixia estratégica de Cartagena²⁷² mediante o prolongamento espacial da campanha para além do território da Península Ibérica propriamente dita. São estabelecidos contactos diplomáticos com Syphax²⁷³, rei de uma importante confederação tribal sediada na parte ocidental da Numídia²⁷⁴ que tinha, justamente, acabado de abrir hostilidades com o poder púnico no norte de África. Por seu turno, em resposta às iniciativas romanas, o Senado de Cartago firma um pacto de aliança com Gala, inimigo declarado de Syphax, que exerce o seu poder e influência sobre a

²⁶⁹ Terminologia usada por Lívio, apesar de se tratarem, provavelmente, de contingentes celtiberos.

²⁷⁰ Suscita estranheza o facto de Tito Lívio anuir à tomada desta cidade no momento em que se desenvolvem ainda acções na Andaluzia, o que fornece mais um argumento para a contestação da validade histórica de toda esta campanha de 214 a.C. na Hispânia meridional. Lanzey refere que “Lívio quase que apologeticamente relata a recuperação de Sagunto, apesar de dizer (24.42.9) que passava agora o oitavo ano desde que estava em mãos cartagineses, a sua fonte quase que certamente que data a sua recuperação de 212/11, em vez de 214/3”. (LAZENBY, *op. cit.*, página 129)

²⁷¹ Habitantes da Andaluzia oriental, até à linha do Guadiana.

²⁷² Após terem, pelo que Lívio nos dá a entender, assegurado o corte do seu acesso às reservas mineiras da Oretania.

²⁷³ Para junto do qual os romanos enviam instrutores militares com a missão de treinar a débil infantaria nómada à maneira romana, para com isso multiplicar as suas possibilidades no embate com os exércitos de Cartago.

²⁷⁴ A de maior fertilidade.

Numídia oriental. Devido, aparentemente, à sua avançada idade, este último confia o comando das suas forças ao seu filho Masinissa, de apenas dezassete anos. Revelando, com prontidão, os dotes inequívocos de um inspirado líder de cavalaria²⁷⁵, Masinissa conduz uma campanha vitoriosa contra Syphax, para mais tarde intervir no próprio teatro de guerra hispânico onde desempenha um papel preponderante na subsequente derrota das legiões romanas.

Como refere Terense Wise, “os númidas eram os clássicos cavaleiros ligeiros, usando a sua velocidade e agilidade para se lançarem, com grande audácia, em direcção ao inimigo, arremessando os seus dardos, e então retirado antes que o inimigo pudesse ripostar ou fazer contacto. Eram grandes adeptos de usar cobertura, e uma vez após outra iludiam os seus inimigos para emboscadas, ou empregavam estratégias para surpreender os adversários. Eram soberbos em todos estes papéis ou em perseguição, mas eram de pouco uso como tropas de choque. (...) Roma não tinha resposta para os cavalos ligeiros númidas, e um dos maiores feitos de Cipião africano foi persuadir um príncipe númida a mudar de lado.”²⁷⁶

3.6.5 - A Campanha de 211 a.C. A derrota dos irmãos Cipião

O ano de 211 a.C. é marcado pelo resgate, por parte das divisas púnicas, da honra e do prestígio que a expedição vitoriosa dos Cipiões lhes havia extorquido no decurso dos sete longos anos de guerra na Península Ibérica. Numa exuberante ironia do destino dada a importância e consequência dos eventos volvidos, assistimos, com a derrota romana, ao restabelecimento de uma situação na Hispânia que se diria quase que congénere à da abertura das hostilidade.

Por diversas ocasiões ao longo desta guerra, os romanos renunciaram a complementar as importantes vitórias alcançadas na fronteira com uma arremetida directa contra o núcleo do poder bárcida na Península. Os constrangedores obstáculos que se aglomerariam a cada milha prosseguida pelas legiões na aproximação ao seu guarnecido objectivo, sempre haviam aconselhado, o invasor, a estreitar o seu aperto sobre os territórios periféricos que paulatinamente subtrai ao inimigo, em oposição à

²⁷⁵ Em 204 a.C. Masinissa irá trocar de lados juntando-se a Cipião *o Africano*. À cabeça da sua ágil cavalaria, o númida decidirá o resultado da batalha de Zama (202 a.C.) onde Aníbal conhece a grande derrota da sua insigne carreira militar.

²⁷⁶ WISE, Terence ; HOOK, Richard - *Armies of the Carthaginian Wars 265-146 a.C.*, Osprey Publishing Ltd, Oxford, 1993, página 14

tomada do atalho aventureiro que representa o tentar por termo à contenda com um golpe fulminante.

Todavia, neste ano de 211 a.C., considera, o comando legionário, estarem reunidas as condições para assumir o risco que representa o investimento contra Cartagena. Como resultado da incessante preocupação dos Cipiões em fortalecerem os seus laços de entendimento com o indígena, trinta mil celtiberos haviam sido integrados, durante a estação invernososa, para servirem como tropas auxiliares da hoste legionária. A profusão numérica do contingente autóctone não encobre, contudo, as prementes fragilidades que se identificam no guerreiro hispânico, sobretudo quando este se bate por uma causa alheia, susceptível de se converter em lesiva do seu interesse. Não obstante, a dificuldade acrescida que implica a tomada das bases interiores do potestado bárcida exige, ao invasor, que este debele o elemento que lhe adjudicara a sua maior fraqueza ao longo da guerra: a escassez de efectivos. Perante a indisponibilidade da metrópole em reforçar o destacamento peninsular, o único recurso que sobra, aos seus comandantes, é o de prosseguir na quebra dos ancestrais formalismos exclusivistas na constituição das legiões para usufruir da relativa facilidade de recrutamento²⁷⁷ do auxiliar hispânico.

A primeira particularidade da derradeira campanha dos irmãos Cipião na Península Ibérica consiste no enorme embaraço que conhece, o historiador contemporâneo, para proceder à sua rigorosa explanação. Especialistas têm-se empenhando em unir os elementos dispersos ao seu dispor para reconstruir este momento fulcral da história da Segunda Guerra Púnica, conciliando e oferecendo adicional inteligibilidade às crónicas. Não obstante, as várias tentativas feitas para se clarificarem os acontecimentos de 211 a.C. têm sobretudo evidenciado, nas suas profundas discrepâncias, o grau de incerteza sobre este tema.

Na abertura do corrente ano de guerra, os cartagineses favorecem de novo um sistema de comando descentralizado que os capacita a exercer a vigília sobre um mais amplo território. Conta-nos Tito Lívio que “existiam três exércitos do inimigo: um, sob Asdrúbal, filho de Giscão, e outro sob Mago, estavam acampados juntos a uma distância de cerca de cinco dias de marcha. O terceiro encontrava-se mais perto, e era comandado por Asdrúbal, filho de Amílcar, o general de maior senioridade na Hispânia,

²⁷⁷ Ou contratação.

que estava posicionado perto de uma cidade chamada de *Anitorgis*²⁷⁸.” Consequentemente, os romanos decidem acometer, em primeiro lugar, contra o corpo destacado dos seus adversários. Contudo, quando o exército romano estabelece contacto com a tropa de Asdrúbal Barca e monta acampamento na margem oposta do rio²⁷⁹ que o separa da cidade de *Anitorgis*, o comando legionário dá prossecução a um novo plano de campanha consideravelmente discrepante com os que haviam constituído a sua escolha até ao momento.

Como refere Adrian Goldsworthy, os romanos, ao terem “incorporado no seu exército uns vinte mil celtiberos ou mercenários, sentiram-se suficientemente fortes para fazer frente a ambos os inimigos de maneira simultânea”. Diz-nos, por sua vez, Brian Caven que “o curso mais sábio a seguir pelos Cipiões parecia ter sido atirar primeiro toda a sua força contra o inimigo mais próximo, Asdrúbal Barca, e depois de o destruir marchar contra os seus colegas. Possivelmente, contudo, porque não gostaram da ideia de deixar a estrada do Ebro e da Itália através da Hispânia central aberta, com dois exércitos púnicos incólumes, decidiram dividir as suas forças”²⁸⁰.

O parcelamento dos recursos na presença do inimigo envolve, na teoria estratégica, a colecta de um determinado número de benefícios em compensação pelo assumir de grandes riscos. Se, por um lado, esta opção operacional faculta uma maior mobilidade²⁸¹ a um agressor que pretende convergir sobre um objectivo a partir de diferentes direcções ou acometer sobre vários alvos sincronicamente, oferece, por outro, ao antagonista, a oportunidade para concentrar a sua hoste contra uma das “divisões” em avanço e derrotá-la em detalhe antes que adicionais tropas se lhe possam reunir. De forma a identificar o momento propício para uma eventual convergência e concentração de tropas marchando em separado era absolutamente necessário que os seus

²⁷⁸ Refere Lazenby que “os irmãos avançaram conjuntamente tão longe quanto uma localidade que Lívio chama de “Amtorgis” (25.32.9), os paradeiros da qual são desconhecidos, e que daí Cneus deixou Publius para enfrentar Asdrúbal Barca, que se encontrava nas vizinhanças, enquanto este último partiu para confrontar os outros generais cartagineses” (LAZENBY, *op. cit.*, página 130)

Por seu turno, Brian Caven diz-nos que “parece provável, a partir do relato de Lívio, que ambos os generais romanos procedessem tão longe quanto o Rio Tader (Segura), e que Publius marchasse daí pelo vale do Tader em direcção ao Alto *Baetis*, e que Cneus permanecesse para confrontar Asdrúbal, com o rio entre eles.” (CAVEN, *op. cit.*, página 182)

²⁷⁹ Miguel Cortés y López identifica-o como o Guadaloque: “Os dois irmãos caminharam juntos até Anitorgis, e assentaram em frente de Asdrúbal, separados somente pelo rio que corre por Anitorgis, que é o Guadaloque.” (CORTES Y LOPEZ, Miguel - *Diccionario geográfico-histórico de la España Antigua Tarraconense, Bética y Lusitana* - t. I, Madrid, 1835, página 139)

²⁸⁰ CAVEN, *op. cit.*, página 182

²⁸¹ Uma das maiores vantagens de um exército de menor tamanho consiste na rapidez da sua movimentação.

comandantes possuíssem uma informação precisa sobre a configuração do teatro de operações e se mantivessem em contacto permanente.

Ao longo dos sete anos em que dura a campanha travada na Hispânia, o comando romano podia reconhecer na opção de focalizar os seus recursos contra alvos cirúrgicos o procedimento que lhe havia garantido a possibilidade de enfrentar o inimigo cartaginês sem que a vantagem numérica deste último se tornasse esmagadora. Pelo seu lado, na inaptidão em erigir uma sólida barreira à marcha do invasor, os generais de Cartago tinham recorrido, assiduamente, à manobra dilatária, finta e retirada táctica como metodologias de belicismo especialmente adequadas à vastidão espacial do teatro hispânico. Em consequência, a decisão tomada pelos irmãos Cipião de modificar um sistema de créditos firmados e ajustar-se ao ordenamento descentralizado do inimigo para com isso precipitarem a invasão do seu terreno caseiro, implicava, logo à partida, o assumir de grandes desvantagens²⁸².

Mais do que uma cedência à ansiedade ou sobrevalorização das suas possibilidades, pudemos entender a inflexão do comando romano relativamente ao princípio de agressão controlada que governara, até ao presente, o seu modo de actuar, como o produto da constatação de que a aliança que lhes havia permitido incorporar um extenso número de indígenas nos seus exércitos só poderia ser preservada se fosse continuamente nutrida por êxitos sonantes: assim, não havia razões para ter esperança que a procrastinação lhes trouxesse melhores condições para investir sobre o núcleo do poder púnico na Hispânia.

Dando contiguidade ao plano previamente traçado, enquanto Gneu Cipião permanece em Anitorgis defronte a Asdrúbal Barca, Públio, assumindo a tarefa aparentemente mais intrincada de prosseguir a sua marcha e enfrentar as forças reunidas de Mago e Asdrúbal Giscão, conduz, como refere Nathaniel Hooke, “os melhores soldados, ou seja, duas partes do antigo exército romano²⁸³, deixando a terceira parte²⁸⁴ e todos os celtiberos, ao seu irmão.”²⁸⁵

²⁸² “O amplo teatro em que se desenrolam as operações obrigou os caudilhos romanos a dividir as suas forças para enfrentarem as dos púnicos que se lhes opunham, também divididas em vários corpos de exército. Esta estratégia resultou em fatalidade para os romanos: ambos os irmãos foram derrotados em separado e encontraram o seu fim no campo de batalha.” (ROLDÁN HERVÁS, José Manuel – *Historia Antigua de España I. Ibéria Prerromana, Hispânia Republicana y Alto Imperial*. Universidad Nacional de Educación a Distancia, Madrid, 2001, página 221)

²⁸³ Cerca de 13,000 homens, se considerarmos o número de tropas legionárias de que dispõe o comando romano nesta fase da guerra como totalizando 20,000 homens.

²⁸⁴ Perto de 37,000 homens (7,000 romanos e o contingente hispânico de 30,000).

²⁸⁵ HOOKE, Nathaniel - *The Roman history, from the building of Rome to the ruin of the commonwealth*. Publisher: Printed for C.J.G. and F. Rivington, London, 1830, página 176

Acampados a curta distância entre si, Gneu Cipião e Asdrúbal Barca devotam-se a um jogo de nervos, estudando o adversário em busca de fragilidades. A perspicácia de Asdrúbal é lesta em as reconhecer e o seu talento no artifício permite-lhe delas tirar pleno partido. Apercebendo-se que “existiam poucas tropas romanas no acampamento, e que dependiam completamente dos auxiliares celtiberos”²⁸⁶, o comandante púnico utiliza o amplo conhecimento que havia acumulado sobre a natureza dos autóctones para entrar em conversações com os seus chefes e persuadi-los a abandonar a causa romana. A partida da hoste hispânica de regresso aos seus lares coloca o remanescente colectivo legionário em esmagadora inferioridade numérica defronte ao exército cartaginês. Por força desta circunstância, Gneu Cipião decide-se a proceder a uma veloz retirada²⁸⁷ no decurso da qual se vê perseguido “quase nas suas pisadas”²⁸⁸ pela tropa de Asdrúbal, general que revela não economizar agressividade quando tem em vista uma boa presa.

Na outra frente de combate, diz-nos Lívio que “um igual terror e um ainda maior perigo pressionavam-se sobre Públio Cipião”²⁸⁹. À medida que o seu exército cobre a distância que o separa das tropas reunidas de Mago e Asdrúbal Giscão, agrava-se a violência dos ataques dos númidas de Masinissa²⁹⁰ que, actuando à maneira dos “cossacos dos séculos XVIII e XIX”²⁹¹, debelam os grupos isolados e perturbam o descanso nocturno do acampamento romano. Enquanto a ansiedade e o temor se disseminam entre os seus homens, Públio Cipião recebe a notícia nada animadora que Indibilis se aproxima com sete mil e quinhentos guerreiros suessitanos com o aparente objectivo de operar a sua junção com a hoste cartaginesa. De forma a impedir, a todo o custo, que os seus inimigos constituam contra si uma frente unida²⁹², o general romano

²⁸⁶ TITO LIVIO, *op. cit.*, (XXV.33)

²⁸⁷ “Vendo Cipião que os seus aliados não podiam ser detidos nem por rogações nem pela força, e que nem era um desafio para o seu inimigo sem eles, nem podia de novo efectuar a junção com o seu irmão, sem que nenhum outro curso lhe oferecesse em si segurança, resolveu retirar tão rápido quanto possível, cuidadosamente usando de toda a cautela para não encontrar o inimigo em nenhum lugar em solo plano” (TITO LIVIO, *op. cit.*, (XXV.33)

²⁸⁸ TITO LIVIO, *op. cit.*, (XXV.33)

²⁸⁹ TITO LIVIO, *op. cit.*, (XXV.34)

²⁹⁰ Aliado, ao tempo, dos cartagineses.

²⁹¹ GRIMBERG, Carl - *Das origens de Roma à formação do Império*, Europa-América, Lisboa, 1966, página 94

²⁹² Demasiado excedentária no número para que a debilitada tropa romana a possa enfrentar com esperança de vitória.

toma a decisão de se interpor entre as suas forças e investir contra o contingente hispânico.²⁹³

Deixando o acampamento às ordens de Tito Fontino, Públio Cipião impele o seu exército numa marcha nocturna. A pressa que sente, o comandante romano, em destruir o elo mais fraco do conjunto dos seus inimigos, leva-o a provocar o embate mal avista o corpo de Indibilis, sem sequer perder tempo para desdobrar a coluna de marcha. Apesar da tenacidade do legionário deixar antever um resultado favorável na emaranhada contenda de desgaste que tem lugar, a verdade é que o destacamento hispânico resiste por tempo suficiente para que se logre a esperança romana de o vencer antes que adicionais forças intervenham. A cavalaria núnida, cujos agudos sentidos de batida o comandante romano não almejava iludir, faz o seu súbito aparecimento no campo de batalha e tirando rapidamente partido da disposição massificada do inimigo, espalha-se pelos seus flancos. O golpe jugular é desferido no momento em que o núcleo principal das forças púnicas se reúne à contenda para carregar sobre a retaguarda do dispositivo romano, neste momento transformado num pequeno agrupamento de soldados que se debatem em torno do seu general. Quando, por fim, um dardo trespassa, mortalmente, a fonte do seu espírito, quebra-se o que resta da formação legionária; na fuga que se sucede, apenas um escasso número de romanos consegue escapar à perseguição dos velozes núnidas e atingir o acampamento de Fontino.

Decididos a completar a sua vitória com o aniquilamento do remanescente corpo romano, os generais cartagineses marcham, no maior ânimo, para se reunirem a Asdrúbal Barca. Apesar de nenhuma informação lhe ter ainda chegado, a junção dos três exércitos púnicos constitui, para Gneu Cipião, a evidência da derrota do seu irmão. Oprimido por uma enorme desvantagem numérica, o general romano vê-se forçado a optar pela única medida que se lhe dispõe nestas circunstâncias mortificantes: uma retirada precipitada, como forma de garantir a sobrevivência imediata da sua hoste.

Iniciando a sua marcha durante a noite sem alertar o inimigo, os romanos conseguem ganhar um considerável avanço antes de, ao amanhecer, os cartagineses se aperceberem da sua partida e encetarem a perseguição. Mais uma vez, os generais púnicos usufruem da vantagem da terem ao seu dispor uma pluralidade de tropas com aptidões específicas. Enquanto a infantaria marcha ao seu próprio ritmo, os cavaleiros núnidas são lançados como uma força avançada.

²⁹³ “O general romano, em desespero, tentou desembaraçar-se deste último perigo para evitar a sua conjugação com o exército cartaginês”. (BLÁZQUEZ, *op. cit.*, página 41)

Cobrando com rapidez a distância que os separam da sua presa, as tropas de Masinissa contactam, ao entardecer, com a coluna de marcha legionária e de imediato carregam sobre a sua retaguarda e flancos. Os romanos vêem-se, por conseguinte, constringidos a abrandar o seu passo de forma a puderem defender-se deste adversário esquivo e fustigante. O escasso progresso que o seu exército faz nestas condições adversas persuade, por fim, Gneu Cipião, a renunciar à fuga e a conduzir, ao cair da noite, os seus desencorajados homens até a colina mais elevada das imediações.

No novo terreno, a infantaria romana encontra a vantagem de que necessitava para rechaçar todas as subsequentes cargas dos númidas. Todavia, como nos narra Tito Lívio, “quando os três generais com três exércitos regulares marcharam num corpo inteiro, era evidente que os seus homens não poderiam fazer muito pelas armas em defenderem a posição sem fortificações”²⁹⁴. Para seu infortúnio, contudo, o solo duro e a ausência de vegetação impossibilitavam quer a abertura de trincheiras quer a construção de uma paliçada. Como derradeiro recurso, os defensores empilham o seu equipamento de forma a obstaculizar a ascensão da infantaria púnica. Apesar da coragem dos legionários na batalha desesperada que tem lugar, a força esmagadora dos seus inimigos acaba por determinar a tomada da sua posição. Um considerável número de romanos consegue, ainda assim, retirar na direcção do acampamento de Tito Fontino. Quanto a Gneu Cipião, não sobrevive à ruína dos seus projectos. Conta-nos Lívio que o comandante romano “foi morto, de acordo com alguns relatos, na colina, no primeiro assalto; de acordo com outros, fugiu para um castelo perto do acampamento: este foi rodeado com fogo, e as portas, que eram demasiado fortes para serem forçadas, tendo sido queimadas, foram tomadas; e todos dentro, conjuntamente com o próprio general foram mortos”²⁹⁵. Paralelamente, Plínio, o Velho, oferece-nos, numa sucinta passagem da sua *História Natural*, a possível localização do recontro ao referir que “em *Ilorcum* ele²⁹⁶ afasta-se da Pira Funerária de Cipião”²⁹⁷.

A pesada derrota sofrida pelas legiões na frente de guerra que, durante longos anos, constituíra um dos raros motivos de alacridade para o espírito romano, tem sido atribuída a diversos factores, entre os quais poderíamos destacar: 1 – a confiança depositada no contingente de auxiliares hispânicos, como forma de complementar os

²⁹⁴ TITO LIVIO, *op. cit.*, (XXV.36)

²⁹⁵ *Ibidem*

²⁹⁶ O rio *Baetis*.

²⁹⁷ Plínio, o Velho – *História Natural* (III, 3). Segundo Lazenby, a localidade mencionada por Plínio foi “plausivelmente identificada como a moderna aldeia de Lorqui, cerca de dezanove quilómetros a norte de Múrcia, no rio Segura.” (LAZENBY, *op. cit.*, página 131)

efectivos deficitários do exército romano; 2 – o facto do comando legionário ter colhido todos os prejuízos e nenhum benefício sensível da opção de dividir as suas forças em presença de um inimigo mais poderoso; 3 – as vantagens que retiraram, os púnicos, de lutar num terreno contíguo às suas bases urbanas com o qual estariam, certamente, mais familiarizados que o invasor. 4 - o factor decisivo de desequilíbrio que constituiu a versátil actuação da cavalaria nómada de Masinissa em vários momentos críticos da campanha.

O colapso da “obra empreendida com paciência pelos Cipiões durante os anos anteriores”²⁹⁸ não implicou, contudo, o fim da presença romana na Península. Recolhendo os resquícios das legiões, Fontino é bem sucedido em os conduzir em segurança até ao Ebro. Tendo o exército eleito Lúcio Márcio como seu novo líder, este empenha-se, energeticamente, em reunir os seus escassos recursos²⁹⁹ para defender o acampamento fortificado que é erguido na margem do Ebro. A indolência e conflito que Políbio refere acometerem o comando púnico após ter alcançado a sua grande vitória, leva a que a escassa cooperação entre as suas forças determine o insucesso das tentativas de forçar a linha de defesa romana. Consequentemente, não obstante as adversidades da presente situação obrigarem Lúcio Márcio a circunscrever a operacionalidade do seu exército à defesa do reduto catalão, “ele detinha ainda, atrás de si, bases em *Tarraco* e *Emporiae*, e as suas comunicações por mar com a Itália estavam abertas.”³⁰⁰ Novos esforços romanos poderiam ser desenvolvidos a partir deste desembarcadouro seguro.

As importantes consequências da primeira fase da liça entre Roma e Cartago na Hispânia, tanto pelos seus efeitos na definição do curso adoptado pelo magno conflito mediterrânico, como no seu profundo contributo para os subsequentes desenvolvimentos do modelo de actuação das legiões no ultramar afastam, terminantemente, o convite para se diminuir a sua importância com base na similitude que reconhecemos entre a conjuntura operacional de 218 a.C. e de 211 a.C.. De facto, como refere Baker, “a campanha dos Cipiões na Hispânia é interessante por mais de um

²⁹⁸ BLÁZQUEZ, José María – *Historia de España Antigua. II. Hispania Romana*, Cátedra (Historia/ Serie Mayor), Madrid, 1985, páginas 42-43)

²⁹⁹ “Dos fugitivos que ele tinha reunido, e alguns dos que ele tinha arrastado das guarnições na Hispânia, tinha formado um exército bem respeitável, e com o qual se tinha juntado a *Ti. Fonteinus*, tenente de Cipião”. (TITO LIVIO, *op. cit.*, (XXV.37)

³⁰⁰ CAVEN, Brian – *The Punic Wars*, Weindenfeld and Nicolson, London, 1980, página 183

conceito. Os irmãos utilizaram alguns dos métodos cartagineses, inaugurando assim uma nova política colonial romana.”³⁰¹

4 – Considerações finais

Como referem Antonio Tovar e Júlio Caro Baroja, “quando uma crise bélica mundial traz os Cipiões à Península para responder à invasão da Itália por Aníbal, os romanos viram-se pela primeira vez obrigada uma guerra que podemos chamar de imperialista num território muito distante. As suas anteriores conquistas, também consequência do antigo choque com Cartago na Primeira Guerra Púnica, podem considerar-se, na Sicília e depois na Sardenha, como um precedente da conquista de Espanha, mas aqui não se tratava de ilhas vizinhas da Itália, mas de um enorme território, um quase sub-continente, muito mais extenso do que a Itália peninsular, com um clima e uma população muito distintos e muito variados, com umas riquezas minerais que constituíam ingresso de grande importância para Cartago e se converteram desde o primeiro momento para os romanos no objectivo principal da conquista.”³⁰²

Em resultado da diversidade de elementos geográficos e humanos que enformam o mundo hispânico, a contenda entre Roma e Cartago, pelo seu domínio, caracteriza-se pela dissemelhança das operações decorridas numa multiplicidade de teatros de guerra regionais. Concomitante com os elementos físicos da Península, o discriminado progresso político, social e tecnológico dos vários povos que a habitam, estabelece que profundas diferenciações igualmente se evidenciem na fisionomia das forças militares que são dispostas no terreno. Mais uma vez, a acção do colono vindo das regiões mais desenvolvidas do Mediterrâneo é determinante no acentuar da heterogeneidade latente dos preceitos autóctones. Podemos, com efeito, reconhecer na difusão das ideias orientalizantes, o factor que promove, com intensidade declinante no sentido da costa andaluza para o noroeste peninsular, a transição de um modelo de exército tipicamente tribal³⁰³, caracterizado pela rudimentar organização militar e chefia disseminada, para as agremiações federativas das sociedades correlacionáveis com o desenvolvimento urbano e sedimentação proto-estatal.³⁰⁴

³⁰¹ BAKER, *op. cit.*, páginas 153-154

³⁰² TOVAR, Antonio ; CARO BAROJA, Júlio – *Estudios sobre la España Antigua*, CSIC-Fundación Pastor, Madrid, 1971

³⁰³ Dominante nas regiões pobres do interior mesetano.

³⁰⁴ Nos territórios directamente submetidos ao governo bárcida.

Na Meseta, a dureza da vida nas vastas planícies de solos pobres e escassa vegetação que dominam o cenário paisagístico, favoreceram, historicamente, o modelo de ocupação dispersa do território e o predomínio da pastorícia sobre a agricultura, conjugação de factores que contribuíram para que, no modelo de peleja indígena, a mobilidade, feição para o logro e capacidade de batida de uma eficiente cavalaria constituíssem atributos da maior importância.

O clima mediterrânico e a rede de cursos de água que o retalham proviam parte do espaço correspondente à actual Andaluzia com as condições naturais para que extensos arroteamentos pudessem alimentar as grandes densidades demográficas. O estabelecimento de vínculos pactuantes entre cidades de significativa importância encontra a sua correspondência marcial na constituição de poderosos exércitos regionais, caracterizáveis pela sua fácil incorporação nos arquétipos militares púnicos.

Com uma terra adequada ao cultivo³⁰⁵, a Catalunha parece estar bem preenchida pelo elemento humano, acolhendo povos que, nas suas tradições e formas de organização, mesclam traços tipicamente hispânicos com a forte influência que sobre si é exercida pelo mundo gálico. Apesar desta estirpe de autóctones se caracterizar pela paixão com que defendem a sua autonomia e livre arbítrio, ela havia, desde há muito, estabelecido contactos comerciais tanto com o grego como com o fenício-púnico. O relacionamento com os colonos vindos do Mediterrâneo central e oriental permitiu-lhe, também, a recepção de algumas das suas tecnologias e concepções.

A constituição de exércitos confederados sob liderança supra-tribal encontra-se bem documentada nas fontes literárias e parece prefigurar um estágio intermediário entre a organização descentralizada do tribalismo estratificado celtibero e a desenvolvida capacidade de reunião humana na Hispânia meridional. O ambiente no vale do Ebro explana, com particular nitidez, o equilíbrio que, em numerosos aspectos, se estatui, no espaço catalão, entre as características antagónicas da rude vida na Meseta e as comodidades domiciliárias do “crescente fértil” andaluz. Populações habitando “cidades” de alguma densidade distribuem-se ao longo das margens do rio que, na qualidade de seu grande recurso hídrico, oferece estruturação a todo o território. A importância do domínio da orla costeira entre Ampúrias e Sagunto tornava, também, a zona noroeste do campo de batalha hispânico, particularmente susceptível a acções navais e anfíbias.

³⁰⁵ “Mas desde *Tarraco* até *Emporium*, as costas têm bons portos, e o solo é fértil.” (ESTRABÃO, *op. cit.*, (III, 4,8))

A guerra nesta Península Ibérica onde cada região parece constituir-se como uma unidade de limites discerníveis proviu, sem dúvida, os exércitos de Roma com importantes ensinamentos sobre como actuar numa pluralidade de ambiências geográficas, políticas e militares, simulando uma fracção dos grandes desafios que estes teriam de enfrentar na sua longa marcha pela conquista do mundo antigo. A profusão de campanhas com as suas próprias dificuldades singulares desencorajou, por conseguinte, o proverbial conservadorismo romano de ditar o marasmo das suas doutrinas bélicas.³⁰⁶ Muito tinha, com efeito, a Cidade Eterna a aprender com os métodos de guerra dos povos cujo valor frequentemente depreciava.

Tem-se comumente considerado que a constituição de grandes exércitos com comando centralizado, constitui o reflexo marcial do percurso evolutivo das sociedades desde as suas mais simples formas de ajuntamento até às complexas realizações de um Estado-nação. A infusão do racionalismo como elemento característico da forma com os povos mais avançados do Mediterrâneo travam a guerra associa-se, tradicionalmente, à superior eficiência do braço armado da civilização relativamente ao tribalismo bárbarico. As guerras da Hispânia subsistem, contudo, como a evidência da artificialidade que constitui a generalização destas considerações.

Não obstante o mito de superioridade técnica das legiões que a autoria antiga tanto se esforça por propalar, as circunstâncias em que se produz a sua derrota na campanha do Alto *Baetis* dificilmente favorecem a ideia de que o modelo estandardizado de actuação do exército romano se adaptava, com inata eficiência, aos condicionalismos locais. Pelo contrário, parece, desde muito cedo, entender o comando do corpo expedicionário que, para travar a guerra com sucesso na Península Ibérica, era necessário adoptar parte das tácticas e estratégias dos seus inimigos, dada a dificuldade em nela aplicar um sistema afeiçoado às campanhas italiotas.

A inexistência de referências antecessoras sobre como actuar num palco ultramarino compele os Cipiões a concertarem os métodos tradicionais com o experimentalismo. Travando campanha num teatro de enorme extensão espacial, distanciados das suas bases de apoio metropolitanas e condenados a vencer,

³⁰⁶ “O ponto decisivo ficara marcado neste sentido pelas guerras púnicas, que lançam Roma para fora da península Itálica e lhe proporcionam as primeiras possessões extra-peninsulares e, com isso, povos com uma táctica militar distinta e com uma reserva bélica extraordinária. O contacto com os cartagineses, com o uso abundante de mercenários de distintas procedências, com os seus particulares métodos e artes bélicas, impõe a Roma a necessidade de procurar umas armas e táctica eficientes contra estes novos modos de guerrear.” (ROLDÁN HERVÁS, José Manuel – *Los hispanos en el ejército romano de época republicana*. Ediciones Universidad de Salamanca, Salamanca, 2004, páginas 34-35))

continuadamente, um inimigo que complementava os seus industriais procedimentos marciais com a belicosidade congénita do autóctone, o comando romano é encorajado a colocar de lado parte do obsoleto formalismo na condução das suas forças. Como refere Brian Campbell, "apesar da natureza conservadora das táticas romanas, os comandantes provaram ser capazes de adaptar e desenvolver os seus métodos para se adequarem a novos e pouco habituais tipos de guerra."³⁰⁷

A inovação³⁰⁸ conduziu, contudo, o exército dos irmãos Cipiões a um terrível desaire na primeira fase da campanha hispânica³⁰⁹. Este episódio permite constatar que o desenvolvimento da metodologia legionária é um fenómeno complexo que, em discrepância com uma natural linearidade, parece assumir a forma de sucessivas elipses de pendor ascendente no contexto das quais cada passo evolutivo subentende uma preliminar sequência de erros, equívocos e esforços gorados. Com efeito, a insigne instrução que providencia o malogro preliminar constitui, em muitas das guerras travadas pela romanidade, o meio pelo qual ela desvela os pontos de fraqueza do seu inimigo e, em função destes, readapta o seu modelo de abordagem. O triunfo de Públio Cornélio Cipião fica, em primeiro lugar, a dever-se ao facto de ter sabido conjugar os modos de proceder dos seus antecessores que produziram resultados com os seus próprios inventos.

Enorme significância adquire, portanto, esta campanha de 218-211 a.C.³¹⁰ As linhas gerais da doutrina com que os exércitos romanos procedem às subsequentes

³⁰⁷ CAMPBELL, *op. cit.*, página 53

³⁰⁸ "Estes elementos estrangeiros chegavam por diferentes caminhos às filas do exército romano. Pudemos supor que o primeiro deles é o constituído por mercenários. As forças púnicas e os reinos helenísticos haviam visto desenvolver-se este tipo de militar profissional, com especiais características que o faziam apreciado pelo seu armamento, tática e capacidade guerreira. (...) Tratava-se, de um certo modo, de um mal necessário. A experiência que ocorreu em Cartago ao finalizar da primeira guerra púnica não devia fazê-los muito atractivos, mas, sem dúvida, necessários, se queria opor um exército semelhante ao do inimigo" (ROLDÁN HERVÁS, José Manuel – *Los hispanos en el ejército romano de época republicana*. Ediciones Universidad de Salamanca, Salamanca, 2004, página 35).

³⁰⁹ "O recurso ao elemento indígena, que se havia mostrado insubstituível nos primeiros anos, foi também a causa do primeiro serio descalabro das armas romanas na Península. Não podia esperar-se demasiado de contingentes cuja mais imediata motivação, ainda que com a existência de outras, era a económica. Assim, em 211, Asdrúbal conseguiu que os celtiberos abandonassem os romanos, neutralizando deste modo os efectivos indígenas que tão necessários eram, se se tem em conta o reduzido montada das tropas romanas, por outro lado, muito distantes das suas bases de aprovisionamento e, por isso, dependentes em grande maneira do apoio indígena (Lívio XXV, 32 e s. ; Políbio X, 6, 2)." (ROLDÁN HERVÁS, José Manuel – *Los hispanos en el ejército romano de época republicana*. Ediciones Universidad de Salamanca, Salamanca, 2004, página 24)

³¹⁰ "Indirectamente, a acção dos Cipiões influenciou, de sobremaneira, o conjunto da guerra. As suas campanhas, ainda que indecisas e sem alcançar objectivos concretos, produziram muitas tendências e correntes diversas. Os Cipiões aprenderam também a conhecer e a manejar os hispânicos. (...) Para mais, as operações dos dois irmãos inauguraram uma nova tática para Roma: a das manobras em campo aberto

conquistas foram, em larga medida, definidas na guerra na Hispânia, e parte do crédito das mesmas pode reconhecer-se no comando exercido pelos irmãos Cipíões. Considera, neste sentido, Roldán Hervás que “juntamente a este método de conseguir efectivos especiais, prontamente encontrou Roma outro caminho que a sua política de expansão imperialista lhe foi proporcionando cada vez em maior grau. Neste caminho joga a Península Ibérica um importante papel.”³¹¹

Adicionalmente ao facto de constituir um marco fundamental na evolução das legiões para a força devastadora que será arremessada, pouco tempo depois, contra os povos do Mediterrâneo Oriental, a conclusão da Segunda Guerra Púnica assinala a quebra do poder púnico na Hispânia e a sucedânea ascensão do romano. Dois séculos de subsequentes campanhas de conquista e a concomitante implantação das estruturas provinciais afectas ao processo de romanização, colocaram termo à autonomia autóctone.³¹²

e os objectivos de grande magnitude, nos quais Aníbal se mostrava tão genial. Como para Aníbal, a escola militar dos Cipíões foi a Hispânia.” (BAKER, *op. cit.*, página 154)

³¹¹ ROLDÁN HERVÁS, José Manuel – *Los hispanos en el ejército romano de época republicana*. Ediciones Universidad de Salamanca, Salamanca, 2004, página 36)

³¹² “A total pacificação da Península por Augusto, terminadas as guerras cántabras” (BLÁZQUEZ, José María – *Las relaciones entre Hispania y el norte de África durante el gobierno bárquida y la conquista romana (237-19 a.J.C.)*, Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, Alicante, 2005, página 1

FONTES:

- APIANO, *Historia romana*, Editorial Gredos, Madrid, 1994
- ESTRABÃO, *Geografía*, F. Lasserre (trad.), Belles Lettres, Paris, 1975
- PLÍNIO, o Velho, *Histoire Naturelle*, J. André & J. Filiozat (trad.), Belles Lettres, Paris, 1980
- POLIBIO, *Historias*, Editorial Gredos, Madrid, 1983/1997
- TITO LIVIO, *Historia de Roma desde su fundación*, J.A. Villar Vidal (traducción y notas), Editorial Gredos, Biblioteca Clásica, Madrid, 1990/1997

BIBLIOGRAFIA:

- ALBERTINI, Eugène - *L'empire Romain*, Presses universitaires de France, Paris, 1970
- ALVAR, Jaime – “Comercio e intercambio en el contexto pre-colonial” in *Actas del I coloquio del CEFYP, Madrid, 9-12 de noviembre, 1998*, Centro de Estudios Fenicios y Púnicos. Coloquio, Madrid, 1998, pags. 27-34
- ANGLIM, Simon ; JESTICE, Phyllis G., *Fighting Techniques of the Ancient World (3000 B.C. to 500 A.D.): Equipment, Combat Skills, and Tactics*. Thomas Dunne Books. St. Martin's Press, New York, 2003
- ANKERSMIT, F. R. - *Narrative logic. A Semantic Analysis of the Historian's Language*, Martinus Nijhoff Publishers. The Hague/Boston/London, 1983
- ARRIBAS, Antonio - *Os iberos – Verbo*, Lisboa, 1967
- AYMARD, André; AUBOYER, Jeannine – *Rome et son Empire – tome II*, Presses Universitaires de France, Paris, 1977
- BAGNALL, Nigel – *The Punic Wars 264-146 B.C.* Osprey Publishing Ltd, Oxford, 2002
- BAKER, G.P. – *Aníbal*, 1943. Editorial Iberia S.A. para Círculo de Lectores, 2004
- BARCELÓ, Pedro – *Aníbal de Cartago. Un proyecto alternativo a la formación del Imperio Romano*. Alianza Editorial, Madrid, 2000
- BENDALA GALÁN, Manuel – “El influjo cartaginés en el interior de Andalucía” in *Cartago, Gadir, Ebusus y la influencia púnica en los territorios hispanos. VIII Jornadas de Arqueología Fenicio-Púnica*, Ibiza, 1994, páginas 59-74

- BISHOP, M.C. ; COULSTON, J.C.N. - *Roman military equipment. From the Punic Wars to the Fall of Rome*, London, 1993
- BLÁZQUEZ, José María – *Historia de España Antigua. II. Hispania Romana*, Cátedra (Historia/ Serie Mayor), Madrid, 1985
- BLÁZQUEZ, José María – “Las explotaciones mineras y la romanización de Hispania” in *La Romanización en Occidente*, José María Blázquez y Jaime Alvar (Eds.). Actas Editorial, Madrid, 1996
- BLÁZQUEZ, José María – *Las relaciones entre Hispania y el norte de África durante el gobierno bárquida y la conquista romana (237-19 a.J.C.)*, Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, Alicante, 2005
- BLÁZQUEZ, José María ; Garcia-Gelabert, M^a Paz – *Los Bárquidas en la Península Ibérica*, Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, Alicante, 2005
- BLÁZQUEZ, José María – *Los Ilergetes en el cuadro de los restantes pueblos iberos durante la segunda guerra púnica*, Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, Alicante, 2005
- BLÁZQUEZ, José María – *Los pueblos de España y el Mediterráneo en la Antigüedad*, Cátedra. Historia / Serie Menor, Madrid, 2000
- BLOCH, Raymond – *Origens de Roma*, Verbo, Lisboa, 1966
- BRISSON, Jean-Paul – *Carthage ou Rome?*, Fayard, Paris, 1973
- BROWN, Peter - *Power and Persuasion in Late Antiquity: Towards a Christian Empire*. University of Wisconsin Press, 1992
- CABO, Angel ; VIGIL, Marcelo – *Condicionamientos geográficos. Edad antigua*. Alianza Editorial Alfaguara, Madrid, 1979
- CAMPBELL, Brian – *Greek and Roman Military Writers: Selected Readings (Routledge Classical Translations)*, Routledge, London, 2004
- CAMPBELL, Brian - *War and Society in Imperial Rome, 31 BC-AD 284*, Routledge, London, 2002
- CAVEN, Brian – *The Punic Wars*, Weindenfeld and Nicolson, London, 1980
- CHARLES-PICARD, Gilbert – *Hannibal*, Hachette, Paris, 1970
- CLAUSEWITZ, Karl von – *Da Guerra*, Europa-América, Mem Martins, 1982
- CONNOLLY, Peter - *Greece and Rome at War*, Greenhill Books, London, 1998
- CONNOLLY, Peter – *Aníbal y los enemigos de Roma*, Espasa-Calpe, Madrid, 1986

- CONSIGLIERI, Carlos ; ABEL, Marília – *Os Lusitanos no Contexto Peninsular*, Editorial Caminho, Lisboa, 1989
- CORTES Y LOPEZ, Miguel - *Diccionario geográfico-histórico de la España Antigua Tarraconense, Bética y Lusitana*, t. I, Madrid, 1835
- COWAN, Ross – *Roman Battle Tactics 109 BC-313 AD*, Osprey Publications, Oxford, 2007
- DREWETT, Peter - *Field Archaeology*, Routledge, London, 2003
- FARNOUX, Bernard Combet – *Les Guerres Puniques*, Presses Universitaires de France, Paris, 1960
- FIELDS, Nick – *The Roman Army of the Punic Wars 264-146 BC*. Osprey Publishing Ltd, Oxford, 2007
- FOIX, A. Olivier – “Evidence of the Second Punic War in Iberian Settlements South of the Ebro”, in *Studia Phoenicia x Punic Wars* (ed. H. Devijver & E. Lipinski), Leuven, 1989
- FORNELL MUÑOZ, Alejandro - “Aportaciones y limitaciones de la Arqueología en el estudio de las uilla romanas andaluzes” in *Hispania Romana: actas do IV Congresso de Arqueología Peninsular (Faro, 14 a 19 de Setembro de 2004)* / editor João Pedro Bernardes, Congresso de Arqueologia Peninsular.IV.Faro. 2004, páginas 137-144
- FREUD, Sigmund – *Porquê a Guerra?*, Europa-América, Mem Martins, 2007
- GAMBLE, Clive – *Archaeology. The Basics*, Routledge, New York, 2007
- GARCÍA Y BELLIDO, Antonio – *Las colonizaciones Púnica y Griega en la Península Ibérica – IV Congreso Internacional de ciencias prehistóricas y protohistóricas*. Madrid, 1954
- GOLDSWORTHY, Adrian - *Las Guerras Púnicas*. 2ª ed., Ariel, Barcelona, 2002
- GOLDSWORTHY, Adrian – *Roman Warfare*, Cassell, London, 2000
- GOLDSWORTHY, Adrian – *The Complete Roman Army*. Thames & Hudson, London, 2003
- GÓMEZ DE CASO ZURIAGA, Jaime - “Amílcar Barca y el ejército romano” in *Actas Arqueología Militar Romana en Europa*, Segóvia, 2001, páginas 231-236
- GÓMEZ-PANTOJA, Joaquim L. - “Ejército y civiles en Hispania romana” in *Actas Arqueología Militar Romana en Europa*. Segóvia, 2001, páginas 45-52

- GRIMAL, Pierre – *Le Siècle des Scipions. Rome et l'hellénisme au temps des guerres puniques*. Éditions Aubier Montaigne, Paris, 1975
- GRIMBERG, Carl – *Das origins de Roma à formação do Império, Europa-América*, Lisboa, 1966
- GSELL, Stéphane – *Histoire Ancienne de l'Afrique du Nord. Tome I. Les Temps Primitifs & La Colonisation phénicienne et l'empire de Carthage*. Librairie Hachette. Paris, 1920
- GSELL, Stéphane – *Histoire Ancienne de l'Afrique du Nord. Tome II. L'État Carthaginois*. Librairie Hachette. Paris, 1918
- GSELL, Stéphane – *Histoire Ancienne de l'Afrique du Nord. Tome III. Histoire Militaire de Carthage*. Librairie Hachette. Paris 1920
- GSELL, Stéphane – *Histoire Ancienne de l'Afrique du Nord. Tome IV. Le civilisation Carthaginoise*. Librairie Hachette. Paris, 1920
- GSELL, Stéphane – *Histoire Ancienne de l'Afrique du Nord. Tome V. Les royaumes indigènes. Organisation social, politique et économique*. Librairie Hachette. Paris, 1927
- GSELL, Stéphane – *Histoire Ancienne de l'Afrique du Nord. Tome VI. Les royaumes indigènes. Vie matérielle, intellectuelle et moral*. Librairie Hachette. Paris, 1927
- GSELL, Stéphane – *Histoire Ancienne de l'Afrique du Nord. Tome VII. Le république romaine et les rois indigènes*. Librairie Hachette. Paris, 1928
- HANSON, Victor Davis – *The Wars of the Ancient Greeks*. Cassel, London, 1999
- HART, Liddell B.H. – *Histoire mondiale de la Stratégie*, Plon, Paris, 1962
- HEALY, Mark – *Cannae 216 BC. Hannibal's Smashes Rome's Army* – Osprey Publishing Ltd, Oxford, 1994
- HOOKE, Nathaniel - *The Roman history, from the building of Rome to the ruin of the commonwealth*. Publisher: Printed for C.J.G. and F. Rivington, London, 1830
- HOPKINS, Keith – “La Romanización: asimilación, cambio y resistencia” in *La Romanización en Occidente*, José M^a Blázquez y Jaime Alvar (Eds.). Actas Editorial, Madrid, 1996, páginas 15-43
- HOURS-MIEDAN, Madeleine – *Carthage*, Presses Universitaires de France, Paris, 1949
- HOYOS, Dexter – *Hannibal's Dynasty. Power and politics in the western Mediterranean, 247-183 b.C.* Routledge. London and New York, 2003

- HUBAC, Pierre – *Carthage*. Éditions Belles Lettres, Paris, 1952
- KEAY, Simon J. – “La romanización en el sur y el levante de España hasta la época de Augusto” in *La Romanización en Occidente*, José M^a Blázquez y Jaime Alvar (Eds.). Actas Editoriales, Madrid, 1996, páginas 147-177
- KEEGAN, John – *History of Warfare*, Pimlico, London, 1993
- KEEGAN, John – *O rosto da batalha*, Fragmentos, Lisboa, 1987
- KISTLER, John M – *War Elephants*, Praeger, Westport (CT), 2006
- LANCEL, Serge – *Carthage*. Blackwell Pub, Oxford, 1994
- LAZENBY, J. F. - *Hannibal's War: A Military History of the Second Punic War*. Aris & Phillips, Warminster, 1978
- LE BOHEC, Yann – *Histoire Militaire des Guerres Puniques*, Éditions du Rocher, Monaco, 1996
- LE ROY, Max – *Initiation à l'archéologie romaine*, Payot, Paris, 1965
- LIVERMORE, Harold - *A History of Spain*. Ruskin House. George Allen & Unwin Ltd, London, 1962
- LOMAS, Francisco Javier – “Civilización y barbarie. A vueltas con la romanización” in *La Romanización en Occidente*, José M^a Blázquez y Jaime Alvar (Eds.). Actas Editoriales, Madrid, 1996, páginas 45-55
- LÓPEZ CASTRO, J. L. - *La colonización fenicia en el Sur de la Península Ibérica. 100 años de investigación*, In Actas del Seminario *La colonización fenicia en el Sur de la Península Ibérica. 100 años de investigación*. Almería, 1992, pags. 11-81
- LÓPEZ DOMECH, Ramón – “Los fenicios en el Interior” in *Actas del I coloquio del CEFYP, Madrid, 9-12 de noviembre, 1998*. Centro de Estudios Fenicios y Púnicos, Madrid, 2000
- MARKS, Raymond – *From Republic to Empire. Scipio Africanus in the Punic Wars of Silius Italicus*. Peter Lang Publishing Inc. Oxford, 2005
- MATTERN, Susan P. - *Rome and the Enemy. Imperial Strategy in the Principate*, University of California Press, Berkeley, 1999 páginas 1-23
- MIRA GUARDIOLA, Miguel A. - *Cartago contra Roma. Las guerras púnicas*. Alderaban Ediciones, Madrid, 2000
- MOMIGLIANO, Arnaldo - *Problèmes d'historiographie ancienne et moderne*, Gallimard, Paris, 1983

- MOMMSEN, Theodore – *A História de Roma*, Richard Bentley & Son, London, 1877
- MONTAGU, John Drogo – *Greek and Roman Warfare. Battles, Tactics and Trickery*, Greenhill Books, London, 2006
- MONTENEGRO DUQUE, Ángel – *Historia de Espana, Edad Antigua, I Espana Prerromana*, Editorial Gredos, S. A. Madrid, 1972
- MOSCATI, Sabatino – *L'épopée des Phéniciens*, Fayard, Paris, 1971
- NICOLET, Claude – *Rome et la conquête du monde méditerranéen. 264-27 avant J.-C. Tome Second. Genèse d'un empire*. Presses Universitaires de France, Paris, 1997
- NICOLINI, Gérard – *The ancient Spaniards*, Saxon House, London, 1974
- NONY, Daniel – “La Péninsule Ibérique” - *Rome et la conquête du monde Méditerranéen. 264-27 avant J.C. Tome Second. Genèse d'un empire*. Presses Universitaires de France, Paris, 1990
- OGILVIE, R. M. ; DRUMMOND, A – “Sources for Early Roman History” in *The Cambridge Ancient History. VII. Part 2. The Rise of Rome to 220 BC*, WALBANK, F.W.; ASTIN, A.E.; FREDERIKSEN, M.W (Eds.), Cambridge, 1990
- PLÁCIDO, Domingo – “Formas de dependencia en Hispania” in *La Romanización en Occidente*, José M^a Blázquez y Jaime Alvar (Eds.). Actas Editorial, Madrid, 1996
- PARET, Peter – *Makers of Modern Strategy from Machiavelli to the Nuclear Age*. Princeton University Press, Princeton, 1986
- PEDDIE, John - *Hannibal's War*. Sutton Publishing, Stroud, 2005
- PÉREZ GONZÁLES, Cesáreo – “Ejército Romano y Arqueología” in *Actas Arqueología Militar Romana en Europa*. Segovia, 2001
- PETERSON, Daniel – *The Roman Legions*. The Crowood Press Ltd. Wiltshire (UK), 1998
- PUJOL PUIGVEHI, Anna – *La Población Pre-Romana del Extremo Nordeste Peninsular. Génesis y desarrollo de la cultura ibérica en las comarcas gerundenses*. Publicación de la Universidad Autónoma de Barcelona. Bellaterra, 1989
- ROLDÁN HERVÁS, José Manuel – “Un factor de romanización de la España romana imperial: el ejército hispánico” in *La Romanización en Occidente*, José M^a Blázquez y Jaime Alvar (Eds.). Actas Editorial, Madrid, 1996

- ROLDÁN HERVÁS, José Manuel – *Historia Antigua de España I. Iberia Prerromana, Hispania Republicanana y Alto Imperial*. Universidad Nacional de Educación a Distancia, Madrid, 2001
- ROLDÁN HERVÁS, José Manuel – *Historia de Roma I. La República Romana*. Ediciones Cátedra, Madrid, 1987
- ROLDÁN HERVÁS, José Manuel – *Los hispanos en el ejército romano de época republicana*. Ediciones Universidad de Salamanca, Salamanca, 2004
- RUIZ, Arturo & MOLINO, Manuel – *Los iberos: análisis arqueológico de un proceso histórico*, Crítica, Barcelona, 1993
- RUIZ MATA, Diego – “Fenicios, tartesios y turdetanos” in *Huelva arqueológica*, Nº 14, 1994 (Ejemplar dedicado a: La Andalucía ibero-turdetana (siglos VI - IV a. C.) / coord. por Jesús Fernández Jurado, Pilar Rufete Tomico, Carmen García Sanz), pags. 325-365
- SALINAS DE FRIAS, Manuel – *Los Pueblos Prerromanos de la Península Ibérica*. Ediciones Akal, Madrid, 2006
- SCHEPENS, G. – “Polybius on the Punic Wars. The Problem of Objectivity in History”, in *Studia Phoenicia x Punic Wars* (ed. H. Devijver & E. Lipinski), Leuven, 1989
- SCULLARD, H.H. - “Chapter 11. Carthage and Rome” in *The Cambridge ancient history, Volume 7, Parte 2, The Rise of Rome to 220 BC*. Cambridge University Press, Cambridge, 1989
- SCULLARD, H.H. – “Chapter 2 – The Carthaginians in Spain” in *The Cambridge Ancient History, Second Editions, Volume VIII Rome and the Mediterranean to 133 B.C.* Cambridge University Press, Cambridge, 1989
- SCULLARD, H.H. - *Scipio Africanus in the second Punic war*, Cambridge University Press, 1930
- SHAW, Ian & JAMESON, Robert – *A dictionary of archaeology*, Blackwell Publishing Ltd, Oxford, 2002
- SHERRATT, Andrew – *Cambridge Encyclopaedia Archaeology*, Cambridge University Press, 1980
- SIDEBOTTOM, Harry – *Ancient Warfare. A Very Short Introduction* – Oxford University Press, Oxford, 2004
- SMITH, William - *Dictionary of Greek and Roman Biography and Mythology*. v. 2, University of Michigan Library, 1870
- SOLANA SAINZ, María- “A pacificación de los pueblos del norte de Hispania” in *Actas Arqueología Militar Romana en Europa*, Segóvia, 2001

- SZNYGER, M – “Carthage et la Civilisation Punique” in *Rome et la conquête du monde Méditerranéen. 264-27 avant J.C. Tome Second. Genèse d’un empire*, Presses Universitaires de France, Paris, 2001
- TOVAR, Antonio ; CARO BAROJA, Júlio – *Estudios sobre la España Antigua*, CSIC-Fundación Pastor, Madrid, 1971
- TREVIÑO, Rafael & McBRIDE, Angus - *Rome’s Enemies Part 4. Spanish Armies*, Osprey Publishing Ltd. Oxford, 1992
- TUÑON DE LARA, Manuel – *Historia de España. Tomo I. Introducción. Primeras culturas e Hispania Romana*, Editorial Labor, Barcelona, 1999
- VAN SETERS, John - *In Search of History. Historiography in the Ancient World and the Origins of Biblical History*, Eisenbrauns, Winona Lake (IN), 1997
- VILAR, Pierre – *História de Espanha*. Livros Horizonte, Lisboa, 1992
- WALBANK, Frank W. - *Polybius, Rome and Hellenistic World*, Cambridge University Press, Cambridge, 2002
- WALBANK, F.W. – ASTIN, A.E. - FREDERIKSEN, M.W (ed.) - *The Cambridge Ancient History. VII. Part 2. The Rise of Rome to 220 BC*, Cambridge University Press, Cambridge, 1990
- WARRY, John – *Warfare in the Classical World*, Oklahoma: University of Oklahoma Press, 1995
- WISE, Terence ; HOOK, Richard - *Armies of the Carthaginian Wars 265-146 a.C.*, Osprey Publishing Ltd, Oxford, 1993
- ZIOLKOWSKI, Adam - “Urbs direpta, or How the Romans Sacked Cities,” in *War and Society in Imperial Rome*, Rich, John ; Shipley, Graham (eds), Routledge, London, 2002, páginas 69-91

